



Departamento de Sociologia

**“Identidades Sociais em Angola: O caso das populações
periféricas de Benguela”**

Manuel João Fernando

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em
Estudos Africanos: “Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico”**

**Orientador:
Professor Doutor FRANZ WILHELM HEIMER
Professor Catedrático Jubilado
ISCTE-IUL**

Julho, 2016



Departamento de Sociologia

**“Identidades Sociais em Angola: O caso das populações
periféricas de Benguela”**

Manuel João Fernando

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em
Estudos Africanos: “Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico”**

**Orientador:
Professor Doutor FRANZ WILHELM HEIMER
Professor Catedrático Jubilado
ISCTE-IUL**

Julho, 2016

A presente tese respeita o Acordo Ortográfico de 1990, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011. Salvaguardou-se, no entanto, a grafia dos textos dos autores citados.

DEDICATÓRIA

À memória de Leonor Fernando “Mundumba”, minha mãe
e de Eunice Kacya “Tucha”, minha filha.

À Limaria, minha companheira de todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu orientador, o Professor Doutor Franz Heimer, pela persistência e prontidão, pela paciência e disponibilidade que sempre manifestou na orientação desta dissertação. Mas também pelas sugestões efetuadas do início ao fim do presente trabalho.

Agradeço de igual modo à Fundação Volkswagen, patrocinadora principal do projeto, pela bolsa de estudo que me concedeu, sem a qual não teria sido possível concluir esta formação.

Estendo os meus agradecimentos aos Professores Victor Kajibanga (*meu* mestre), José Octávio Serra Van-Dúnem, Paulo de Carvalho e Ulrich Shiefer, a Rosa Cruz e Silva (*minha* Ministra), ao *mais velho* amigo Cornélio Caley (*meu* Secretário de Estado) e a Justino Pinto de Andrade, pelo encorajamento e estimável apoio moral e académico em todos os momentos decisivos na elaboração desta dissertação.

À Doutora Filomena Batoréu, pelos conselhos e acalorados debates em torno desta temática, os meus profundos e sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas e “*kambas* desta longa caminhada”, Nsingui André, Dilizia Domingos, Tânia Baião, Evandro Santos, com o seu apoio foi possível estar mais próximo da terra que nos viu nascer.

Ao João Neto Afonso “*Goda*”, António Job de Almeida “*Ti Toy*” e Eduardo de Sousa Magalhães (*companheiros de trincheira*), pelo apoio moral e, sobretudo, pelas discussões que mantivemos sobre o tema da tese, as quais, contribuíram, de certa maneira, para tornar possível a pesquisa em questão.

A todos, uma vez mais: muito obrigado!

RESUMO

“Identidades sociais em Angola: o caso das populações periféricas de Benguela.”

Manuel João Fernando

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito de um projeto de investigação mais alargado, intitulado “Reconciliação e conflitos sociais depois de violência em larga escala na África Austral: os casos de Angola e da Namíbia”. A problemática específica deste trabalho consistiu em pesquisar a importância (saliência) e a variação das identidades sociais, o seu condicionamento pelas categorias sociais de referência e o “significado” do sentido de pertença que se torna patente. Constituindo um estudo de caso, a pesquisa aqui levada a cabo procurou analisar o modo como a população do bairro da Caponte¹ da cidade de Benguela estrutura o pensamento social identitário a partir de um conjunto de identidades sociais previamente definidas, bem como o modo como estas se articulam entre si no contexto pós-colonial angolano. A análise (qualitativa e quantitativa) dos dados recolhidos permitiu constatar um forte sentimento de identificação às identidades sociais definidas, influenciando explicitamente a forma como representam as saliências identitárias na estruturação entre elas. Por extensão, a análise fatorial evidenciou a dimensão tendenciosa dos indivíduos em se identificarem essencialmente em termos de idade, etnia e género. Esta dimensão é claramente distinta de outra a partir da qual procurei situar os indivíduos num contexto definido em termos de região geográfica, de periferia urbana e de sistema político dominante.

Palavras-chave: identidades sociais, Angola pós-colonial, Benguela, população do bairro da Caponte.

¹ Um bairro da periferia urbana da cidade de Benguela.

ABSTRACT

"Social Identities in Angola: the case of the peripheral populations of Benguela"

Manuel João Fernando

This research was conducted as part of a broader research project entitled "Reconciliation and social conflict in aftermath of large – scale violence in southern Africa: the cases of Angola and Namibia", whose problem was to investigate the importance (salience) and the change of social identities over time, the characteristics attributed to the social categories of reference and "meaning " sense of belonging to these categories. As one case study, the research that we conducted was to analyze how the population of the district of the city of Benguela Caponte structures thought social identity and your boss from a set of social identities previously defined by us as well and how these articulate with each other in the post-colonial Angola. The analysis (qualitative and quantitative) data collected allowed us to find a strong sense of identification with social identities defined by influencing explicitly represent how the bumps in the structuring of identity among them. By extension, the factor analyses showed the size of biased individuals identify themselves primarily in terms of age, ethnicity and gender. This dimension is clearly distinct from the other which seeks to place individuals in a context defined in terms of geographic region, urban fringe and mainstream political system.

Keywords: social identities, postcolonial Angola, Benguela, Caponte of the neighborhood population

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
MAPA DE ANGOLA – divisão político-administrativa em 1971	xi
MAPA DE ANGOLA – divisão político-administrativa entre 1975-2011	xii
MAPA DE ANGOLA – divisão político-administrativa a partir 2011	xiii
MAPA DA PROVÍNCIA DE BENGUELA	xiv
MAPA ETNOLINGUÍSTICO DE ANGOLA	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA ANALÍTICA	5
1.1 Identidades sociais.....	5
1.2 A construção das identidades sociais.....	8
1.3 A multidimensionalidade das identidades sociais.....	10
1.4 Articulação entre identidades sociais e representações sociais.....	11
1.5 Estratos sociais e classes sociais.....	13
CAPÍTULO II – OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	16
2.1 Sob o estigma da marginalidade suburbana: o Bairro da Caponte.....	16
2.2 Metodológicas aplicadas.....	17
2.2.1 Inquérito por questionário.....	17
2.2.2 Processamento dos dados.....	18
2.2.3 Entrevista “semi-directa”.....	18
2.2.4 Observação direta.....	19
CAPÍTULO III – BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA CONTEMPORÂNEA	21
3.1 Presença portuguesa e ocupação do território.....	21
3.2 Constituição e evolução da formação social angolana.....	23
3.3 Recomposição político-social.....	31
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	37
4.1 Uma introdução à estrutura social da cidade de Benguela.....	37
4.2 Caracterização da amostra.....	40
4.3 Apresentação dos resultados apurados.....	42
4.4 Correlações bivariáveis entre identidades sociais.....	45
4.5 Análise fatorial das variáveis relativas às identidades sociais.....	48
4.6 Conexões bivariáveis entre variáveis sociográficas e saliência das identidades sociais... 52	
4.6.1 Género e identidades sociais.....	52
4.6.2 Escolaridade e Identidades sociais.....	61

4.6.3 Naturalidade e Identidades sociais	64
4.6.4 Idade e Identidades sociais	67
4.6.5 Ocupação socioprofissional e identidades sociais.....	71
4.6.6 Pertença etnolinguística e identidades sociais.....	72
4.6.7 Religião e identidades sociais	73
4.6.8 Estrato socioeconómico e identidades sociais.....	77
CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXO	88

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1: Papéis, pressões e expectativas de género	52
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 – Composição da amostra	41
Tabela n.º 2 – Importância dada às diferentes identidades sociais.....	42
Tabela n.º 3 – Coeficientes de correlação	45
Tabela n.º 4 – KMO and Bartlett's Test.....	48
Tabela n.º 5 – Comunalidades.....	49
Tabela n.º 6 – Variância total explicada.....	50
Tabela n.º 7 – Matriz de componentes principais rotados.....	50
Tabela n.º 8 – Associações entre género e identidades sociais	54
Tabela n.º 9 de contingência – Identidade religiosa * sexo do inquerido	55
Tabela n.º 10 – Associações entre escolaridade e identidades sociais	61
Tabela n.º 11 de contingência – Identidade centro vs periferia * escolaridade.....	62
Tabela n.º 12 de contingência – Identidade político-partidária * escolaridade	63
Tabela n.º 13 – Associações entre naturalidade e identidades sociais.....	64
Tabela n.º 14 – Associações entre idade e identidades sociais.....	67
Tabela n.º 15 de contingência - Identidade de género * idade	67
Tabela n.º 16 de contingência - Identidade regional * idade	69
Tabela n.º 17 – Associações entre ocupação socioprofissional e identidades sociais	71
Tabela n.º 18 – Associações entre religião e identidades sociais	73
Tabela n.º 19 de contingência - Identidade religiosa * Religião	74
Tabela n.º 20 de contingência - Identidade político-partidária * Religião	75
Tabela n.º 21 – Associações entre estrato social e identidades sociais	77

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

FLEC – Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

INE/AO – Instituto Nacional de Estatística/Angola

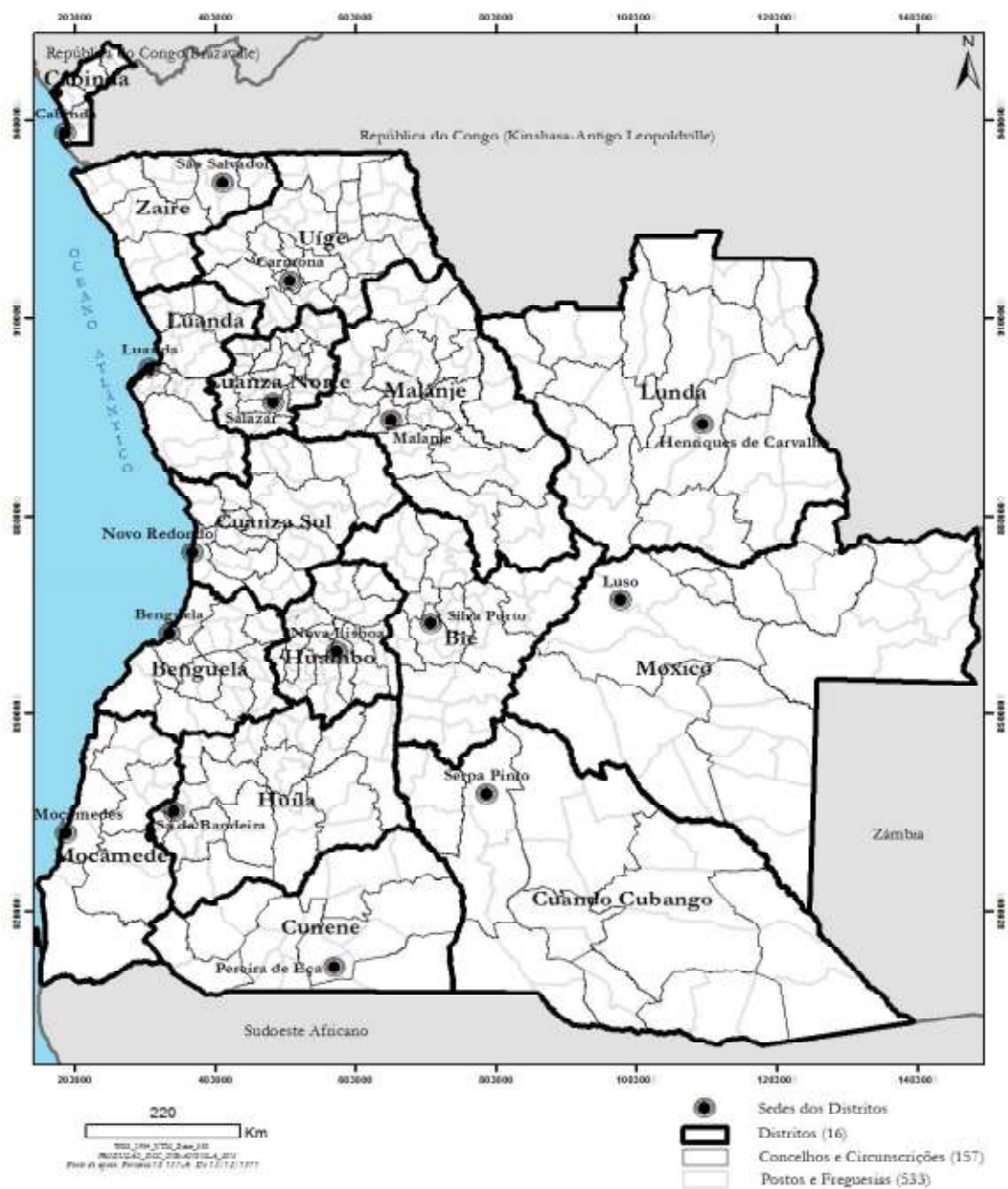
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

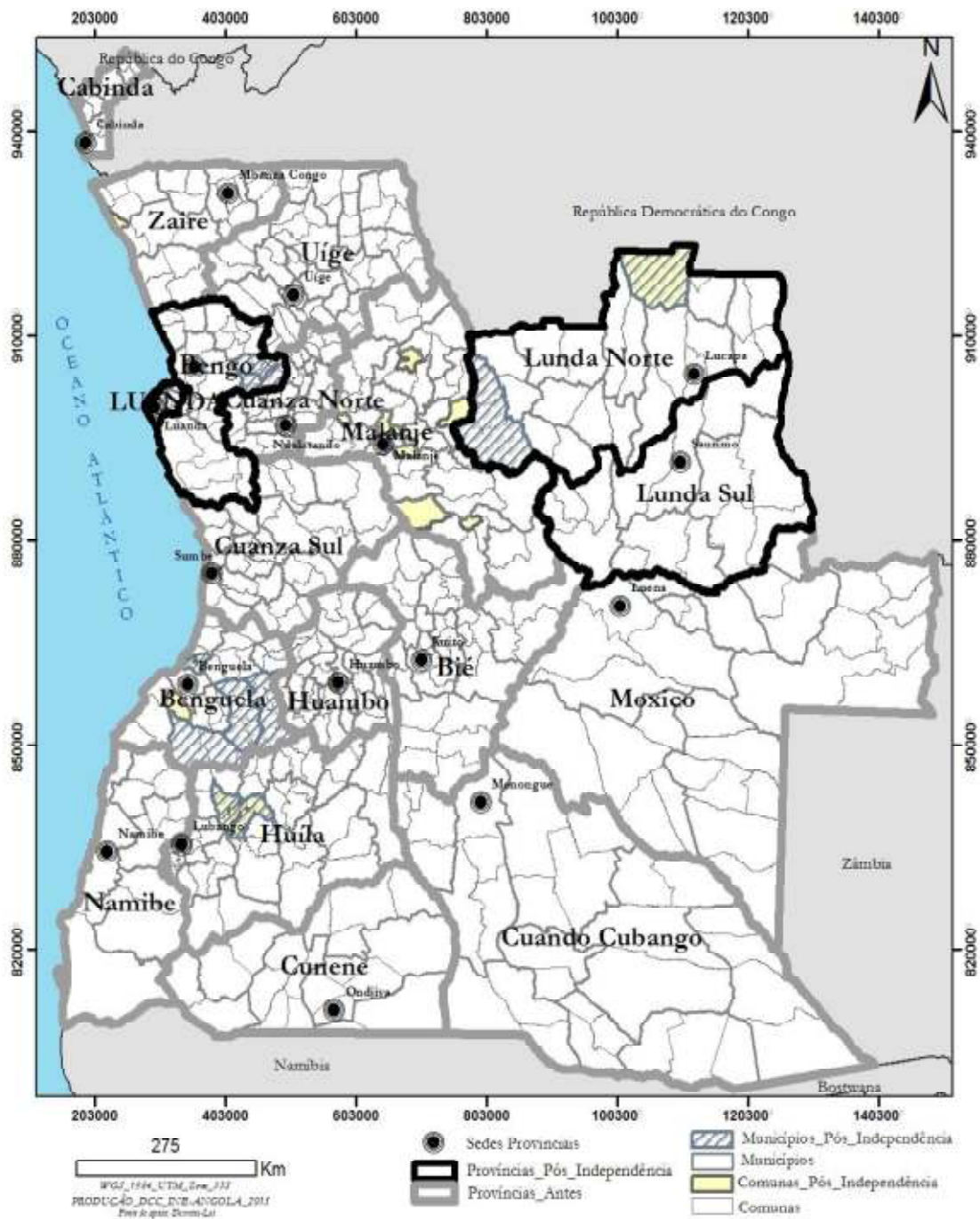
UPA – União dos Povos de Angola

MAPA DE ANGOLA – divisão político-administrativa em 1971



Fonte: INE/AO, 2015, p. 21.

MAPA DE ANGOLA – divisão político-administrativa entre 1975-2011



Fonte: INE/AO, 2015, p.22.

MAPA DA PROVÍNCIA DE BENGUELA



Fonte: disponível em <http://www.mpla.ao/imprensa.52/noticias.55/benguela-ganda-mpla-revitaliza-cap%C2%92s-com-sucesso.a1276.html> (acesso em 20 de janeiro de 2016).

Província	Sede provincial	Municípios
Benguela Área: 37.802 KM ²	Benguela	Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Caimbambo, Catumbela, Chongoroi, Cubal, Ganda e Lobito.

MAPA ETNOLINGUÍSTICO DE ANGOLA



Fonte: disponível em http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm (acesso em 20 de janeiro de 2016).

Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, *Mapa Etnolinguístico de Angola* (adaptado), in Fernandes, J. e Ntongo, Z. (2002:57). *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Editorial Nzila.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida no âmbito do projeto “Reconciliação e conflitos sociais depois de violência em larga escala na África Austral: os casos de Angola e da Namíbia”, financiado pelas Fundações Volkswagen e Calouste Gulbenkian (na vertente angolana), e desenvolvido pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) do ISCTE-IUL.

Mais concretamente, a presente tese está ligada ao subprojecto “Identidades Sociais em Angola”, em cujo quadro se elaboram três teses de mestrado, orientadas pelo Professor Doutor Franz Wilhelm Heimer, coordenador do subprojecto.

Os integrantes do subprojecto concordaram em direcionar as suas pesquisas para um conjunto de identidades sociais consideradas como essenciais, em função da problemática de fundo, nomeadamente: identidade social etnolinguística², religiosa, político-partidária, de género³, etária, escolar⁴, socioeconómica, regional, centro versus periferia e, ainda, identidade nacional⁵.

² A classificação étnica da população de Angola abrange nove grupos (Ovimbundu, Ambundu, Bakongo, Còkwe, Vangangela, Ovanyaneka-Nkhumbi, Ovambo, Ovahelero, Ovandonganga) de origem bantu, assim como pequenos grupos não bantu os Khoisan e os Vátwa. Os mais representativos numericamente são, por ordem decrescente: os Ovimbundu, os Ambundu e os Bakongo (Redinha 1971; Fernandes e Ntongo 2002; Péliissier 1986; Martins 1993).

³ De acordo com os resultados preliminares do Censo de 2014, 52% da população de Angola é do sexo feminino e 48% do sexo masculino (INE/AO, 2015, p. 36).

⁴ O sistema de ensino angolano para além do pré-escolar, que corresponde à classe de iniciação para crianças até aos cinco anos, possui três níveis de ensino: o ensino primário, o ensino secundário e o ensino superior. Ingressa-se no ensino primário a partir dos seis anos, e este vai da 1.^a à 6.^a classe (a escolaridade obrigatória). O ensino secundário subdivide-se em dois ciclos. O primeiro ciclo vai da 7.^a classe à 9.^a classe, e o segundo ciclo da 10.^a à 12.^a classe. O ensino superior desdobra-se em graduação e pós-graduação. Uma graduação equivale a um bacharelato (de um a três anos) ou a uma licenciatura (de quatro a seis anos), a sua duração é variável de acordo com o curso. Por último, uma pós-graduação pode ser académica ou profissional. A académica corresponde a um mestrado (de dois a três anos) ou a um doutoramento (de quatro a cinco anos). A profissional a uma especialização no aperfeiçoamento de competências técnico-profissionais, com a duração mínima de um ano.

⁵ O termo identidade nacional é aqui usado enquanto sentimento de pertença (entendido como consciência de uma identidade comum) a determinadas categorias sociais. É, pois, um processo de negociação constante, definido pela maneira como se imaginam a si próprios e ao seu grupo, e como pensam que são vistos pelos “outros”.

Cada tese constitui um estudo de caso sobre determinadas parcelas de populações urbanas. O principal instrumento de investigação e recolha de dados tem por base um inquérito por questionário⁶ elaborado em comum. Seguindo este modelo, perspectivámos, com a elaboração conjunta do questionário, obter uma comparação mais rigorosa entre os diferentes estudos de caso. A análise comparativa será orientada pelo coordenador do subprojecto, após a entrega de cada uma das teses.

O inquérito por questionário foi conjuntamente elaborado de forma a permitir explorar e analisar o grau de saliência das identidades sociais referidas, bem como o(s) modo(s) como se articulam entre si.

Complementarmente, a pesquisa aqui apresentada recorreu à observação direta⁷, e a elementos recolhidos em contactos orais, através da realização de algumas entrevistas “semi-diretivas” (Guiglione e Matalon, 1993). Estas forneceram, como se verá, elementos úteis e complementares à análise e interpretação dos dados obtidos pelo inquérito por questionário.

O estudo se propôs captar de maneira exploratória as identidades sociais da população da periferia da cidade de Benguela, a partir de uma amostra de moradores do bairro da Caponte.

Do ponto de vista teórico explorei o conceito de identidade social no sentido de noção e de sentimento de pertença a determinadas categorias sociais de classificação. Procurei identificar nos discursos recolhidos, o espaço imaginado de representação do “Eu” por oposição ao “Outro”, no qual o sujeito estabelece relações de identificação e diferenciação, manejando estratégias identitárias que funcionam simultaneamente como reforço da sua autoestima e como força adaptativa ao meio societal circundante.

Com as mudanças estruturais ocorridas no mundo e em particular na sociedade angolana (contemporânea) desde a década de 80 do século XX, nomeadamente a crise dos regimes socialistas, a emergência de mobilizações de movimentos libertários por todo o mundo, a questão das identidades passou a constituir um assunto cada vez mais importante do pensamento científico e político.

⁶ Ver em anexo, o questionário.

⁷ Este tipo de observação é indicado, principalmente, face ao carácter exploratório do estudo. Ou seja, é um tipo de observação que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspetos da realidade social. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar os factos ou fenómenos que se desejam estudar (Quivy e Campenhoudt, 2005).

No caso concreto de Angola, a complexidade do tema das identidades sociais tem sido até à data responsável por discussões “ténues” e não aprofundadas (Kajibanga, 2000, pp. 1-13). Torna-se assim necessário para uma melhor compreensão da problemática em questão, um exercício de investigação que seja sistemático e adequado. Nesta perspetiva, procurei com a presente pesquisa fornecer elementos que contribuam para o estudo das dinâmicas e representações identitárias presentes no pensamento da população benguelense e, por extensão, da população urbana de Angola.

Para efeitos da análise quantitativa considerei as identidades sociais como “variáveis dependentes”, influenciadas por um conjunto de características sociográficas, tais como: a filiação partidária, o grau de escolaridade, o género, a idade, a pertença étnica, a naturalidade, a religião e a condição socioeconómica.

Convém salientar que alguns aspetos importantes na análise da problemática levada a cabo neste estudo ficaram de fora, nomeadamente: a evolução histórica da saliência das identidades sociais contempladas.

O sentido que as pessoas dão a estas identidades sociais, ou seja, a noção que têm das respetivas categorias de classificação, não foi captada pelo inquérito por questionário, mas sim pelos métodos qualitativos.

Tendo como pano de fundo e referencial teórico de pesquisa os estudos de Tajfel, (1972, 1978) e Moscovici (1981, 1984, 2000), e não esquecendo os objetivos delineados, estruturei o trabalho em cinco capítulos distintos:

- O primeiro capítulo expõe a base teórica do estudo, problematiza os conceitos-chave e apresenta um quadro de análise sobretudo em torno das perspetivas teóricas de Henri Tajfel e de Serge Moscovici, sobre identidade social e representações sociais respetivamente.
- O segundo capítulo trata da operacionalização da pesquisa. Descreve o percurso da pesquisa e as metodologias adotadas.
- O terceiro capítulo, procura contextualizar as questões em análise e resume o processo histórico-contemporâneo de Angola. Focalizando algumas dimensões sociais, económicas, culturais e políticas, indispensáveis na compreensão da formação das identidades sociais e dinâmicas de poder dos sujeitos e sociedades pós-coloniais, contextualiza, de modo sucinto, a evolução do processo histórico

de Angola⁸. As características de cada período permitem compreender a continuidade histórica de Angola, e as suas implicações diretas e indiretas na estruturação do pensamento social identitário no contexto pós-colonial angolano. Deste modo, procurei nos pontos seguintes abordar, ainda que sucintamente, alguns aspetos relevantes do(s) processo(s) de recomposição social e política que ocorreram nas últimas décadas em Angola.

- O quarto capítulo apresenta e interpreta os resultados da investigação. A pesquisa exploratória possibilitou focalizar a importância das origens e dos modelos tradicionais versus a importância dos modelos de “modernização” (coloniais e pós-coloniais), nos padrões de relacionamento (intra e inter-grupais, etno-religiosas e inter-étnicas) entre géneros e gerações ligados a ideais culturais e a sistemas de valores (mais ou menos diferenciados), e nas estratégias e práticas de inserção socioeconómicas, políticas, culturais, religiosas, na forma como avaliam a saliência das identidades sociais em termos de ganhos ou perdas.
- A conclusão discute algumas ilações sugeridas pelo trabalho exploratório desenvolvido.

⁸ Para o processo de descolonização ver Heimer (1976), Marcum (1969), Pélissier (1978) e Soremekum (1983), entre outros. Sobre o colonialismo português em Angola e posterior guerra civil que assolou o país durante 27 anos, ver por exemplo Marcum (1978), Messiant (1994), Stockwell (1979) e Minter (1994). Uma reflexão acerca do nacionalismo angolano pode ser encontrada em Messiant (1983, 1989), Birmingham (1992), Andrade (1997), Wheeler (2006), entre outros.

CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA ANALÍTICA

“A necessidade que os humanos têm de uma identidade psicossocial está ancorada em não menos do que a sua evolução sociogenética. (...) a mútua complementaridade da identidade de grupo e da identidade egóica, do ethos e do ego, coloca um maior potencial de energia à disposição tanto da síntese egóica como da organização social” (Erikson, 1968, p. 50).

1.1 Identidades sociais

As dinâmicas de uma sociedade não podem ser entendidas se apenas forem apreendidas ao nível das práticas. A análise da dimensão subjetiva, em especial o pensamento social dos atores sociais, afigura-se igualmente importante.

A maneira como pensamos sobre nós e sobre os outros condiciona (embora não de maneira linear, nem exclusiva) as nossas práticas; inversamente, as estruturas das práticas (as estruturas sociais) condicionam a nossa maneira de pensar.

No seguimento da perspetiva acima referida, o presente trabalho constituiu uma contribuição ao exame das identidades sociais em Angola.

Dada a grande ambiguidade existente em torno do termo “identidade”, utilizado para designar uma considerável variedade de conceitos (e, não raras vezes, sem significado preciso), sublinho que a perspetiva analítica aqui seguida é a traçada pela teoria de identidade social formulada por Henri Tajfel (1972, 1978), articulada com a teoria das representações sociais⁹ tal como é definida por Serge Moscovici (1981, 1984, 2000).

⁹ Durkheim (1912) foi um dos primeiros autores que se propôs analisar os fenómenos sociais a partir do conceito de representações sociais. Na sua obra, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, procurou traçar os limites do conceito de representações enunciando a distinção entre representações coletivas e representações individuais: “o que as representações colectivas traduzem é a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objectivos que o afectam. Ora o grupo não é constituído do mesmo modo que o indivíduo e as coisas que o afectam são de outra natureza, representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos nem os mesmos objectivos não podem depender das mesmas causas. Para compreender a maneira que a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares que devemos considerar” (Durkheim 1995 [1912]:18). Partindo do modelo teórico de Durkheim, Moscovici (1961) explorou o conceito de representações sociais realçando a necessidade de se estudar as múltiplas transformações e mutações ocorridas nas sociedades

Na esteira de Moscovici (2000, p. 26-31), podemos distinguir três tipos de identidades sociais:

- Aquelas que podem ser consideradas como legitimadoras, introduzidas pelas instituições dominantes da sociedade, no sentido de expandir a sua dominação sobre os atores sociais;
- As de resistência, produzidas por atores sociais que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação;
- As de projeto, em que os atores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem identidades sociais capazes de redefinir a sua posição na sociedade.

Segundo Tajfel (1978) e Moscovici (2000), no processo de construção das identidades sociais, os seres humanos classificam-se a si mesmos e aos outros a partir de uma multiplicidade de categorias, desenvolvendo, por extensão, e em maior ou menor grau, um sentido de pertença a várias dessas categorias.

A teoria de identidade social proposta por Tajfel (1972), começou por ser utilizada para explicar a discriminação inter-grupal. O paradigma então construído sustentava que a categorização social das pessoas produzia comportamentos intergrupais em que os indivíduos favoreciam os membros do *ingroup* em detrimento do *outgroup*. Esta categorização social dos indivíduos, permitia criar uma identidade social para os mesmos.

De acordo com esta perspectiva, Tajfel (1978) identificou três aspectos fundamentais a partir dos quais estruturou a sua teoria de identidade social, a saber:

- A análise psicológica dos processos cognitivos-emocionais na produção de identificações sociais positiva;
- A aplicação desta análise a relações intergrupais reais;
- As hipóteses do “continuum interpessoal – intergrupar”. Ou seja, no extremo interpessoal os sujeitos se relacionam tendo em conta as relações e características pessoais e no extremo intergrupar se relacionam tendo em conta as pertenças a determinadas categorias sociais.

modernas. O autor queria compreender o modo como os atores sociais constroem a realidade social.

É este paradigma que tem vindo a ser utilizado para a análise mais ampla do sentimento de pertença a categorias sociais¹⁰. É, portanto, nesta corrente que se insere a presente dissertação.

Em rigor, para Tajfel, a categorização social estimula o processo de autoavaliação e de comparação social, tendo influência sobre a autoestima dos indivíduos. No fundo, Tajfel (1972, p. 291), concebe a categorização social como o instrumento que segmenta, classifica e ordena o ambiente social.

Saliento no entanto que tal “ordenamento” não tem um carácter objetivo, mas antes marcadamente subjetivo. Por sua vez, é o carácter subjetivo de ordenamento do sistema mundo (Wallerstein, 1974) que “tranquiliza” as pessoas, na medida em que lhes dá a noção que o mundo delas está “arrumado”.

Logo, o que Tajfel (1972) chama de identidade social é o sentido de pertença a uma pluralidade de categorias sociais que inclui não apenas a componente cognitiva (a noção que as pessoas têm da sua pertença às mais diversas categorias sociais), mas também a dimensão afectiva – emocional (os afectos e sentimentos), assim como a componente avaliativa (a valorização e avaliação que se faz a determinadas categorias sociais).

O processo de autocategorização e as identidades sociais que dele decorrem, são determinados tanto por factores sócio-estruturais como por fenómenos de comunicação, de aprendizagem e de reflexividade (Tajfel, 1972).

Por conseguinte, uma vez associado o “Eu” a diversas categorias sociais, os indivíduos podem levantar (apesar de nem sempre o fazerem) uma questão que se consubstância no seguinte: O que significa pertencer a determinadas categorias sociais?

A resposta envolve aspectos de diversa ordem, nomeadamente os que têm a ver com a comunicação, apreensão e criação de normas, símbolos, crenças e valores, mas também, com os resultados de processos cognitivos que integram simultaneamente um sistema de representações sociais.

Nas suas relações inter e intra grupais, estruturais e estruturantes, a pessoa nunca se considera como pertencente a uma só categoria social. A questão de pertença (e/ou não pertença) coloca-se em relação a toda uma variedade de categorias. Não faz, portanto, sentido uma perspectiva essencialista (Dubar, 2006, p.9), que conceba a “ideia

¹⁰ Outros autores, entre os quais, Worchel, Morales, Páez e Deschamps, 1998; Vala, 2006; Amâncio, 1992, 1993 (entre outros), descrevem e subscrevem o paradigma apresentado por Tajfel.

fixa” - homogénea e monolítica - como característica objetiva do conceito de identidade social.

Para uma análise exequível, é importante que as identidades sociais não sejam consideradas como dados fixos ou imutáveis, mas como processos em constante mutação. Ou seja, processos criativos do pensamento social (no sentido de “*social thinking*”), permanentemente (re) inventados e (re) estruturados, tendo em conta os vários contextos sociais. Logo, (identidades sociais) tomadas no sentido de uma pertença “inteiramente subjetiva” a categorias de classificação em parte emanadas do próprio pensamento.

Na verdade, na teoria de Tajfel há sempre, na classificação e identificação, a distinção entre várias categorias – o que resulta em crenças/sentimentos tanto de pertença como de não pertença (e oposição).

Os indivíduos, ao possuírem um conjunto de identidades sociais e confrontados com realidades novas, redefinem as já existentes nas suas saliências e significados; mas também criam novas identidades sociais, na medida em que elas ocorrem em fluxo e de forma fluida, ou seja, (re) constroem-se permanentemente de acordo com as práticas (também) discursivas em que os autores sociais se engajam.

Por outro lado, ao se considerar o indivíduo como simultaneamente pertencente a várias categorias sociais (por exemplo, angolano, homem, adulto, etc.), verificamos que a saliência de tais pertenças varia e depende do contexto e das posições relativas das categorias sociais numa dada estrutura social (embora, este, seja apenas um entre muitos condicionantes).

Finalmente, importa enfatizar que a maior parte das identidades sociais são “transitórias”e, “contingentes”, logo, não raras vezes “descartáveis” e/ou provisoriamente “atraentes”. Por outras palavras mudam frequentemente de saliência e/ou de significado. É nesta linha de pensamento, que as identidades sociais aqui estudadas podem ser dissecadas através das teorias de Henri Tajfel sobre a identidade social, e de Serge Moscovici, sobre as representações sociais.

1.2 A construção das identidades sociais

Na construção das identidades sociais, articula-se o passado com o presente, as heranças sociais e culturais, os fatores genealógicos e a adequação às circunstâncias históricas. Constroem-se sempre através de relações de oposição, e, a sua relevância deve ser encontrada e analisada a partir dessas contraposições. A sua construção é

também o culminar de uma rede de interações sociais, na qual os indivíduos necessitam uns dos outros para configurarem as suas identidades sociais.

No seio de tais interações, sobressai “um conjunto de procedimentos ativados (consciente ou inconscientemente) por um ator social (individual ou coletivo) para atingir uma ou mais finalidades (definidas explicitamente ou situando-se no nível inconsciente), numa dinâmica de poder (económico, político, simbólico, etc.). Procedimentos esses elaborados em função da situação de interação, isto é, em função de diferentes determinantes (sócio-históricas, culturais, psicológicas)” (Lipianski, Taboada-Leonnetti e Vasquez, *in* Camilleri, 1990, p.24).

A tais procedimentos, Lipoanski, Taboada-Leonnetti e Vasquez (*in* Camilleri, 1990), entre outros autores, chamam de “estratégias identitárias”. Estas articulam identidades categoriais e macro-grupais (identidades morais, de género e geracionais, locais, regionais e estaduais, profissionais, religiosas, desportivas, políticas, etc.) face aos “outros” de outras categorias e grupos identitários.

Ao fomentarem a aceitação intra e inter grupal, as estratégias identitárias são geridas “para a afirmação perante si e perante outros, da sua existência enquanto sujeito, do seu valor próprio e do seu direito à existência, à diferenciação, e à auto-realização” (Bastos e Bastos, 2006, pp. 42-43).

Equacionando a identidade como um processo psicossociológico complexo que se desenvolve no plano pessoal e interpessoal, assim como no plano transpessoal e no plano político das relações [trans]nacionais, então ela constrói-se por processos de identificação subjetiva de auto e hetero atribuição, que frequentemente não coincidem (Bastos e Bastos, 1997). Deste modo, pode-se considerar que a gestão do “Eu” passa pela pertença identitária a um grupo (mais relevante) e a outros tantos (secundarizantes e/ou complementares) e que se processa a partir de dois movimentos: identificação levando a um “Nós” e desidentificação encontrando um “Eu”, distinto.

Não querendo reduzir o social ao individual, a identidade de um indivíduo não se esgota na do seu grupo. A sua capacidade de manobra permite-lhe “aceder” a tantos outros grupos (ou subgrupos) que lhe confere, ou lhe consolida, uma “estrutura identitária” por comparação. Os sujeitos definem as suas estratégias identitárias, quando confrontados com as contradições sociais (e com as suas próprias contradições) manipulam essas relações perante os “outros”.

Com efeito, a construção das identidades sociais não é unicamente pessoal, mas tem o contributo de vários e diferentes intervenientes. É possível enunciar a existência

de uma relação mais ou menos estreita entre identidades sociais e estrutura social, uma vez que as identidades não apenas são condicionadas pelas estruturas sociais, mas também “reagem” a estas mantendo-as, modificando-as, ou ainda, remodelando-as (Berger e Luckmann, 2004, pp.179-188).

A partir daqui, pode-se enfatizar dois pressupostos essenciais: a construção da identidade com base numa multiplicidade de categorias (e não univocamente), e o carácter dinâmico e flexível do processo de construção identitário.

1.3 A multidimensionalidade das identidades sociais

À medida que uma pesquisa se aproxima de uma abordagem sociológica dos fenómenos identitários, verifica-se que estes se revestem de uma grande complexidade e multidimensionalidade.

Segundo Bastos e Bastos (2006, p.42), esta multidimensionalidade “não levanta questões de maior desde que coloquemos a hipótese de que esta é sistematicamente organizada, de modo a proporcionar apresentações de geometria variável, entre si articulada por uma lógica profunda, a lógica identitária organizada pelo pensamento tendencioso (egocêntrico e etnocêntrico). Partindo desta hipótese, o caminho fica aberto para estudar a identidade dos sujeitos sociais como um sistema multidimensional, flexível e contextualmente variável nas suas apresentações”.

Ora, as múltiplas dimensões dos sujeitos sociais e as representações a ela associada não resultam apenas de processos de auto-categorização, mas também de hetero-categorização, na medida em que “atribuir a uma pessoa uma dada pertença categorial cria a expectativa de que essa pessoa possua determinadas características e quando uma pessoa vê ser-lhe atribuída uma posição social, é levada a questionar a própria imagem e tende a criar expectativas de si, de acordo com a identidade hetero-atribuída” (Vala, 2006, p.457).

Deste modo, é possível enunciar alguns elementos que sustentam a multidimensionalidade das identidades sociais construídas social e/ou discursivamente:

- As identidades sociais combinam diversas dimensões - língua, classe social, nacionalidade, religião, etnia, ideologia política, etc. - a partir das quais os sujeitos sociais se reconhecem reciprocamente e se revêm como partilhando uma ou várias dimensões comuns. Ao identificar-se com o grupo o sujeito identifica-se com os atributos que ele próprio lhe atribui, assim como se demarca ou não das dimensões que atribui ao outro grupo.

- As identidades sociais podem ser de difícil compatibilidade, na medida em que na sua multidimensionalidade o sujeito pode entrar em conflito quer com o (s) poder (es) da estrutura societal, quer com a posição que ocupa no âmbito de determinadas interações sociais.

1.4 Articulação entre identidades sociais e representações sociais

O conceito de representação social tem, em articulação com o conceito de identidade social, uma importância decisiva nesta pesquisa.

A partir dos trabalhos de Serge Moscovici (1981, 1984, 2000), o conceito de representação social surge aqui definido como “ (...) a set of concepts, statements and explanations originating in daily life in the course of inter-individual communication. They are the equivalent, in our society, of the myths and belief systems in traditional societies; they might even be said to be the contemporary version of common sense” (Moscovici, 2000, pp. 26-63).

No presente estudo estão em causa as representações sociais que dizem respeito aos atributos que definem as diferentes categorias sociais.

De acordo com a teoria das representações sociais (Moscovici, 1984), é possível nomear alguns processos responsáveis pela formulação deste tipo de pensamento social¹¹:

- A objetivação - responsável pela seleção e contextualização do objeto de representação, permite a interiorização dos padrões relacionais, vistos não apenas como reais e materialmente verdadeiros, mas também como categorias naturais descritas e, portanto, explicativas;
- A ancoragem - responsável pela atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos ou factos sociais que exprimem e constituem as relações sociais.

Deste modo, “se a objetivação explica como é que se integram os elementos representados de uma teoria enquanto termos de uma realidade social, a ancoragem permite compreender a forma através da qual esses elementos contribuem para exprimir e constituir as relações sociais” (Moscovici, 1984, pp. 3-69).

¹¹ Segundo Moscovici (1976), a par dos factos sociais a ancoragem e a objetivação correspondem aos processos sociocognitivos que estão na base da formação das representações sociais. Os dois processos encontram-se interrelacionados, revelando o modo como o social transforma um conhecimento em representação e, ao mesmo tempo, essa representação transforma o social (cf. também Jodelet 1984, 1989).

As representações sociais são, assim, tentativas de dar significado e coerência ao universo vivido e expressam-se em várias formas de comunicação, servindo como pano de fundo para as atividades dos indivíduos.

Por outro lado, enquanto fenómenos cognitivos, são consideradas como o produto de uma actividade de apropriação da realidade exterior e simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade.

Na esteira de Moscovici (1981), existem três formas pelas quais as representações podem se tornar sociais¹², a saber:

- Hegemónicas - partilhadas por todos os membros de um grupo altamente estruturado (um partido, uma nação, etc.), sem no entanto terem sido produzidas pelo grupo;
- Emancipadas - produto da circulação de conhecimento e de ideias de grupos que estão em contacto de forma mais ou menos próxima. Aqui os grupos criam as suas próprias versões e partilham-as com os outros;
- Controversas - geradas no decurso de um conflito ou controversia social e que não são partilhadas pela sociedade no seu conjunto, ou seja, são consideradas num contexto de oposição ou de luta entre grupos.

A partir desta asserção, torna-se evidente que, na sua dimensão cognitiva, as identidades sociais são representações sociais. Logo, a parte emocional/afectiva das identidades sociais pode condicionar a parte cognitiva (articulada sob a forma de representações sociais).

Assim, corroborei no presente estudo a ideia segundo a qual “as identidades sociais condicionam a exposição, aceitação e utilização das representações sociais que podem influenciar o seu desenvolvimento” (Breakwell, 1993, pp. 209-210).

Por conseguinte, importa ainda sublinhar que pelo recurso às representações sociais, os sujeitos definem as diversas categorias de classificação, nomeadamente, aquelas a partir das quais configuram o seu sentido de pertença.

¹² Sobre esta matéria ver também Vala (2006). Enquanto Vala destaca que o sistema de categorias disponível num grupo, quer as transformações ocorridas no seu seio, como sistema de avaliação e explicação da realidade social, Tajfel (1972) realça o papel dos valores e da cultura na estruturação da representação social e a atribuição de uma categoria a um sujeito, grupo ou acontecimento social.

Por sua vez, as identidades sociais, sobretudo pela sua carga emocional, podem produzir ou influenciar as representações sociais. Ou seja, a partir das identidades sociais produzem-se cognições/crenças sobre determinadas categorias sociais.

1.5 Estratos sociais e classes sociais

Tendo em conta a problemática de fundo e as respetivas identidades sociais consideradas, cabe ainda definir aqui os conceitos de estratos sociais e classes sociais¹³.

Estes são dois conceitos intimamente ligados e, talvez por isso, não raras vezes utilizados como sinónimos, contudo, sem significado preciso (Crompton, 1998 e Scott, 2007, pp. 24-37). No âmbito da presente tese, impõe-se uma utilização claramente distinta.

Vários autores (Costa, 1987, Crompton, 1998 e Scott, 2007), falam em *estrato social* quando procuram dividir um determinado sistema social em camadas de acordo com alguns indicadores base, nomeadamente: nível económico, variável; nível de educação escolar, em sociedades escolarizadas.

Enquanto a teoria de *estratificação* vê os estratos como segmentos da sociedade que constituem um organismo hierarquicamente organizado coexistindo pacificamente, a teoria de *classes sociais*, parte do princípio que a sociedade é composta por segmentos com interesses antagónicos (Costa, 1987, pp. 635-651).

Na verdade, a teoria das *classes sociais*, tem como base a teoria dos conflitos, o que faz com que, *as classes sociais*, sejam definidas em termos de grupos que têm interesses incompatíveis com interesses de outros grupos que se encontram em conflito latente com outros grupos e/ou classes.

Por outro lado, a definição clássica de *classes sociais*, na obra de Karl Marx (1971), define duas condições fundamentais, a saber:

- Situações económicas e outras que resultam em interesses comuns que se encontrem em contradição com outros segmentos;
- Consciência de classe. Isto é, *classe em si* – objetivamente com interesses comuns; e, *classe para si* – com noção de pertença.

Na verdade, uma vantagem decisiva da conceção Marxista de classe seria precisamente a de incluir numa só categoria as relações económicas e políticas,

¹³ Sobre esta matéria ver também Thompson (1987).

diferentemente doutras conceções¹⁴ que consideram como fundamental apenas um dos tipos de relações (Costa, 1987, pp. 652-654).

As recentes análises sobre classes sociais podem ser localizadas a partir do paradigma apresentado por Wright (1985). As proposições teóricas de Wright são contempladas com um vasto leque de análises empíricas acerca do conceito de classes sociais em sociedades capitalistas avançadas¹⁵, concretamente nos Estados Unidos da América e na Suécia.

Wright (1985) apresenta vários tipos básicos de recursos produtivos para sustentar a sua teoria sobre classe social:

- A força de trabalho;
- Os meios de produção e as qualificações profissionais;
- Os recursos organizacionais.

Com efeito, para Wright (1985, pp. 319-323) a estrutura dos lugares de classe, repousa numa combinação multidimensional de distribuição desigual entre os três tipos de recursos produtivos.

Outras conceções orientam-se para a unidimensionalidade económica, concebida de maneiras diferentes. Trata-se aqui de “classes económicas”, definidas pelas relações de assalariamento, pela divisão social do trabalho (entendida como subsumida no plano económico) (Costa, 1987, pp. 655-662).

Como esta linha se afigura algo redutora, e próxima da teoria de estratificação, o conceito de classe utilizado no presente trabalho situa-se na tradição de Wright (1985) e outros autores afins.

Giddens (1975, pp. 119-141), por exemplo, parte duma conceção complexa de classes sociais, envolvendo uma dupla estruturação:

- A estruturação mediata, considerada a mais importante e cujos processos organizadores são os que regulam o grau de fechamento da mobilidade em relação aos principais tipos de oportunidade de mercado (posse de meios de produção, posse de qualificações técnicas e educacionais, posse de força de trabalho);

¹⁴ Por exemplo, em Weber, a posição de classe é uma categoria exclusivamente económica (posição de mercado) e, em Dahrendorf, as relações de classe reduzem-se, no essencial, às relações de autoridade (cf. Costa, 1987, p. 652).

¹⁵ Sobre esta matéria ver também Costa (1987).

- A estruturação imediata das relações de classe envolve a divisão do trabalho e as relações de autoridade na empresa e os agrupamentos distributivos (gerados na esfera do consumo e, em articulação com os outros elementos, tendentes a reforçar as clivagens de classe em termos de estilo de vida, de vizinhança e de comunidade).

Opondo-se a uma conceção que designa por visão economicista das classes sociais, John Urry (1992, p. 69-84), defende que estas existem dentro da sociedade civil, entendida como a esfera da circulação, da reprodução e das lutas sociais.

Sem negar as determinações que as classes sofrem da esfera da produção e do estado, a esfera da sociedade civil, segundo Urry, funciona como mediadora entre as duas primeiras (a esfera da circulação, da reprodução e das lutas sociais). Por extensão, as classes formam-se e processam lutas de classes, cujos efeitos reconfiguram a sociedade civil propagando-se (ou não) as outras esferas.

Deste modo, as classes sociais deveriam ser concebidas (Costa, 1987, p. 657) como:

- Conjunto de relações sociais interligando lugares na divisão social do trabalho;
- Conceptualizadas em termos de situação de mercado e de trabalho;
- Envolvendo importantes processos de recrutamento que em parte afetam a estruturação de tais lugares.

CAPÍTULO II – OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 Sob o estigma da marginalidade suburbana: o Bairro da Caponte

A investigação levada a cabo, tal como atrás referido incidiu sobre uma amostra da população do Bairro da Caponte, localizado na periferia de Benguela, a cidade das Acácias Rubras.

Benguela é uma cidade costeira, fundada no início do século XVII, situada no centro-oeste do território de Angola. Com uma faixa marítima muito rica, a economia da Província combina a pesca marítima com a agricultura e a pecuária. Dispõe daquele que é considerado o maior porto de águas profundas de Angola e da África Ocidental – o Porto Comercial do Lobito. Este em parceria com o caminho-de-ferro de Benguela¹⁶, construído no início do século XX, coloca a Província no centro do desenvolvimento da região centro-sul do país. O funcionamento do seu parque industrial, não obstante considerado pela sua dimensão o segundo depois de Luanda, apenas opera em termos de 20% da sua capacidade (Cabral, 2006, p. 91).

Com uma área de 37.802 Km², Benguela regista uma população estimada em cerca de 2.036.662 habitantes. A sua organização político-administrativa é constituída por 10 Municípios, 38 Comunas e 2.133 Bairros (INE/AO, 2015, pp. 26, 35). O Bairro da Caponte, como o seu famoso mercado¹⁷, situa-se no Município de Benguela.

Sob o estigma da marginalidade suburbana, é sobretudo conhecido como um bairro pobre de construção precária e ausência de saneamento básico, vulgarmente denominado de “musseque”¹⁸.

¹⁶ A maior linha férrea de Angola.

¹⁷ O Mercado da Caponte começou a ter visibilidade a partir dos anos de 1980, e foi crescendo ao longo do tempo. Antes do desmantelamento do Roque Santeiro (em agosto de 2010), localizado em Luanda, este era considerado, comparativamente, o segundo maior mercado informal de Angola. Para além de uma forte concentração de mulheres a vender, encontramos no Mercado da Caponte vários tipos de produtos (bens alimentares, produtos de higiene, medicamentos convencionais e tradicionais, mobiliário, livros e papelaria, eletrodomésticos, vestuário e calçado, animais de pequeno porte, bebidas e cigarros, bebidas tradicionais, combustíveis, etc.) e de prestação de serviços (barbeiro, sapateiro, mecânico, “comes e bebes”, etc.).

¹⁸ O termo musseque significa “lugar de areia” (mu = lugar, seke = areia) em kimbundo. A sua estrutura social é discriminada em oposição aos bairros providos de serviços e infraestruturas urbanas.

No entanto, no Bairro da Caponte, assim como em outros bairros de estrutura similar (cf. ponto 4.1), não encontramos apenas histórias de miséria, desemprego ou insucesso escolar, de uma população homogénea. Encontramos pessoas diferenciadas pela proveniência regional, oriundas quer de centros urbanos, quer de áreas rurais, pelo tempo de chegada a Benguela, em função da origem étnica, pela aderência a religiões distintas e pertença a diferentes redes de inserção social. Também a ocupação espacial do bairro apresenta uma distribuição diversa: uma zona pode concentrar mais certo grupo étnico, outra diferentes grupos, outra população mais recém-chegada, algumas áreas podem ser mais precárias, etc.

2.2 Metodológicas aplicadas

Em termos metodológicos, recorri à combinação de métodos qualitativos e quantitativos através de um inquérito por questionário, de entrevistas “semi-diretivas” (Guiglione e Matalon, 1993) e “observação direta” (Quivy e Campenhoudt, 2005). A combinação de métodos qualitativos e quantitativos enquadrou-se numa metodologia que privilegiou o registo e a análise do comportamento humano a partir de fontes diversificadas (Quivy e Campenhoudt, 2005; Rodrigues, 2006).

2.2.1 Inquérito por questionário

Tendo em conta os objetivos do projeto e do subprojecto (supracitados) em que se insere o presente estudo, usei como instrumento essencial de investigação o inquérito por questionário. O questionário (ver em anexo) divide-se em duas partes:

- A primeira coloca uma série de perguntas com variáveis tais como o sexo, a idade, a escolaridade, a ocupação profissional, a pertença etnolinguística e a naturalidade a fim de caracterizar sociograficamente os vários inquiridos;
- A segunda parte coloca treze questões destinadas a captar a saliência de identidades sociais, económica, profissional, educacional, partidária, etc.

Optei por uma pesquisa exploratória na medida em que há pouco conhecimento sobre a temática em questão no seio da população estudada, o que dificultou a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Com efeito, o presente estudo servirá de impulso no desbravar de um caminho para futuras investigações.

Devido ao carácter exploratório do estudo e aos meios limitados, pareceu aceitável prescindir de uma representatividade estatística rigorosa. Os inquiridos foram selecionados considerando os seguintes aspetos:

- Moradores do Bairro da Caponte, em Benguela;
- Presença multigeracional no Bairro da Caponte.

E, a distribuição do inquérito questionário efetuou-se:

- Através do chamado método da “bola de neve” – através de alguns contactos previamente estabelecidos (de amigos, de amigos de amigos, de conhecidos de amigos, etc.), procedi à sua aplicação junto da amostra que consegui reunir.
- A sua aplicação decorreu entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2012.

2.2.2 Processamento dos dados

Os dados obtidos através da aplicação do questionário foram processados através do programa SPSS (versão 11.5). Os questionários recolhidos (oitenta e cinco) encontram-se numerados e arquivados, e podem ser conferidos com os dados da base informática.

2.2.3 Entrevista “semi-directa”

Estudei duas famílias¹⁹, residentes no Bairro da Caponte, na periferia de Benguela, através de entrevistas “semi-diretivas” e da observação direta. Ao longo do trabalho de campo efetuei cerca de 12 entrevistas²⁰ a homens e mulheres²¹, pertencentes às várias gerações destas famílias. As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e de abril do ano de 2012²².

¹⁹ A composição familiar dos entrevistados, era, no momento das entrevistas, referida por aquilo que é frequentemente enunciado como família nuclear e/ou extensa (Giddens, 2004). Os agregados domésticos destas famílias eram constituídos por um casal e os respetivos filhos, incluindo, por vezes, a presença temporária de familiares pertencentes às várias gerações, que vivem noutras províncias de Angola mas que de vez em quando passam temporadas em Benguela (por motivos de saúde, de visita, para participar num casamento, num óbito, etc.). Outros familiares igualmente pertencentes às várias gerações também residiam no bairro.

²⁰ Convém salientar que as entrevistas não só foram planeadas numa fase já muito avançada da tese, como foram principalmente mantidas sob a forma de conversas informais mais ou menos estruturadas, com alguns membros das duas famílias pertencentes às várias gerações e com funções de parentesco diversificadas (avós, pais, filhos, sogros, noras, cunhadas, etc.).

²¹ Entrevistei 5 homens, com idades compreendidas entre os 19 e os 75 anos, e 7 mulheres com idades compreendidas entre os 24 e os 60 anos. E mantive várias conversas informais com outras pessoas residentes no bairro, independentemente de pertencerem às duas famílias referidas.

²² Apesar de ter realizado a pesquisa de terreno no decorrer do ano de 2012, por motivos de ordem pessoal e profissional, esta apenas foi concluída agora.

Com base nos critérios definidos por Guiglione e Matalon (1993, pp. 89-98), as entrevistas semi-diretivas por não serem completamente “abertas”, nem conduzidas por um grande número de perguntas precisas, proporcionam uma maior espontaneidade das narrativas recolhidas. Através das entrevistas, procurei obter elementos de informação e reflexão significativos tendo em conta os objetivos subjacentes ao questionário aplicado.

Parece-me relevante referir (na medida em que se pode encontrar algumas discrepâncias de análise entre os dados qualitativos e quantitativos) que as entrevistas realizadas não foram inicialmente equacionadas, ou seja, a estrutura da tese foi pensada tendo como principal instrumento de análise somente o inquérito por questionário. Contudo, na fase final do trabalho de campo surgiu a oportunidade de realizar algumas entrevistas, as quais, desde logo, se revelaram uma mais-valia à análise dos resultados obtidos pelo questionário.

Ao planificar as entrevistas acabei por construir em pequeno guião de suporte. O guião foi utilizado sobretudo como forma de preparar as entrevistas e nunca foi usado no decorrer destas ou facultado aos interlocutores. Os tópicos do guião tiveram em conta o que significava para cada interlocutor pertencer às categorias sociais definidas no inquérito por questionário, e foram explorados com base nas vivências, representações e idiossincrasias de género e geração de cada entrevistado.

As entrevistas realizaram-se em locais escolhidos pelos vários entrevistados: em suas casas e em diferentes espaços públicos. E os entrevistados foram selecionados mediante o já referido efeito “bola de neve”, método através do qual fui construindo a minha rede de interlocutores.

2.2.4 Observação direta

Para além das entrevistas aos “pais”, às “mães”, aos “filhos”, aos “avós”, etc., o trabalho no terreno ainda contou com observação direta de algumas formas de organização social e rituais culturais.

Na esteira de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 196), a observação direta é um método “no sentido restrito, baseado na observação visual” onde podemos captar “os comportamentos no momento em que eles se produzem em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho”. A observação direta foi facilitada através de alguns informantes privilegiados, os quais ao longo da pesquisa convidaram-me para assistir a uma cerimónia de casamento tradicional, entre um jovem do grupo

etnolinguístico Ambundu e uma jovem pertencente ao grupo etnolinguístico Ovimbundu. Enquanto convidado, pude observar alguns ritos (e a sua importância) de preservação da identidade social étnica de cada um dos grupos em diálogo.

A observação direta produzida ao longo do trabalho de terreno atuou como meio facilitador na confirmação de informações e na reorientação de questões. De igual modo, possibilitou a apreensão e a articulação entre fatores de ordem diversa (económicos, políticos, estatutos, solidariedades, etc.), e minimizou os efeitos daquilo que Quivy e Campenhoudt (2005, pp. 15-30) chamam de “suspeita etnocêntrica”, ao estabelecer proximidade e confiança entre o investigador e a população estudada.

Por perceber que tal constrangia e inibia as narrativas da maioria dos interlocutores (os quais apontaram, por exemplo, receios à exposição pública em virtude de traumas causados pela guerra civil), optei por não utilizar gravador, máquina fotográfica e câmara de filmar como instrumentos de suporte ao registo de dados.

CAPÍTULO III – BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA CONTEMPORÂNEA

Angola é hoje um país constituído por múltiplos contrastes e distintas condições sociais e estilos de vida, no seio dos quais a estrutura das identidades sociais se configura em torno do impacto histórico, político, social e cultural do colonialismo (díspar e volátil entre regiões e populações) e dos longos períodos de violência armada (guerra colonial, processo de descolonização e guerra civil), mas também com base no processo de recomposição político-social e de construção da Nação.

Marcada no seu conjunto por estes fatores, a estrutura das identidades sociais da população angolana criou na sociedade especificidades de organização, desenvolvimento e transformação dos espaços políticos, socioculturais e simbólicos. Estas influenciam as relações entre grupos, as atitudes individuais, as dinâmicas de competição por recursos e oportunidades nos modos como definem a nacionalidade, a pertença à nação e a um grupo étnico específico, a origem regional e os posicionamentos identitários (de género e de geração, a língua, a filiação religiosa, política, etc.), enquanto agentes estruturais e estruturantes do pensamento social da população em geral e da saliência das identidades sociais em termos de ganhos ou perdas.

Como se verá no capítulo IV, trata-se da interação entre estruturas sociais e identidades sociais, sem que exista neste domínio uma causalidade em sentido único. Ou seja, por um lado as identidades sociais condicionam (em grau maior ou menor) as estruturas sociais e os comportamentos dos atores sociais. Mas por outro lado, as estruturas sociais e os acontecimentos históricos condicionam também as identidades sociais.

3.1 Presença portuguesa e ocupação do território

Com a chegada dos portugueses ao Reino do Congo²³ no século XV, e posterior expansão para o interior do território, o processo histórico de Angola evoluiu sob o domínio colonial português (Meijer e Birmingham, 2004). Mais concretamente, embora o domínio do poder colonial português só tenha iniciado de facto no fim do século XIX, e efetivado no começo do século XX, Angola esteve sob a sua influência desde o século XV até à sua independência, a 11 de novembro de 1975.

²³ A região do Kongo “formou-se no Norte como resultado de um processo de diferenciação e consolidação” (Heimer, 1973, p.7).

De acordo com Heimer (1973, pp.7-8), “até meados do século XIX, a presença portuguesa, (...), limitou-se praticamente a São Tomé e Príncipe, Luanda com uma faixa exígua de território anexo (o conjunto chamado de “Angola”) e Benguela com as suas adjacências. O impacto desta presença sobre as sociedades africanas variou bastante, de acordo com a sua localização geográfica, com o seu nível de desenvolvimento ao tomar contacto com os portugueses, com o tipo exacto de interacção que se estabeleceu com estes e com uma série de outros condicionalismos, que aliás variaram ao longo dos séculos”.

No caso de Angola, a partir da sua presença em Luanda²⁴ e Benguela²⁵, verificaram-se incursões mais ou menos ocasionais para além dos pequenos territórios sob o seu controlo. Nomeadamente, os esforços de penetração no interior começaram a ser verificados nas primeiras décadas do século XIX, registando-se algum abrandamento em meados deste mesmo século e uma retoma nas últimas décadas.

Por sua vez, tais esforços de incursão e penetração territorial eram em grande medida de carácter militar visando, sobretudo, o estabelecimento de um domínio duradouro sobre determinadas regiões, bem como a tentativa de criar postos avançados que se destinavam a facilitar a ampliação de redes comerciais. Porém, todo esse processo não se efetuou sem a resistência, em maior ou menor grau, das populações locais.

Paralelamente foi ao longo do século XIX, que se registou a implementação das primeiras missões católicas, para além dos perímetros controlados por Luanda e Benguela. Com a realização da conferência de Berlim em 1884/85, Portugal pôde fazer valer uma presença secular em dois pontos do litoral e uma presença mais recente (administrativa/militar, comercial, missionária) em vários pontos do interior, contudo, longe de uma ocupação completa do território hoje chamado Angola (Wheeler e Pélissier, 1971).

À semelhança da maioria das outras colónias europeias em África, as suas fronteiras não foram fixadas definitivamente antes de 1926. Durante este período, mas só depois de várias décadas de guerras quase ininterruptas, necessárias para quebrar a “resistência primária das sociedades africanas” (Heimer, 1980, p. 16), alcançaram uma situação que se aproximou da “ocupação efectiva”.

²⁴ Fundada em 1575, com o nome de São Paulo da Assunção.

²⁵ Fundada em 1615.

Diante de ameaças de ocupação do território (reclamado por Portugal) por parte de outras potências coloniais, os portugueses iniciaram esforços que visavam a ocupação de todo o território angolano. Porém, face à escassez de recursos (materiais e humanos), os progressos de Portugal neste sentido foram bastante lentos. O desenvolvimento da sua presença em África tem de ser visto no âmbito da concorrência com outros poderes coloniais, nomeadamente, com sistemas militares, económicos e políticos mais fortes (Sousa Santos, 1994).

A fase da ocupação colonial, iniciada nas últimas décadas do século XIX e concluída nos anos 1920, corresponde ao momento em que Portugal redobrou o seu esforço de conquista do “interior de Angola”, numa clara tentativa de antecipação e reforço da sua presença em África. Tal atitude teve por base, a crescente concorrência por parte das diferentes potências colónias europeias empenhadas na “corrida por África” (Pélissier, 1997, p. 15).

No entanto, só depois do advento da República em Portugal (a 5 de outubro de 1910), a expansão do Estado colonial avançou de forma mais consequente. Em meados do ano 1926 estava alcançado um domínio integral do território, embora tenham ocorrido, por volta de 1941, alguns surtos de “resistência primária” (Wheeler e Pélissier, 1971).

Nas décadas do século XX, as autoridades portuguesas procuraram efetivar todo um processo de ocupação do território por colonos portugueses (Castelo 1999), cuja presença até então era muito escassa. Conjuntamente recorreram a uma combinação de mecanismos de exploração dos recursos agrícolas e extração de minérios. Estas ações foram atravessadas por várias reformas, na administração e legislação colonial (...) (Messiant, 1983).

3.2 Constituição e evolução da formação social²⁶ angolana

Angola, tal como a maior parte dos países africanos, nasceu de um aglomerado de povos e grupos socioculturais, cada um com histórias e tradições distintas. Aos poucos estes pequenos povos e pequenos estados locais começaram a entrar em contacto

²⁶ O termo “formação social” é aqui utilizado para, de forma meramente heurística, designar o conjunto dos tecidos sociais, de algum modo interligados que existem no território de Angola. O tema em si tem sido motivo de algum debate, embora ténue, por parte de alguns autores angolanos (Caley, 2006; Carvalho, 1999).

uns com os outros. Consequentemente, o desenvolvimento histórico levou-os a partilhar um destino comum sob a crescente influência portuguesa.

Antes da ocupação colonial, e mesmo antes da fixação dos portugueses em certos pontos do litoral, existia no atual território de Angola uma população constituída por sociedades de extensão variável com baixo nível tecnológico, embora geralmente com pouca densidade. Cerca de 99% da população era bantu²⁷. Tais sociedades não formavam qualquer unidade nem tinham uma identidade social comum. Não se conhece com precisão as origens das populações pré-bantu e bantu, nem das suas deslocações pelo continente africano. A bibliografia disponível admite contudo movimentações ocorridas muitos séculos antes da chegada dos europeus, motivadas por redes de comércio e/ou de alianças políticas e matrimoniais.

A disseminação destas populações por uma extensa área da África central (e, nomeadamente, pelo território que veio a se tornar Angola) e as relações estabelecidas entre si não só desencadearam o aparecimento de determinadas estruturas sociais, culturais e linguísticas, como estimularam ao surgimento de identidades sociais, culturais, religiosas e políticas diversas (Dias, 2002).

Já as relações entre o poder colonial português e as diferentes populações do território de Angola evoluíram progressivamente num plano de interação e confronto recíproco, influenciado pelo comércio transatlântico, pela cristianização e por um regime colonial autoritário.

As rotas de comércio da região Congo, foram significativamente transformadas pelos europeus. O nascimento de novas rotas (África/Europa/América) e o estabelecimento de relações e trocas comerciais (Heimer, 1980), transformaram a cidade de Mbanza Congo num ponto comercial de sucesso. No entanto, as tentativas de controlo pelas principais rotas comerciais, a competição europeia, o tráfico de escravos e o estabelecimento de novos pontos mercantis, em Luanda (XVII) e em Benguela (XIX), acabaram por decretar o seu enfraquecimento político e económico.

A convivência dos europeus com as populações autóctones, o tráfico de escravos e a economia mercantil, sem esquecer a cultura e a religião, levaram ao surgimento de

²⁷ Usado pela primeira vez no século XIX, nos estudos de Wilhem Bleek, o termo *bantu* não se refere a categorias como “raça”, “sociedade”, “cultura” ou “etnia”, é simplesmente uma referência linguística. O radical “ntu” significa “homens”, e o prefixo “ba”, constituído pelo plural do vocábulo “mutu”, “pessoas”.

novos grupos sociais, culturais e políticos. Produzindo, similarmente, divisões entre populações urbanas (assimiladas) e rurais (não assimiladas), alimentadas por interesses opostos (Dias, 2002).

Estas relações e dinâmicas transformaram claramente a organização interna e a estrutura das populações africanas, entre os séculos XVI e XX. Abrangendo comportamentos económicos, culturais e políticos, reforçaram e redefiniram diversidades regionais, políticas, étnicas e dinâmicas sociais, entre grupos adjacentes e/ou entre povos agricultores das terras altas do planalto central.

Neste contexto, surgiram “grupos de intermediários comerciais, de descendência e cultura mista, europeia e africana”²⁸ (Dias 2002:303), bem como grupos populacionais ou comunidades predominantemente africanas que se diferenciavam por falar português e por se declararem cristãs (Miller, 1988; Dias, 1981). Designados por Dias (2002), de “crioulos de Angola”²⁹, os “grupos de descendência e cultura mista” localizavam-se sobretudo em Luanda, Benguela e *hinterlands* (Dias, 1981; Wheeler e Pélissier, 1971)³⁰.

À semelhança de outros poderes coloniais, com especial incidência na África subsaariana, o colonialismo português do século XX foi subsidiário de um “modelo ocidental” de dominação assente, em grau maior ou menor, em ideologias imperiais de racismo, de legislação discriminatória, de discriminação e extinção da “alteridade”, etc. Tal modelo visava substituir a “má” identidade do colonizado pela “boa” identidade do colonizador, em defesa de uma “missão civilizadora” (Alexandre, 1999; Neto, 1997):

“(…) a Europa salvando a África de si mesma, isto é, da barbárie, das guerras intestinas, do feiticismo, das doenças endémicas, do atraso tecnológico e moral... Exploravam-se os africanos, mas para ‘o seu bem’, trazendo-os para ‘a civilização’” (Neto 1997:340).

²⁸ No começo do século XIX, numa variante alinhada longitudinalmente a interesses políticos, o poder colonial português, utilizava diferentes termos (“filhos do país”, “filhos das colónias”, “filhos desta terra”, “filhos do povo”, “euro-africanos”, etc.) para diferenciar populações de áreas urbanas de populações do interior, à margem do domínio português, definidas como “africanas” ou “gentílicas”.

²⁹ De acordo com Dias (1984), o termo foi registado pela primeira vez por Mário de Oliveira (1968). O seu uso é teórica e politicamente muito controverso. Várias famílias em Angola ainda hoje são reconhecidas, através do sobrenome, como descendentes dessa “crioulidade”.

³⁰ Estes grupos, racial, cultural e socialmente distinguidos, eram definidos por categorias como “negros”, “mestiços”, “brancos”, e diferenciados segundo a religião, a instrução, o acesso a cargos políticos, etc. (ver Dias, 1981 e Miller, 1988, entre outros).

Só depois da ocupação efetiva do território, portanto, a partir “dos anos 20 do nosso século se pode começar a falar numa formação social angolana, precariamente constituída, implantada no território então definido sob a forma de um conglomerado onde o núcleo colonial é o centro dominante e as sociedades africanas são reduzidas ao status de periferia” (Heimer, 1983, p. 192).

Esta formação social começou a evoluir muito lentamente para um tecido social abrangente, embora a sua coesão continuasse a ser precária. Segundo Heimer, “a sociedade central, criada pelo colonizador, moldava-se de acordo com o modo de produção capitalista, enquanto as sociedades agrícolas e agro-pastoris africanas, caracterizadas por uma variedade de modos de produção pré-capitalistas” (Heimer, 1980, p. 17).

Ainda na esteira do mesmo autor, “até aos anos 70 do século passado, de um lado existe um núcleo colonial (geograficamente uma rede de núcleos), ocupando o território de Angola de hoje, do outro lado, um número considerável de sociedades africanas, com exceções ainda politicamente independentes, que tinham as características mais diversas e que mantinham de algum modo interacção directa (e/ou indirecta) com o núcleo colonial” (Heimer, 1983, p. 20).

As clivagens entre a sociedade central e as sociedades africanas tornadas periféricas foram acentuadas pela dominação colonial.

Convém realçar que havia ligações entre as sociedades já que a sociedade central se expandia até às zonas rurais, num primeiro momento por via do alargamento de instituições religiosas e do sistema de ensino, mas também, por meio da construção de estruturas sociais básicas, nomeadamente, rede comercial, administrativa e de comunicação.

Recorde-se, no entanto, que um dos elementos que mais influência teve na promoção da administração colonial foi sem dúvida a questão racial, na medida em que foi também por via dela que os indivíduos definiam, claramente, a existência de outros grupos, ou seja, os considerados brancos e não brancos, mais também a invenção de uma “terceira raça”, os mestiços.

No contexto da colonização, os mestiços eram considerados como uma raça (Heimer, 1973), e, tidos, segundo Neto como um grupo com status social alto e distinto, comparativamente aos negros, na medida em que esse status repousava no grau de instrução e, sobretudo, na posição económica do seu progenitor, na qualidade de europeu (Neto, 1997, p. 193).

Era possível naquele contexto colonial, afirmar, de forma clara, que na sociedade central, havia já, um processo rápido de constituição de classes sociais, no qual era possível visualizar e fazer distinção daquilo a que se podia chamar de segmentos sociais, com evidências de classe.

Assente em justificações meramente “raciais”, no “topo” da pirâmide da estrutura hierárquica encontravam-se os brancos (europeus, provenientes da metrópole), onde se podia colocar todos aqueles que detinham, quer, o poder político, militar, económico, administrativo, e também o religioso. Por outras palavras, os membros deste grupo exerciam uma grande influência sobre as principais instituições.

Já na zona intermédia da pirâmide encontravam-se os brancos e mestiços, mas onde se podia encontrar também alguns africanos (classificados como assimilados)³¹, na medida em que se identificavam com os modos de ser, estar, pensar dos europeus. Ou seja, identificavam-se perfeitamente com a cultura “europeia” (Dias, 1984, p. 61).

Outrossim, mais abaixo na pirâmide, se podia ver a classe dos trabalhadores, essenciais na economia, representada pela grande maioria da população africana negra, cuja qualidade de vida era precária, com baixos níveis de riqueza, instrução, prestígio e, sobretudo, fortemente marginalizada pela sociedade colonial.

Realça-se ainda que “o contingente de africanos cuja inserção social já não era a sua sociedade de origem representava numericamente no fim da era colonial o dobro da restante população integrada na sociedade central” (Silva, 1992, p.104).

Segundo Clarence-Smith (1980, pp. 109-129), nas sociedades rurais³², do ponto de vista do direito, coabitavam dois sistemas. Por um lado, o colonial e por outro, o tradicional (costumeiro). No que se refere à estrutura da organização política e social, o quadro de referência para estas sociedades, são os antigos sistemas de parentesco.

Para além disto há que considerar dois aspetos importantes:

- Eram sociedades com estrutura própria (de parentesco) e com uma tradição de autorregulação que a ocupação (deliberadamente) só limitou, mas não destruiu;

³¹ Processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes de outra parte. É um ajustamento interno e indício da integração sociocultural. Termo oficial a partir dos anos de 1950: “civilizado”.

³² Realça-se que, estas sociedades, do ponto de vista de relações, eram igualitárias, e só por “razões extremas”, se podia compreender que determinadas linhagens tivessem um estatuto mais privilegiado do que outras.

- Na maior parte, eram pequenos agricultores que o sistema colonial levou a produzir antes de tudo para o mercado (milho, café e algodão). Nota-se que geralmente não foram “culturas obrigatórias”, mas culturas que surgiram por razões económicas.

Convém no entanto distinguir que houve em larga escala o seguinte:

- Confisco de terras e a “criação” correspondente de uma mão-de-obra disponível para o trabalho assalariado;
- Na maior parte dos casos, a continuação de posse/usufruto das terras, pelos “indígenas”, mas uma pressão para que estes passassem a produzir produtos comercializáveis.

Gostaria de ressaltar aqui o domínio da educação, na medida em que este foi “usado” não só como “catalisador”, produtor e/ou reproduzidor das assimetrias e diferenças sociais, mas também, como instrumento que possibilitou marcar a “subordinação” das comunidades rurais em relação às comunidades centrais (Heimer, 1973, p. 639).

Finalmente importa salientar, que o já referido sistema (educativo), num primeiro instante, compreendia dois polos: por um lado, o das instituições escolares reservadas para os indivíduos brancos, mestiços e também os chamados assimilados, por outro, o das instituições destinadas aos denominados indígenas³³.

Na verdade, entre as transformações no domínio da educação podemos destacar (Silva, 1992, pp. 111-130):

- Oficialização do ensino missionário católico (cujos professores ficaram a depender financeira e pedagogicamente do estado);
- A manutenção das escolas das missões protestantes, sem subsídios estatais, mas seguindo os modos de atuação das escolas estatais;
- A generalização de um tipo de escola inspirada nos parâmetros culturais vigentes em Portugal, com modificações destinadas a facilitar a transição da criança africana “não assimilada” para este tipo de ensino;
- A introdução de dois novos tipos de agentes de ensino: o “monitor”, elemento africano com habilitações literárias elementares e precária formação

³³ Convém ressaltar que, as escolas para os indígenas, se subdividiam em escolas profissionalizantes, que “grosso modo”, eram localizadas nas áreas urbanas, por outro lado, as escolas denominadas como rurais, diretamente associadas as instituições religiosas. Para a educação colonial ver também o artigo de Elisete Marques da Silva (1992).

profissional, e o “professor de posto”, com um diploma profissional de um nível médio;

- A aceleração da expansão escolar (ensino primário), beneficiando sobretudo as áreas rurais, geralmente sob forma de postos escolares;
- A introdução da escola preparatória do ensino secundário;
- A expansão do ensino liceal técnico.

Paralelamente também existiram mudanças significativas noutras áreas, nomeadamente, nos domínios da saúde, no acesso à função pública (para os ex-indígenas), acesso (dos mesmos) aos tribunais, para citarmos apenas alguns exemplos.

Não obstante, o sistema continuou, isso sim, “a constituir um mecanismo de domesticação ideológico-cultural dos sistemas tributários pelo sistema central, um mecanismo de drenagem de elementos dos sistemas tributários para o sistema central” (Heimer, 1973, p. 643).

Acresce que “as sociedades tributárias abandonariam os modos de produção pré-capitalista e passariam por uma regressão estrutural (económica e ideológica), produzindo-se desta forma uma nova marginalidade rural e urbana” (Heimer, 1980, p.24).

Pelo que, até ao fim do período colonial, os sistemas sociais sempre estiveram muito longe de uma homogeneidade e/ou integração societal consolidada.

A guerra anti-colonial levada a cabo pelos movimentos de libertação nacional (UPA/FNLA³⁴, MPLA³⁵, UNITA³⁶) ocorreu entre 1961 e 1974³⁷. O processo de negociações que encerrou o conflito armado teve início a partir do golpe de Estado do 25 de Abril em Portugal, o qual pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974).

Como resultado do processo negocial para a independência de Angola, o Governo português e os três movimentos de libertação reconhecidos³⁸ assinaram a 15 de

³⁴ União dos Povos de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola.

³⁵ Movimento Popular de Libertação de Angola.

³⁶ União Nacional para a Independência Total de Angola. Movimento fundado em 1966, a partir de uma dissidência da FNLA.

³⁷ Para além da organização partidária assente neste três movimentos, Angola conhecia ainda no momento do acesso à independência e à instalação do regime constitucional um movimento independentista que reclamava (e reclama) a independência de Cabinda, a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

³⁸ Agostinho Neto pelo MPLA, Holden Roberto pela FNLA e Jonas Savimbi pela UNITA.

Janeiro de 1975 o chamado Acordo de Alvor. Devendo o processo passar pela eleição de uma assembleia constituinte, após a retirada das tropas portuguesas de Angola, ficou fixada a proclamação da independência e a mudança de soberania para o dia 11 de novembro de 1975. Procurou-se igualmente estabelecer com o Acordo, mecanismos de partilha do poder e a formação de um Governo de Transição abrangendo a participação de todas as partes envolvidas, assim como a inclusão das três movimentos numa única Força Militar e o apoio das Forças Armadas Portuguesas até Fevereiro de 1976.

Devido à existência de rivalidades políticas, a relação entre os três movimentos angolanos de libertação pautou-se quase sempre por interpretações diferentes quanto ao estabelecido nos acordos. Ao longo da guerra colonial a UPA/FNLA, o MPLA e a UNITA, que combatiam em simultâneo a presença dos portugueses em Angola, atuando em diferentes regiões de Angola, por vezes defrontavam-se entre si. Durante o processo de transição (1974-1975), ficou claro a impossibilidade dos três movimentos formarem um só governo.

A 11 de novembro de 1975 o MPLA proclama sozinho (sem UNITA nem FNLA) a independência de Angola em Luanda, sob a liderança de Agostinho Neto. Ao mesmo tempo Jonas Savimbi, líder da UNITA, em aliança com a FNLA, proclama a independência de Angola no Huambo. No início de 1976 a Organização da Nações Unidas (ONU) reconhece o Governo do MPLA como legítimo. Tendo Angola como primeiro presidente da República Agostinho Neto até 1979, altura em que faleceu vítima de doença, sendo o seu sucessor José Eduardo dos Santos até hoje.

Após a independência de Angola a FNLA conheceu uma trajetória descendente, na medida do crescimento da popularidade do partido no poder, o MPLA, contra a UNITA. Enquanto a FNLA abandona a luta armada (em Fevereiro de 1976), a UNITA continua a guerrilha com o apoio dos EUA e da África do Sul.

Com efeito, as hostilidades acentuaram-se no período pós-independência dando origem a uma guerra civil, com participação de forças militares estrangeiras apoiando as partes em conflito, que durou 27 anos (de 1975 a 2002). Apesar das sucessivas guerras que temporariamente fragmentaram partes do território, acentuando as diversidades

etnolinguísticas e/religiosas, nunca ganharam relevância projetos que pretendessem a secessão de partes do território nacional³⁹.

Como se verá a seguir, o que esteve em causa nas crises políticas em Angola, cuja gravidade motivou confrontos armados, foi o controlo do Estado por determinada(s) força(s) política(s).

3.3 Recomposição⁴⁰ político-social⁴¹

Com a independência de Angola, sucedida no contexto internacional da Guerra Fria, começaram dois processos que se condicionaram mutuamente (e abriram um novo capítulo a uma sociedade emergente):

- O despoletar de uma guerra civil que durou quase três décadas, logo após à declaração de independência, entre os três movimentos (MPLA, UNITA e FNLA).
- O estabelecimento de um regime de partido único autoritário desde a independência (1975 – 1990).

Marcados pelo processo histórico, político, social e cultural de reconciliação e de construção da Nação, outros dois fatores sobressaem desde a independência até à atualidade em Angola:

³⁹ Ressalva-se, porém, o conflito levado a cabo pela FLEC pela independência da região de Cabinda (Hodges 2002; Mabeko-Tali 2004), área na qual se concentra mais de 50% da produção petrolífera de Angola (Meijer e Birmingham 2004:15).

⁴⁰ Neste estudo a definição de “recomposição” insere-se na problemática das transformações do espaço político-social do pós-independência e de uma guerra civil prolongada, através duma análise sustentada por referentes históricos, políticos e simbólicos que servem de suporte para o entendimento da “angolanidade”, como identidade social abrangente e que sustém a ideia de recomposição nacional e construção da nação (por meio dos processos de integração políticos, sociais e económicos).

⁴¹ A passagem do período colonial para a I República (1975-1991) centrou-se, política e socialmente, na edificação do Estado e no debate sobre a sociedade pós-colonial. Angola independente nasceu com a Constituição de novembro de 1975, e respetivas revisões de 1976, 1977, 1978 e 1980. Em 1976, o MPLA aderiu oficialmente ao Marxismo-Leninismo, e integrou as novas medidas na revisão de 1978. Com base nas reformas políticas e económicas da década de 1990, deu-se início ao processo nominal de abertura e de “democratização” do país, ao multipartidarismo e a uma economia dita de mercado (cf. Revisão Constitucional levada a cabo pela lei 12/91, Revisão Constitucional de 1992 – Lei n.º 23/92 de 16 de setembro). Com a mudança do sistema de partido único para o multipartidarismo, iniciou-se a II República. Altura em que também se modificou a denominação de República Popular de Angola para República de Angola.

- A natureza e o impacto da transição de Angola para um regime multipartidário;
- As tendências atuais da política angolana dentro do quadro mais amplo da evolução socioeconómica e política dos países de África, com ênfase especial naqueles que têm recursos petrolíferos.

O primeiro período de recomposição política com relevância e visibilidade fez-se a partir de 1975, iniciando-se com o estabelecimento de um novo um regime político e económico inspirado pelo modelo marxista-leninista em vigor nos países do chamado “Bloco Socialista”, portanto monopartidário e baseado numa economia estatal de planificação central (até à transição para o multipartidarismo e economia de mercado nos anos 1990).

O aspeto importante e fundamental de recomposição política neste período terá sido a manutenção do modelo autoritário e sobretudo centralizador da relação do estado com a sociedade em geral.

Com a edificação da I República a administração de Agostinho Neto e de Eduardo dos Santos inicia um novo quadro de relações económicas de domínio partidário sobre o sistema económico. Com a saída em massa dos cerca de 340 mil portugueses (Hodges, 2001; Bhagavan, 1986), e conseqüente perda de mão-de-obra qualificada, sem tempo para se sedimentar e perante uma situação económica e administrativa difícil, não se opôs à continuidade de um sistema de dominação política herdado da época colonial.

Com efeito, consolidaram-se diferenciações socioeconómicas no acesso a bens e serviços dos meios oficiais. O acesso ao Estado e às camadas superiores do Partido constituía um forte recurso económico, operacionalizado dentro da hierarquia partidária/estatal/militar (entre órgãos de topo e as bases), excluindo automaticamente aqueles que se encontravam fora da estrutura do Partido Único/Estado (Bhagavan, 1986; Hodges, 2001, 2003; Aguilar, 2006; Vidal, 2007), através de redes e relações negociais de personalização e clientelização.

O desmoronar da produção que aconteceu no final dos anos 1970 e início da década de 1980 (que na agricultura e na pesca, quer na atividade mineira e na indústria transformadora) levou a um crescimento gigantesco da importação de todo o tipo de bens, controlado pelas elites políticas e financiado pelas receitas petrolíferas. O poder de compra do comum angolano ficou profundamente arruinado pelos preços extremamente baixos dos produtos de exportação e pelos elevados preços dos produtos importados.

A mesma carência de bens levou ao desenvolvimento de um enorme e diversificado mercado paralelo⁴² e à consequente existência de grandes diferenças entre os preços do mercado paralelo e oficial as quais proporcionaram todo o tipo de “esquemas” lucrativos.

O período de 1982-1985, foi de efetivação do domínio absoluto do presidente, José Eduardo dos Santos sobre todo o aparelho patrimonial, caracterizado por um processo de reforço acentuado dos poderes institucionais da Presidência, chamando a si novos “poderes de emergência”, a coberto dos quais desenvolveu um estilo de progressivo híper presidencialismo na governação, ultrapassando não só os órgãos do governo, como também do próprio partido-MPLA, autonomizando as relações económicas e políticas com o exterior, especialmente no que concerne ao sector petrolífero⁴³ (Vidal, 2011, p. 52).

O período 1985 – 1992 esteve associado ao início da chamada ”transição” da economia socialista para uma economia dita de mercado. Reformas graduais foram iniciadas a partir de 1987. Em 1990, no prosseguimento da renúncia oficial do MPLA ao Marxismo-Leninismo, a legalização do sector privado do comércio interno foi simultânea com a liberalização parcial dos preços e com um aumento desnordeado da inflação (Aguilar, 2006; Vidal, 2007).

Esta primeira fase de recomposição, motivada pela saída em massa dos “colonos brancos” e de uma parte da população “mestiça”, e pela diferenciação socioeconómica no acesso a bens e serviços, teve um forte impacto no tecido social.

Passou-se a ver, em primeira mão, uma estratificação assente, preferencialmente, no grau de engajamento e fidelidade aos indivíduos pertencentes às estruturas políticas. Tal engajamento sustentava, em maior ou menor grau, a ascensão social (não deixando, contudo, de haver outros mecanismos).

O sistema centralizado da economia, desde cedo evidenciou a sua inadequação à sociedade e às estruturas sociais e económicas realmente existentes. Permitiu e impulsionou o desenvolvimento de “esquemas” e da economia paralela. Ao nível social, por exemplo, estas adaptações socioeconómicas permitiram o alargamento de um

⁴² Segundo Morice (1985:109) o designado “mercado paralelo” desenvolveu-se no contexto da experiência economia socialista do partido único, e o “mercado informal” no decorrer da economia de mercado.

⁴³ Sobre esta matéria, ver Vidal (2006, pp. 11-57).

estrato social anteriormente privilegiado, bem como, o aparecimento de novos estratos. (Rodrigues, 2006, p. 20).

Do ponto de vista de ruturas, quer os critérios de estratificação, quer a estrutura social, sofreram mutações substantivas e fundamentais, nomeadamente:

- A importância das clivagens raciais começou a diminuir, a favor das clivagens socioeconómicas que ganharam maior força;
- Tornou-se nítida uma estratificação socioeconómica cada vez mais acentuada e diferenciada;
- O surgimento de uma nova forma de dominação que possibilitou (e/ou permitiu) a perpetuação das injustiças sociais na sociedade angolana, apesar de ter terminado a dominação colonial;
- Do ponto de vista do acesso “vantajoso” a bens e serviços, para todos aqueles cujo status fazia parte da pirâmide social mais alta (Messiant, 2006);
- O acesso “vantajoso” a determinados bens e serviços, nomeadamente, emprego, habitação, saúde, educação, etc., (para um número bastante restrito de indivíduos), permitiu-lhes que tivessem de gozar uma condição vantajosa, comparativamente, à maioria da população, reduzida numa permanente luta pela sobrevivência.

Efetivamente, em termos de formação de classes, é possível ressaltar a existência da mesma tendência na contemporaneidade, quer seja pela forma como exibem as suas riquezas, quer pela forma como se apresentam em relação à grande maioria da população, o que nos permite avançar, como tentativa de hipóteses o seguinte:

- A existência de um estrato social, no seio do qual é possível ver funcionários (seniores) ligados a grandes empresas públicas e estratégicas (por exemplo, a Sonangol e a Endiama) e ainda pessoas afetas aos diversos órgãos de soberania e do aparelho central do estado;
- A hipótese de existência de um estrato intermédio que se encontra em estruturação, onde se pode ver alguns funcionários públicos, pequenos e médios empresários, professores, trabalhadores de companhias estrangeiras, empresários e pessoas do sector bancário;
- Por último, um estrato baixo, em que se encontra a grande maioria da população que tem acesso limitado a bens, nomeadamente, saúde, emprego, escola, etc.

A segunda grande recomposição vem ocorrendo em Angola, desde o início dos anos de 1990, particularmente após a introdução do sistema multipartidário (1991), e a consequente liberalização da economia e a realização das primeiras eleições multipartidárias (Legislativas e Presidenciais) inéditas na história de Angola (1992).

Quer isto dizer que o processo de recomposição política iniciado na primeira metade da década de noventa, significou, na sua essência, a passagem de um modelo no qual o Estado se limitava a impor o seu domínio sem necessidade de negociar com as populações, para um modelo em que as sociedades ganharam alguma autonomia e capacidade, mas apenas nominalmente.

Com efeito, a partir de 1991, novas dinâmicas sociais vão surgindo na sociedade angolana, nomeadamente:

- A privatização dos bens do estado;
- A ascensão de uma nova burguesia;
- A consolidação de um regime com fortes características predatórias;
- Uma diferenciação socioeconómica cada vez maior.

Esta constatação refere-se à maneira como o espaço político dominante foi estruturado sobretudo enquanto a guerra civil ainda decorria (Heimer, 2004, p. 2). Um elemento importante consubstanciou-se no aparecimento de um tipo de estrato social constituído por indivíduos com ligações ao partido e às forças armadas (com raízes na I República).

A lógica destes indivíduos, cujo poder assenta no controlo do aparelho (administrativo, militar e económico) do Estado e do antigo partido único e ainda dominante, o MPLA concentrou-se naquilo que em linguagem marxista se poderia chamar a sua “reprodução alargada” (Heimer, 2004, p. 2).

Em rigor, os anos noventa, para além de marcarem a transição de estruturas políticas autoritárias para estruturas políticas multipartidárias, marcou de igual modo a transição de um modelo de dominação política predominantemente autoritário, para um modelo cuja legitimação política passou a incluir (pelo menos formalmente) uma componente de cariz “contratual” sustentada em torno de processos eleitorais.

O último grande período de recomposição tem a ver com as mutações internas no seio da mais importante força política de Angola, o MPLA. O elemento importante deste período reside na unidade interna que o maior partido de Angola tem demonstrado

ao longo dos anos, fator que tem contribuído para a longevidade do partido, e sobretudo, para a sua manutenção no poder.

Aqueles que passaram a controlar o Estado e a economia em Angola, quer na sequência da transição para a independência quer na transição para o multipartidarismo, continuam a reelaborar as suas representações a partir de lógicas do sistema anterior (partido único e autoritário). Há, na verdade, uma espécie de nova transição com o aparecimento de novos protagonistas e características.

As evidências dos dias de hoje apontam para a existência de grupos constituídos por uma rede restrita de indivíduos detentores do poder político, económico e militar, em resultado das novas formas de acumulação de capital da década de noventa.

Entre o topo e a base aparece aqueles indivíduos (“pequena burguesia”) que por mérito das suas qualificações académicas e/ou técnicas, ocupam posições vantajosas na estrutura social, quer seja na administração pública, ou em grandes empresas privadas. Convém no entanto sublinhar, que muitos desses indivíduos asseguram vantagens materiais e/ou sociais, mediante a conexão com o partido no poder. Entre os dois há os assalariados com baixos salários ou renumerações precárias. Entretanto, mais abaixo, encontramos uma população que está no limiar da pobreza, cujo nível de vida é muito baixo do que a maioria das pessoas na sociedade, nomeadamente os desempregados, os mendigos e indigentes.

De forma distinta, a grande maioria da população urbana e rural é constituída por indivíduos que dependem de atividades exercidas no sector informal para assegurar a sua sobrevivência, embora muitos deles possuam empregos formais.

Com efeito, verifica-se uma clara relação entre a estrutura social e a estrutura política. O acesso ao poder político, social e económico é usado frequentemente como estratégias de exclusão, em benefício de um grupo restrito de indivíduos, e dinâmicas de fechamento social são usadas pelos detentores do poder com vista, entre outras coisas, à manutenção do seu “status quo”.

CAPITULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 Uma introdução à estrutura social da cidade de Benguela

As cerca de três décadas de guerra civil que o país viveu tiveram fortes implicações para as cidades, tendo produzido deslocamentos e realocações de grandes massas populacionais das zonas rurais em direção aos principais centros urbanos⁴⁴. Estas ocorreram em grande número principalmente em direção a Luanda, mas também a Benguela⁴⁵. Embora o crescimento populacional esteja em boa medida aliado aos deslocamentos internos gerados pela guerra, a concentração de população em centros urbanos faz parte da vida de muitas cidades africanas (Colaço, 1992; Coquery Vidrovitch, 1988), situando-se o crescimento médio anual nos cerca de 3,05% (Lukombo, 2011:55).

Apesar de hoje em dia se registarem alguns movimentos de regresso às zonas de origem, as autoridades angolanas preveem para os próximos anos a mesma tendência de concentração populacional, visto que as atividades económicas se concentram em grande número à volta das principais cidades.

O cenário social de Benguela não difere muito daquele que se regista nas cidades angolanas em geral. A pobreza urbana generalizou-se e houve uma desagregação das sociedades urbanas e rurais. As populações que dependiam da atividade agrícola para a sua sobrevivência viram vedado ou limitado o acesso às terras aráveis. Os longos anos de guerra, o crescimento acelerado resultante da chegada de população que fugiu à guerra e a ausência de um plano urbanístico local de manutenção, recuperação e ampliação (edifícios, ruas, saneamento, etc.), originaram a

⁴⁴ O principal movimento migratório no continente africano é, desde os anos 50, o êxodo rural, o que fez aumentar a população urbana de 20 para 410 milhões entre 1950 e 2000 (Michelle Guillon, La mosaïque des migrations africaines, in Esprit, Agosto/ Setembro 2005 in 36º Congresso Migrações, Lisboa, 2007 – *Migrações e Direitos Humanos na África Subsariana*). No caso de Angola, os números oficiais disponibilizados pelo governo ditaram para 2004 uma população urbana de 7.842.923 e rural de 6.924.723, num total de 14.767.655 habitantes (ou seja, 53,1% de população urbana). Disponível em www.info.angola (dados consultados em 14/07/2008). Os dados apresentados espelham as deslocamentos, do meio rural em direção às cidades, que durante vários anos ocorreram em consequência do conflito armado que assolou o país.

⁴⁵ Dados recentes sobre a distribuição da população pelas dezoito províncias de Angola, referem que 53% da população do território concentra-se em apenas quatro províncias do país: Luanda, Huíla, **Benguela** e Huambo. Benguela (2 036 662) é a terceira província mais povoada do país, a seguir a Luanda (6 542 944) e à Huíla (2 354 398) (INE/AO, 2015, p. 35).

sobrecarga das infraestruturas existentes, o declínio acentuado do equipamento urbano e dos serviços para os habitantes. Assim como o aumento significativo de construções anárquicas não consolidadas nas áreas centrais de Benguela e conseqüente crescimento das zonas periféricas.

Nos bairros pobres, a carência quanto aos serviços urbanos básicos é muito elevada. Sem acesso a um sistema de abastecimento de água público, o seu provimento é efetuado a nível particular, através de chafarizes construídos pelo governo ou por organizações não-governamentais.

A energia é conseguida, na maior parte das vezes clandestinamente, e a maioria das famílias não tem capacidade financeira para investir num gerador que lhe possibilite ter luz durante os habituais cortes no fornecimento. A recolha de lixo é muito precária e em alguns bairros praticamente inexistente. Contudo, Benguela é considerada a província com melhores condições de organização na recolha de lixo, apresentando, por extensão, um maior desenvolvimento de limpeza urbana.

O sistema precário de saneamento e de recolha de lixo, agravado pelas chuvas irregulares, mas intensas, que ocorrem na denominada “estação das chuvas” ou “quente”⁴⁶, que decorre de outubro a fins de maio, torna a cidade um lugar onde a malária é endémica. Porém, o sistema público de saúde não consegue suprir as efetivas necessidades da população, e o privado apenas está ao alcance de uma minoria.

No interior dos bairros encontram-se vários espaços de serviços e comércio (pequenas lojas – alfaiatarias, oficinas, barbearias, salões de beleza, etc.), organizados e praticados pelos próprios moradores. Assim como igrejas de diferentes denominações, associações de moradores, organizações não-governamentais (ligadas a alguma entidade religiosa ou em parceria com organizações internacionais). Estas ONGs, em colaboração ou isoladamente, desenvolvem vários projetos de apoio à população: construindo escolas e criando cooperativas de mulheres comerciantes, organizando programas e ações de formação sanitária, distribuindo mosquiteiros, etc.

O surgimento de novos grupos sociais e segmentos populacionais marginalizados, a ampliação acentuada das desigualdades sociais que tem provocado a degradação da vida das populações, estimula a exclusão e divide a população entre aqueles que alcançam e beneficiam do sucesso e aqueles que vivem sob o estigma da

⁴⁶ Em oposição à chamada estação do “cacimbo”, seca e fresca, que vai de junho a fins de setembro.

marginalidade suburbana. Para se perceber estas e outras assimetrias, é preciso ter em conta que mais de uma década após o fim da guerra civil em 2002 Angola é hoje um país em construção mas sobretudo em transformação. Numa Angola dos muito pobres e dos muitos ricos, já se vislumbram os “remediados”, os “assim-assim”, ou os que “vivem razoavelmente bem” – divisões variadas de uma classe média em ascensão⁴⁷.

Olhando para estrutura social benguelense, é notório o reforço de práticas e estratégias de organização, reciprocidade e cooperação (Rodrigues, 2006, pp. 62-63), dinamizadas por ações associativistas (associações de bairro, de pais, sindicatos, partidos políticos, igrejas, etc.). Estas atuam como redes de solidariedade, sociabilidade, acolhimento, manutenção de valores de pertença, inserção e controlo (apoiadas em laços de parentesco, de religiosidade, de amizade, de trabalho, de residência, etnolinguísticos, político-partidários, etc.), perante as condições endógenas que criam a necessidade estrutural de uma resposta social.

As atividades informais, relativamente independentes do controlo estatal, constituem para muitas famílias uma parte significativa ou mesmo efetiva (há pessoas e famílias que não têm outra forma de subsistência) das suas estratégias de sobrevivência. Em muitas destas famílias são as mulheres, mais do que os homens, que garantem, através da economia informal (de forma permanente ou ocasional), a subsistência económica familiar.

Nas últimas décadas, a população urbana benguelense cresceu quer demográfica quer economicamente⁴⁸. Esse crescimento tem vindo a impulsionar a deslocação de pessoas oriundas de diversos pontos do país, assim como uma intensa interação entre indivíduos e grupos étnicos culturalmente diferenciados. Distinta em relação aos seus locais de origem, aos seus recursos de classe, aos seus processos de inserção socioeconómica, a população deslocada têm vindo a difundir um certo grau de heterogeneidade sociocultural e etno-religiosa na província de Benguela.

Por sua vez, a deslocação interna trouxe novos significados tanto na forma de interiorização (novas formas de interagir, de olhar os outros, a vida, o mundo), como

⁴⁷ Por exemplo, alguns funcionários ou detentores de cargos públicos, empresários, comerciantes, funcionários de empresas estrangeiras (especialmente do sector bancário, extrativo e construção civil), estudantes universitários, etc.

⁴⁸ Aproximadamente de 80% das empresas de Angola encontram-se circunscritas a quatro províncias (Luanda, Benguela, Huíla e Cuanza Sul) e empregam cerca de 53,5% dos trabalhadores. Benguela é a segunda província, a seguir a Luanda, com maior concentração de empresas (dados referentes ao período entre 2003 e 2014) (INE/AO, 2015, pp. 114-139).

nos aspetos práticos associados à vida quotidiana (alimentação, vestuário, educação dos filhos, saúde, etc.). A instrumentalização de recursos (redes sociopolíticas de inserção, capital social, etc.) e as competências pessoais interagem com a estrutura social envolvente, determinando, de forma heterogéneo, a concretização de projetos e ambições individuais e/ou grupais.

4.2 Caracterização da amostra

Seguindo uma orientação metodológica que privilegiou a análise de informação quantitativa e qualitativa, o presente capítulo articula de seguida os resultados dos dados obtidos através do inquérito por questionário aplicado e das entrevistas semi-diretivas realizadas.

Para além das representações de noção e pertença a determinadas categorias sociais de classificação tendo em conta a problemática de fundo, as narrativas recolhidas, refletindo preocupações pessoais e sociais, permitiram explorar algumas dinâmicas identitárias, construídas em função de papéis, pressões e expectativas de género e de geração⁴⁹. A sua importância e formas de identificação foram enunciadas, sobretudo, a partir de uma perspetiva (social, económica, profissional, académica ou partidária) das vivências, das representações e das práticas quotidianas.

Os aspetos focalizados evidenciam porém a necessidade de se explorar de forma mais aprofundada os perfis, as motivações, as práticas, as formas de organização e participação social de homens e mulheres na vida familiar e quotidiana do bairro. Uma pesquisa com contornos não só exploratórios (como é o caso do presente estudo) poderá ajudar a melhor dissecar e relacionar as referências socioculturais, familiares, religiosas, políticas e simbólicas, presentes nas narrativas recolhidas e nos dados estatísticos apurados.

No presente estudo, foram inquiridas 85 pessoas, das quais 58 homens e 27 mulheres. Nenhum dos inquiridos optou por não responder ao questionário. Apesar da existência de algumas reticências no início da aplicação do questionário, com o decorrer da pesquisa e à medida que fomos explicando as razões e motivações do nosso trabalho, as mesmas foram ultrapassadas.

⁴⁹ Ou seja, as entrevistas realizadas permitiram explorar certas posições diferenciadas (entre género e gerações) nas suas funções de homem/pai/marido, mulher/mãe/esposa, filho/a na atuação das respetivas responsabilidades – de socialização, de afetividade, de racionalidade económica, de proteção, etc. – no contexto das identidades sociais.

Como já referimos anteriormente, a amostra não é estatisticamente representativa, pois serve para fins exploratórios. Porém, devido aos cuidados tomados, a sua composição corresponde, grosso modo, à população estudada.

Tabela n.º 1 – Composição da amostra

Variável	Nível	N	%
Género	Feminino	27	31,8
	Masculino	58	68,2
Idade	Menos de 30	43	50,6
	Dos 30 aos 44 anos	25	29,4
	Mais de 44 anos	17	20,0
Escolaridade	Inferior à 9. ^a classe	28	32,9
	Igual ou superior à 9.^a classe	57	67,1
Ocupação	Estudante	14	16,5
Socioprofissional	Funcionário público	39	45,9
	Empregado do sector privado	22	25,9
	Atividade informal	10	11,8
Pertença etnolinguística	Ambundu	3	3,5
	Bakongo	3	3,5
	Lunda – Tchokwé	1	1,2
	Ovimbundu	78	91,8
Naturalidade	Fora de Benguela	2	2,4
	Benguela	83	97,6
Religião	Católica	58	68,2
	Protestante tradicional	22	25,9
	Evangélica pentecostal	5	5,9
Estrato socioeconómico	Extremamente pobre	1	1,2
	Pobre, mas em situação sustentável	24	28,2
	Remediado/a	60	70,6

A tabela 1 (acima) apresenta de forma esquemática as características sociográficas dos inquiridos. Como se pode ver, a amostra é constituída maioritariamente por indivíduos jovens, de baixa renda, com alguma escolaridade e pertencentes ao grupo étnico Ovimbundu⁵⁰. É uma amostra relativamente homogénea do ponto de vista étnico, mas não religioso e profissional.

Pelo que é possível destacar os seguintes aspetos:

- Globalmente, esta distribuição corresponde mais ou menos à do universo;
- No que se refere à educação há uma distorção que se reflete na ocupação.

⁵⁰ Os Ovimbundu são o grupo étnico de Angola mais numeroso (cf. nota 2). Dispersos principalmente pelo Planalto Central (sobretudo Huambo, Benguela e Bié), encontram-se também localizados em, Luanda, Lubango e Namibe.

Importa sublinhar que não é esta tabela que interessa (isto é, as distribuições de frequência), mas que são as diferenças entre as distintas categorias, no que respeita às identidades sociais que são de relevância para o presente trabalho (ver adiante).

Um aspeto que vale a pena destacar é a fraca proporção dos indivíduos que se dedicam ao sector informal, que não corresponde ao forte protagonismo desse sector quer na economia do bairro⁵¹, quer na economia de Angola de um modo geral.

O facto de a maioria dos inqueridos (91,8%) pertencer ao grupo étnico Ovimbundu é compreensível na medida em que a pesquisa se realizou num território predominante daquele grupo etnolinguístico.

Finalmente, a baixa percentagem (1,2%) de indivíduos em situação de extrema pobreza não corresponde, na verdade, ao atual quadro da composição socioeconómica da maioria da população de muitos bairros periféricos. Embora a população do bairro em análise seja maioritariamente de baixa renda, na prática, as condições sociais dos indivíduos afiguram-se menos precárias.

4.3 Apresentação dos resultados apurados

Tabela n.º 2 – Importância dada às diferentes identidades sociais

		Nenhuma	Alguma	Muita	Total
Identidade Etária	Freq.	2	4	79	85
	%	2,4%	4,7%	92,9%	100,0%
Identidade Escolar	Freq.	2	14	69	85
	%	2,4%	16,5%	81,2%	100,0%
Identidade Etnolinguística	Freq.	3	9	73	85
	%	3,5%	10,6%	85,9%	100,0%
Identidade de Género	Freq.	2	3	80	85
	%	2,4%	3,5%	94,1%	100,0%
Identidade Religiosa	Freq.	7	7	71	85
	%	8,2%	8,2%	83,5%	100,0%
Identidade Centro vs Periferia	Freq.	5	38	42	85
	%	5,9%	44,7%	49,4%	100,0%
Identidade Regional	Freq.	6	11	68	85
	%	7,1%	12,9%	80,0%	100,0%
Identidade Nacional	Freq.	1	6	78	85
	%	1,2%	7,1%	91,8%	100,0%
Identidade Político-Partidária	Freq.	18	12	55	85
	%	21,2%	14,1%	64,7%	100,0%

A tabela n.º 2 (acima) apresenta as distribuições de frequência das variáveis relativas às identidades sociais. A interpretação que se pode extrair desta tabela é de que

⁵¹ Bem como no seio das famílias ou indivíduos que entrevistei.

os inquiridos atribuem maioritariamente muita importância às identidades em análise, já que a resposta mais frequente é sempre a de “muita importância”.

Paralelamente, também é possível inferir que em termos de saliência e importância dada às diferentes identidades sociais, as diferenças não são de um modo geral muito grandes, embora nalguns casos não deixem de ser significativas.

Sendo as identidades sociais uma questão sensível, como poderemos ter a certeza de que os indivíduos dizem o que realmente pensam? Ou se responderam em função do que acharam que o investigador esperava?

Na verdade, foi possível, através da observação direta, ver, até certo ponto, se as respostas foram sinceras ou não, espontâneas ou resultantes de uma reflexão. Ou ainda se esta espontaneidade pode, em certa medida, refletir algum pensamento dessas populações.

Em rigor, por aquilo que foi possível observar, penso que as respostas dadas sejam sinceras, refletem o pensamento efetivo, embora, se suponha que os sentimentos de identidade não estejam sempre muito sedimentados.

Convém, no entanto, sublinhar que nem sempre os inquiridos perceberam as questões colocadas ou que nem sempre compreenderam o sentido com que originalmente foram colocadas as perguntas. Vejamos, por exemplo, a forma como algumas perguntas foram entendidas e/ou respondidas.

No que concerne à **identidade política**, as respostas dadas permitiram constatar que para os indivíduos inquiridos responder a esta pergunta não significou, pensar na existência de várias correntes políticas e partidárias. Os vários interlocutores responderam a esta questão, pensando sobretudo no partido que se encontra por maioria absoluta no poder⁵² – o MPLA.

Portanto, o MPLA, apesar da existência de outras forças políticas, continua a ser visto como a força mais importante no sistema político angolano e em torno da qual gravita o processo histórico de Angola.

⁵² As primeiras eleições em Angola ocorreram em 1992. Os resultados apurados, MPLA (53,74%), UNITA (34,10%), José Eduardo dos Santos (49,57%), Jonas Savimbi (40,07%), (Vidal, 2006, p.26), rejeitados pela UNITA, foram considerados pela ONU como “livres e justos”, sob fortes críticas. A Angola voltou a ter eleições em 2008 – MPLA (81,60% dos votos), UNITA (10,39%) – e em 2012 – MPLA (71,84%), UNITA (18,66%) Comissão Nacional Eleitoral de Angola, disponível em www.cne.ao. <http://www.eleicoes2012.cne.ao/inicio.htm> (acesso em 04.04.2016).

Na verdade, isto mostra que ainda existe atualmente em Angola a ideia segundo a qual a pertença a um partido político (nomeadamente, ao MPLA, o partido no poder), proporciona maiores “oportunidades” de progressão no estilo de vida (seja cultural, política, económica ou social).

Outro exemplo ilustrativo pode ser visto na periferia urbana onde as pessoas (geralmente) se vinculam a determinados comités de partidos (no caso concreto, do MPLA), como forma de resolverem os seus problemas imediatos e, eventualmente, afirmarem as suas semelhanças e diferenças em relação aos “outros”.

No entanto, deve insistir também no facto de o trabalho de campo se ter centrado na periferia urbana de Benguela, um espaço ininterruptamente controlado pelo MPLA desde a independência, e onde a presença de outras forças políticas não foi (nem é) acolhida com grande simpatia pela população devido aos traumas que o conflito deixou.

No que se refere à **identidade centro versus periferia**, para esta população, responder a esta pergunta significou expressar a sua pertença à periferia urbana, porque se sentem melhor integrados ali onde vivem há bastante tempo e onde o estilo de vida é o seu.

Em relação às **identidades nacional, etnolinguística, regional e político-partidária** o seu papel e importância na vida destas pessoas têm que ser estudados de um ponto de vista histórico, político, social, económico e simbólico. É preciso olhar para as especificidades e ambivalências da colonização portuguesa, para a formação, o isolamento e as lutas de poder entre as diferentes elites, do nacionalismo angolano. É preciso olhar para os efeitos do processo de transição para a independência de Angola, e para os efeitos de uma guerra civil prolongada. É preciso olhar para as mudanças sofridas, para as dinâmicas relacionais e, sobretudo, para as clivagens sociais, religiosas e culturais criadas ao longo do tempo.

O argumento principal, apresentado pelos vários entrevistados, centrou-se na formação de uma nacionalidade construída a partir da luta armada, seja contra o poder colonial (1961-1974), seja por uma guerra civil prolongada (1975-2002). Trata-se de olhar para o lugar histórico, político e simbólico ocupado pelos diferentes grupos, e para o impacto das suas dinâmicas (políticas, sociais, étnicas, raciais e culturais), enquanto ações desenvolvidas à volta de “vínculos” (familiares, religiosos, guerrilheiros, clientelistas, etc.) “de solidariedade” (Bettencourt 2005:2).

4.4 Correlações bivariáveis entre identidades sociais

O exercício feito até aqui consistiu em interpretar as distribuições de frequência obtidas pela aplicação do questionário com recurso à observação direta e a entrevistas, mas também ao conhecimento que se possui do processo histórico contemporâneo do país, e em particular da localidade onde se realizou a pesquisa. Um passo importante da análise consistirá em examinar as relações entre as diferentes identidades sociais, com a finalidade de captar a estrutura do pensamento social identitário.

Em primeiro lugar convém captar as relações em causa em termos de correlações bivariáveis. Importa referir que a correlação⁵³ indica a “força” e a direção da associação entre um par de variáveis, e vai de -1 a +1. Ou seja, a análise correlacional, é um procedimento estatístico que pretende averiguar o tipo de relacionamento entre duas ou mais variáveis, em termos de direção e o grau de relação que mantém entre si (Reis, 1997). Portanto as correlações bivariáveis medem como duas variáveis estão relacionadas entre si (Reis, 1997).

Tabela n.º 3 – Coeficientes de correlação

	Id. etária	Id. Escolar	Id. Etnolin guística	Id género	Id. religiosa	Id. centro vs periferia	Id. regional	Id. estrato	Id. nacional
Identidade Escolar	-,021								
Identidade etnolinguística	,041	,076							
Identidade de género	,329**	,002	,476**						
Identidade religiosa	,139	-,042	,293**	,031					
Identidade centro vs periferia	-,019	,068	,092	,260*	,124				
Identidade regional	,181	,142	,202	,132	,007	,238*			
Identidade estrato	-,080	,008	,042	,057	,188	,104	-,097		
Identidade nacional	-,082	,076	,247*	,101	,199	,176	,055	,082	
Identidade política	-,199	-,106	,182	,133	,202	,337**	,131	,097	,223*

** Correlação significativa 0.01

* Correlação significativa 0.05

A tabela nº 3 (acima) apresenta os coeficientes de correlação que medem a “força” ou “grau” de relacionamento linear entre duas variáveis (grau de associação).

⁵³ Em outras palavras pode-se também dizer que as medidas de correlação são uma teoria que estuda a intensidade da relação ou dependência, entre as duas variáveis de uma distribuição bidimensional (Reis, 1997).

Ou seja, mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação – se positiva ou negativa) entre variáveis de escala ordinal⁵⁴.

Desta forma, a tabela 3 apresenta as correlações bivariáveis entre as variáveis de identidade social, medidas pelo coeficiente *Spearman*, apropriado para variáveis ordinais. Como se vê, a este nível as conexões não têm geralmente significância estatística e quando têm, são baixas ou médias.

Com efeito, para determinar o nível de significância estatística, torna-se necessária uma função que represente o relacionamento entre “magnitude” e “significância” das relações entre duas variáveis, dependendo do tamanho da amostra.

A tabela evidencia a existência de apenas um número limitado de correlações bivariáveis significativas.

A correlação existente (embora mínima), entre a **identidade de género e etária** (.329), enuncia em princípio que ambas as categorias são essenciais para a auto-categorização da pessoa, assim como funcionam como coordenadas nas relações de parentesco.

Embora o coeficiente da correlação entre **identidade nacional e regional** (.055) seja não significativo, é possível dizer que atualmente em Angola algo de essencial vem ocorrendo (e/ou ocorreu) nas últimas décadas ao nível do pensamento social das populações, porquanto, alguns inquiridos tendem a aproximar o sentimento de adesão ao país à região de nascimento (diferentes províncias). Esta constatação permite sugerir duas hipóteses, cuja comprovação só poderá ser feita em futuras pesquisas aprofundadas sobre a questão.

- A primeira hipótese é que estamos perante a reafirmação, por parte da população, de identidades sociais regionais e familiarmente herdadas, sendo a região o horizonte conhecido e, portanto, o mais valorizado do País.
- A segunda hipótese liga-se ao facto de que a abertura a valores de ordem mais ampla à aspiração a uma plena integração na sociedade angolana e, conseqüentemente, à recusa de um regionalismo dos progenitores nos estreitos limites da região e dos valores locais, predispõe estas populações, mais do que a outras, a declararem a sua identificação com o País.

⁵⁴ É uma escala de classificação em que são distribuídos números a objetos para indicar até que ponto cada objeto possui determinada característica. Ou seja, a escala ordinal determina se um objeto tem mais ou menos de uma característica que algum outro objeto, mas também, indica a posição relativa, não de magnitude das diferenças entre os objetos (Reis, 1997).

Efetivamente o significado atribuído às categorias sociais em torno das quais se estruturam as identidades sociais, evidencia o processo dinâmico e processual pelo qual as saliências das identidades sociais estudadas se articulam entre si, sendo estas definidas e redefinidas em situações de interação quer entre membros do grupo quer entre não membros.

Na sua definição e redefinição combinam diversos critérios unificadores – Identidade de género/etária/etnolinguística, identidade religiosa/etnolinguística, identidade regional/centro-periferia, identidade nacional/etnolinguística, identidade político-partidária/ territorialidade (cf. tabela n.º 3) – a partir dos quais se reconhecem mutuamente e se revêm como partilhando uma ou várias características comuns.

A intensidade de tal identificação foi salientada como uma forma de identificação pessoal, cultural e socio-histórica, organizada enquanto visão do mundo e sistema de valores. Concomitantemente, em relação ao sentimento de pertença a determinadas categorias sociais de classificação (a língua, a étnica, a classe social, a região de origem, a religião, etc.), destacaram-se dois aspetos que se prendem com a importância atribuída a cada uma dessas categorias. O primeiro revela que a importância atribuída pode variar circunstancialmente ao longo do tempo, demonstrando não só a mutabilidade da hierarquia das pertenças, mas também que os comportamentos podem mudar (Maalouf, 1999, p.22). O segundo mostra que a importância atribuída a cada uma das categorias combina, na maioria das vezes, uma origem de diferenciação com uma origem interna de identificação. Uma destas duas origens pode ser mais importante do que a outra, dependendo da situação de interação e das circunstâncias históricas.

Esta questão assumiu particular importância entre os entrevistados que se diferenciaram pela proveniência regional, e pelo tempo de chegada a Benguela. Estes no decorrer dos seus processos de mobilização interna, referiram viver por vezes situações de grande ambivalência, onde o processo de identificação se posiciona não só em função da origem étnica e regional, mas também em função dos novos significados resultantes da interação com a estrutura social benguelense. Em resposta ao meio envolvente, o conhecimento, as capacidades e os valores podem-se modificar. Ou seja, enquanto adquirem competências para aproveitarem oportunidades e/ou lidarem com constrangimentos, o sentimento de identidade é necessariamente (re) construído em resposta às experiências vividas.

4.5 Análise fatorial das variáveis relativas às identidades sociais

Dado o “rendimento analítico” limitado que se regista no caso das correlações bivariáveis, importa dar mais um passo, recorrendo a técnicas multivariáveis – concretamente à análise fatorial.

A análise fatorial⁵⁵ estuda os inter-relacionamentos existentes num dado conjunto de variáveis, num esforço para encontrar dimensões do pensamento social subjacentes às variáveis estudadas (Reis, 1997).

Tabela n.º 4 – KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	475
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	92,862
	Df
	36
	Sig.
	,000

No presente caso, o ganho não consiste apenas em completar as informações isoladas dadas pelas correlações bivariáveis, mas também, e sobretudo, em fazer aparecer estruturas do pensamento que as correlações bivariáveis não revelam.

Nesta perspetiva, procedeu-se a uma análise fatorial, com extração dos fatores pelo método das componentes principais⁵⁶, seguida de rotação Varimax⁵⁷.

A análise resultou na extração de quatro componentes, que constituem outras tantas dimensões do pensamento social sobre as identidades sociais em causa.

Para condensar a informação, procedeu-se a uma extração de acordo com um parâmetro que limitou o número de componentes a três.

⁵⁵ A validade da análise fatorial foi verificada através do KMO (muito fraco) e do teste de Bartlett (significativo), como ilustra a tabela n.º 4.

⁵⁶ Esta análise permitiu transformar um conjunto de variáveis iniciais correlacionadas entre si, num outro conjunto de variáveis não-correlacionadas (ortogonais), as chamadas componentes principais que resultam de combinações lineares do conjunto inicial (Reis, 1997). Ou seja, a análise de componentes principais, procura resumir a informação presente num conjunto de variáveis correlacionadas através de um modelo matemático concreto, bem definindo conduz geralmente a uma única solução.

⁵⁷ Pode-se dizer que é um processo de manipulação ou de ajuste dos eixos fatoriais para se conseguir uma solução fatorial mais simples e pragmaticamente mais significativa, cujos fatores sejam mais facilmente interpretáveis.

Tabela n.º 5 – Comunalidades

	Inicial	Extraída
Identidade Etária	1,000	,676
Identidade Escolar	1,000	,061
Identidade Etnolinguística	1,000	,709
Identidade de Género	1,000	,706
Identidade Religiosa	1,000	,554
Identidade Centro vs Periferia	1,000	,606
Identidade Regional	1,000	,448
Identidade Nacional	1,000	,466
Identidade Político-Partidária	1,000	,459

Na tabela n.º 5, são apresentadas as comunalidades extraídas. Estas comunalidades representam a variância⁵⁸ de cada variável explicada pelos fatores. Quanto maior a comunalidade, maior será o poder de explicação daquela variável pelo fator.

Isto permite dizer que dentro deste conjunto de variáveis (ver tabela 5), todas têm um peso alto ou no mínimo significativo, exceto a identidade escolar, na medida em que o valor da comunalidade que apresenta (.061) é negligenciável.

Por outro lado, a tabela n.º 5 permite ilustrar a contribuição de cada variável à solução fatorial, mas também a medida em que cada variável deste conjunto é explicada (sempre em termos de variância) pelo conjunto das outras.

Os resultados da tabela n.º 5 indicam em primeiro lugar que as correlações entre identidades sociais existem e são significativas. Em segundo lugar, não temos uma situação em que as correlações entre identidades sociais sejam fortes, ou seja, mostrem que existe alguma conexão, mas que não é maciça.

Em terceiro e último lugar, a tabela mostra que a identidade escolar é a variável mais relacionada com o conjunto de interações entre a matriz dos fatores. Logo, a escolaridade dos indivíduos é possivelmente a variável mais estruturante de todo o pensamento social, dentro do âmbito desta pesquisa.

⁵⁸ A análise de variância serve para decidir se existem ou não diferenças significativas entre as médias de várias amostras de uma variável intervalar definida, por exemplo, por diferentes tratamentos ou níveis de influência de um fator.

Tabela n.º 6 – Variância total explicada

Componentes	Initial eigenvalues			Extraction Sums of Squared			Rotation Sums of Squared		
	Total	% da variância	Acumulada%	Total	% da variância	Acumulada	Total	% da variância	Acumulada%
1	2,015	22,394	22,394	2,015	22,394	22,394	1,721	19,118	19,118
2	1,460	16,227	38,621	1,460	16,227	38,621	1,565	17,385	36,502
3	1,208	13,427	52,048	1,208	13,427	52,048	1,399	15,546	52,048
4	1,135	12,609	64,658						
5	,851	9,455	74,112						
6	,778	8,640	82,752						
7	,664	7,382	90,133						
8	,586	6,511	96,645						
9	,302	3,355	100,000						

Método de extração: Análise por componentes principais.

A análise fatorial da tabela n.º 6 explica 52% da variância total, onde a primeira componente explica 22,3% da variância, a segunda 16,2% e a terceira componente 13,4% desta mesma variância, o que significa que não há grande disparidade entre a importância relativa dos três fatores.

Sublinha-se, no entanto, que a percentagem da variância total é relativamente modesta, sendo que metade da variância não é explicada. A solução parece porém aceitável numa pesquisa exploratória.

Tabela n.º 7 – Matriz de componentes principais rotados

	Componentes		
	1	2	3
Identidade Etária	,790	-,132	-,183
Identidade Escolar	-,066	,064	,229
Identidade Etnolinguística	,596	,062	,591
Identidade de Género	,789	,285	,040
Identidade Religiosa	,200	-,178	,695
Identidade Centro vs Periferia	,062	,772	,075
Identidade Regional	,189	,638	-,070
Identidade Nacional	-,116	,180	,648
Identidade Político-Partidária	-,145	,624	,220

Na tabela n.º 7 (apresentando a matriz de componentes principais rotados), constam os três fatores extraídos (género/idade/etnia) e as variáveis que as formam⁵⁹ (político/territorialidade, religião/identidade, nacional/etnia).

⁵⁹ A matriz de componentes rotados é um método estatístico multivariada que permite transformar um conjunto de variáveis iniciais correlacionadas entre si, num outro conjunto de

A primeira dimensão realça o entendimento daquilo que as pessoas consideram como características básicas delas próprias. Portanto, responde à preocupação em termos de características “dadas” não adquiridas, consideradas como elementares/básicas.

Todas estas variáveis (constantes na primeira componente) são vistas como sendo identidades pessoais. De certo modo, esta dimensão do pensamento representada por este facto aproxima-se de um pensamento em termos de identidade pessoal (Deschamps, 1998). De sublinhar que a identidade étnica faz parte desta dimensão que expressa a identidade fundamental da pessoa, mas que a identidade nacional se situa noutra dimensão.

A segunda dimensão reflete um pensar identitário em termos de localização da pessoa em contextos habitacionais ou sociais, o tipo de sociedade onde se insere (periferia/urbano, a sociedade regional de origem) e o sistema político onde o indivíduo se insere. Esta constatação expressa certa especificidade, a combinação de um localismo/regionalismo com a identificação com o partido dominante, o MPLA.

A terceira dimensão, determinada pelas identidades sociais etnolinguística, religiosa e nacional, aponta para a localização do indivíduo dentro de contextos sociais mais amplos não locais regionais. A dimensão é determinada pela identidade nacional e religiosa, acompanhada pela identidade étnica que assim evidência uma ambivalência.

Ainda em relação aos resultados apresentados na tabela nº 7, admito ser possível enunciar as seguintes hipóteses:

A 1ª componente, que explica 22,3% da variância e é a mais importante, diz-nos que as pessoas se definem basicamente por três identidades sociais: referidas à idade que têm, de que etnia provêm e ao seu género.

A 2ª componente, com 16,2%, da variância explicada, revela que em termos de identidade social, há um “eixo” no pensamento das pessoas que reúne a pertença àquela região, àquela periferia urbana e àquele partido político (gestor dos seus destinos).

É por este efeito, uma dimensão que se distingue da primeira, na medida em que localiza o contexto social a que o indivíduo pertence. Ou seja, esta dimensão foca o enquadramento (em termos de estrutura social) em que se encontra – em termos factuais e em termos de pensamento social – o *Nós* como grupo de pertença.

variáveis não-correlacionadas (ortogonais), as chamadas componentes principais, que resultam de combinações lineares do conjunto inicial (Reis, 1997).

A 3ª componente, com 13,4% da variância explicada, oferece alguma dificuldade de interpretação: na medida em que não nos oferece uma hipótese sobre a razão pela qual a saliência da identidade religiosa está na mesma dimensão que a da identidade nacional e a étnica.

A análise estatística forneceu a base para uma compreensão da estrutura do pensamento social identitário – mas a sua mensagem só se tornou compreensiva graças ao conhecimento direto da população e às entrevistas realizadas.

4.6 Conexões bivariáveis entre variáveis sociográficas e saliência das identidades sociais

Estabelecidas as saliências das identidades sociais e as suas constelações, parece-nos importante captar a maneira como as noções e os sentimentos de pertença às diferentes categorias sociais são condicionados pelas características sociodemográficas das pessoas.

Assim, com o intuito de estabelecermos eventuais diferenças no pensamento social, ocasionadas pelas estruturas sociais, recorreremos às variáveis sociográficas: o género, a escolaridade, a naturalidade, a idade, a pertença étnica, a condição socioeconómica, a religião e a ocupação socioprofissional, como categorias estruturantes da realidade social e não como simples características dos indivíduos.

Neste domínio, limitamo-nos a examinar conexões bivariáveis⁶⁰, uma vez que algumas das variáveis sociográficas são nominais e não permitem, portanto, cálculos de correlação.

4.6.1 Género e identidades sociais

O quadro seguinte sintetiza papéis, pressões e expectativas de género na construção das identidades sociais, à luz dos discursos recolhidos.

Quadro n.º 1: Papéis, pressões e expectativas de género

O papel da mulher	A mulher na cultura e tradição africana é educada para tomar conta dos irmãos mais novos, cozinhar, casar e ter [vários] filhos. São sobretudo as mulheres, trabalhem ou não, que se encarregam da gestão da vida
--------------------------	---

⁶⁰ Foi utilizado o teste de associação V de Cramer, uma vez que permite a aplicação a variáveis nominais e ordinais. De acordo com este método, as associações bivariáveis são significativas ao nível igual ou inferior a 0,05. Os coeficientes de associação variam de 0 a 1, sendo 1 o mais forte. Tratando-se de um inquérito exploratório, podem ser considerados os casos estatisticamente significativos cujo coeficiente é igual ou superior a 0,3.

	doméstica e assumem o papel de educadoras das novas gerações.
O papel do homem	<p>Controlo masculino intimidatório da fecundidade feminina.</p> <p>Embora os homens protagonizem (discursiva e simbolicamente) o papel de “chefe de família”, na prática muitos lares do bairro são sobretudo sustentados pelo trabalho das mulheres. Esta situação não impede que os homens insistam em afirmar que são eles quem continua a mandar e a exercer poder sobre as mulheres-esposas e filhas.</p>
Alguns aspetos de mudança	Naturalização de alterações comportamentais do papel do homem como único ou principal contribuidor económico (visto como mais característico das gerações anteriores), entre casais mais jovens, avaliadas como um fenómeno pertencente ao sistema social mais vasto e globalizado.
O papel de esposa e mãe	<p>A mulher no centro da estrutura familiar e da participação religiosa, como esposa e mãe. Sobretudo a ela se deve, o investimento identitário numa cultura de fé e de vida.</p> <p>Fazendo referência às suas vidas quotidianas, consideraram o seu papel de esposas, gestoras da vida doméstica e de educadoras das novas gerações como uma função essencial da mulher angolana.</p>
O Papel de marido e pai	Na tomada de decisões mais relevantes e/ou em que o casal discorda a autoridade masculina paterna ainda domina, embora se reconheça, um certo poder feminino na gestão da economia doméstica e na educação dos filhos na vida intrafamiliar.
Género e limites sociais	<p>Os homens associam à sua “honra” o controlo das suas mulheres, consolidado no individualismo viril e no donjuanismo como forma de expressão da masculinidade do homem angolano/africano, associada a uma conduta sexual que ultrapassa a relação conjugal e pressupõe vários filhos dentro e fora do casamento.</p> <p>Percecionando que a sociedade angolana maneja diferenciadamente a conduta sexual, matrimonial, social e familiar das mulheres, a falta de envolvimento dos homens nas responsabilidades familiares ou a reduzida colaboração na educação dos filhos, a fuga à paternidade ou, ainda, o facto de alguns homens exercerem violência doméstica batendo nas mulheres e/ou nas filhas, surgiu como uma atitude machista nos discursos de muitas mulheres.</p>
Género e percursos escolares e profissionais	A principal preocupação de muitas famílias do bairro independentemente da religião e da sua origem etnolinguística recaiu principalmente sobre o futuro educacional e profissional dos filhos. Há que defender as filhas da tomada de más opções (gravidezes precoces extraconjugais e/ou casamentos que acabam em violência doméstica), e impedir que os filhos, que gozam de maior liberdade, se metam na droga ou roubem, promovendo a formação académica.
Igualdade de direitos entre homens e	Sem deixar de acentuar a existência de papéis e expectativas de género diferenciados em função de tradições culturais e/ou religiosas, a maioria dos entrevistados reconheceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres, preconizando o direito ao investimento escolar e profissional,

mulheres	ao voto, ao trabalho renumerado, ao acesso a cargos de chefia, sem diferença salarial no exercício da mesma função, etc., focando igualmente a importância da emancipação da mulher angolana e de um desenvolvimento social mais sustentável.
-----------------	---

As relações de género (e entre gerações) são de fundamental importância para se compreender o modo como as identidades sociais são construídas. Os discursos recolhidos sobre identidade e género colocarem em evidência as relações de género hierarquizadas numa dimensão que pressupõe o poder dos homens sobre as mulheres, independentemente da classe, da idade, da vivência urbana ou rural, etc.

Aqui na minha zona, desde os tempos dos meus pais, a mulher tem que cumprir aquilo que o marido fala, senão nunca vão-te manter (casar). (M..., 44 anos, doméstica).

Nós também seguimos os ensinamentos dos nossos pais, porque somos mulheres. Se você é mulher não pode comparar com o homem. O homem é sempre homem. Ele é que é o chefe, por isso temos de respeitar. (F..., 35 anos, funcionária pública).

Como é que uma mulher pode se comparar com um homem? Agora que há igualdade as mulheres pensam que já podem ser igual com o homem. Isto na minha *buala* (sua terra), não é admitido. (N..., 45 anos, escriturário).

Não deixo de mandar lá em casa por estar desemprego. Quem manda é o homem, sempre foi assim. As coisas estão difíceis, não tenho a culpa de não conseguir arranjar trabalho. As coisas também já não são como antigamente que só o homem é que trabalhava. Hoje as mulheres também têm que trabalhar, fazer o quê!?! (V..., 40 anos, desempregado).

Existem muitas desigualdades em Angola, mas são as mulheres que sofrem. Se os homens bebem é normal, se os homens têm amantes é normal, a sociedade desculpa os homens em quase tudo. Nós mulheres somos sempre discriminadas: se uma mulher bebe, ninguém compreende, se tem um amante ou se se quer divorciar toda a gente lhe cai em cima. Não são só as mulheres que tem deveres, os homens também têm, só que para as mulheres não há desculpa, e para os homens há sempre desculpa. Acho mal. (Z..., 27 anos, vendedora no mercado da Caponte).

Tabela n.º 8 – Associações entre género e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,108	,609
Identidade Escolar	,150	,385
Identidade Etnolinguística	,153	,371
Identidade de Género	,142	,422
Identidade Religiosa	,303	,020*
Identidade Centro vs Periferia	,223	,099
Identidade Regional	,094	,688
Identidade Nacional	,222	0,123
Identidade Político-Partidária	,206	,166

* $\leq 0,05$

Apenas para a variável “género” encontrou-se (tabela n.º 8) uma associação significativa com a identidade religiosa (0,303), $p=0,020$. Trata-se de uma relação positiva e fraca.

Tabela n.º 9 de contingência – Identidade religiosa * sexo do inquerido (V=0,303; P=0,020)⁶¹

		Sexo do inquerido		
		Feminino	Masculino	Total
Nenhuma	Número de casos	0	7	7
	Percentagem por colunas ⁶²	,0%	12,1%	8,2%
Alguma	Número de casos	0	7	7
	Percentagem por colunas	,0%	12,1%	8,2%
Muita	Número de casos	27	44	71
	Percentagem por colunas	100,0%	75,9%	83,5%
Total	Número de casos	27	58	85
	Percentagem por colunas	100,0%	100,0%	100,0%

Para captar melhor esta conexão, calculou-se a correspondente tabela de contingência (tabela n.º 9), da qual se depreende que as mulheres dão toda a importância à pertença da respetiva comunidade religiosa (100,0%), enquanto no caso dos homens 75,9% dá importância e 12,1% não atribui qualquer importância à comunidade religiosa.

Face aos resultados da Tabela n.º 9, é possível explicar uma maior religiosidade feminina pelo processo de socialização que delimita os papéis sociais de acordo com o género dos indivíduos. A religião como guardiã dos valores morais da sociedade em geral, e da família em particular, fica assim ligada ao papel da mulher (esposa-mãe) como a responsável mais direta por uma religiosidade vivida em contexto familiar. Neste sentido, existem expectativas sociais que impõem às mulheres para uma maior religiosidade comparativamente aos homens:

Como sabe nós angolanos somos muito religiosos, tanto homem como mulher. Mas, quem é que cuida os filhos, quem é que lhes lava a roupa, quem é que anda sempre atrás deles, quem é que lhes dá comida, e lhe leva na escola. Nas coisas da igreja não é diferente, nós as mulheres é que estamos sempre mais à frente. Eu no meu caso, estou sempre a falar nos meus filhos *para ir à igreja, porque na igreja ensinam boas coisas*. Mesmo o meu marido sempre me fala para levar as crianças na igreja, mas ele às vezes não gosta de ir. (M..., 42 anos, zungueira/vendedora ambulante).

⁶¹ V= Coeficiente de contingência e P= Significância.

⁶² As colunas correspondem ao género dos inqueridos.

As entrevistadas realizadas mostraram como a participação religiosa feminina⁶³ gera capitais sociais⁶⁴ e os converte em importantes recursos, no modo de pensar e (re)configurar estratégias de responsabilidade social e familiar (de reciprocidade e solidariedade), num contexto de precaridade económica, combinado com os efeitos agregadores da discriminação social.

A igreja nos dá muita força. Não só espiritual, mas também nos ajuda quando temos necessidades no dia-a-dia. Se um irmão sabe de um emprego diz a outro irmão, foi assim que o meu irmão conseguiu um emprego mais bom. A igreja ajuda a ir ao médico, a dar comida, e mais coisas (Z..., 27 anos, vendedora no mercado da Caponte).

Apoiadas em laços de parentesco, vizinhança e/ou amizade, as redes religiosas em que participam têm sido essenciais no provimento de apoio espiritual e emocional, material, emprego e oportunidades de mobilidade social, ajuda mútua na criação de crianças e no modo de adquirir competências cívicas.

Práticas caracterizadas pela circulação de crianças entre bairros e diferentes cuidadores (avós, tias, madrinhas ou, mesmo, vizinhos e amigos), constituem-se como recursos válidos para gerir responsabilidades familiares e trabalho e lidar com as dificuldades económicas. Explorar as práticas de conciliação família/bairro/trabalho implica considerar uma relação na qual a participação religiosa complementa as obrigações familiares, e substitui a falta de serviços sociais prestados pelo Estado. A relevância da participação religiosa era, neste sentido, amplamente reconhecida entre os entrevistados.

Aqui no bairro dá muita ajuda. Tenho família aqui, mas mesmo entre amigas e vizinhas a gente dá muita ajuda. Sem essa ajuda era muito difícil cuidar da casa, dos filhos e, ainda por cima, vender no mercado. Hoje tomo conta dos filhos da minha vizinha, amanhã ela toma conta dos meus, outro dia é a minha mãe a tomar conta dos meus filhos e os da vizinha, no outro toma conta a tia dela. Às vezes ficam uns dias com as tias, ali num bairro mais acima (M..., 42 anos, zungueira).

Na igreja nos damos muito apoio uns aos outros. O Dr. sabe que aqui em Angola não temos ajudas do nosso Governo, o que me dá força é a igreja, os irmãos e as irmãs, são eles que junto com a família, me dão um apoio. (T..., 24 anos, vendedora no mercado da Caponte).

⁶³ Aqui entendida como “fê e crença, identificação com valores religiosos, performance de rituais religiosos, envolvimento em redes religiosas e atividades de grupo, e usos situacionais de recursos religiosos (Trovão, Ramalho e Batoréu, 2014, p. 3).

⁶⁴ Definido no contexto desta pesquisa “como os valores que as pessoas detêm e os recursos a que podem aceder, que resultam e são o resultado de laços e relações coletivos e socialmente negociáveis” (Zontini *et al.* 2007: 262).

O modelo assente na aliança entre mulheres do bairro, do mercado, da igreja, da família, contribuía para o aumento da segurança identitária destas mulheres, todavia, podia trazer efeitos negativos para a organização da vida conjugal. Em alguns homens provocava o aumento dos sentimentos de inferioridade masculinos, como forma de expressão de um mal-estar identitário no reforço do individualismo viril e do donjuanismo (cf. quadro 1).

Por vezes até fico chateado, têm opinião para tudo, metem-se em tudo, é a tia, é a irmã, é a sobrinha, é a vizinha, é a amiga, é a madrinha, não dá. Às vezes prefiro ir dar uma volta para não me chatear, outras vezes chateio-me mesmo. Sou o homem da casa, tenho de ser respeitado, não é virem para aqui todas dar a sua opinião como se fossem elas o homem da casa. Digo muitas vezes à minha mulher, assim não dá, tens homem em casa, é melhor não te esqueceres disso (V..., 40 anos, desempregado).

As mulheres entrevistadas eram parte ativa na execução de várias formas de organização, reciprocidade e cooperação de gestão das incertezas no dia-a-dia, negociando ao mesmo tempo o que conta como recursos culturais e religiosos específicos com o que constitui recursos relacionais (articulados a redes de conhecimento) para construir oportunidades e bem-estar para as suas famílias e para si próprias.

Ao longo da vida, desenvolveram responsabilidades na esfera dos cuidados, em particular como provedoras das necessidades emocionais e materiais das crianças. Todavia, a sua vasta amplitude de responsabilidades estendem-se muito para lá das responsabilidades associadas aos filhos. Para além do seu papel de gestoras da vida doméstica e educadoras das novas gerações, as suas responsabilidades ainda incluem a prestação de cuidados a doentes e idosos da família de consanguinidade e de aliança.

Frente à volatilidade das relações conjugais (Bauman, 1999, 2001), à *fuga à paternidade dos pais de filho* e/ou ao desemprego dos cônjuges ou companheiros e, conseqüentemente, às inconstantes contribuições económicas, a maioria destas mulheres participava ativamente no mercado de trabalho (sobretudo informal).

A mulher também contribui para o sustento da família, não é só o homem. Veja como é que nós trabalhamos aqui na rua, vendemos muito para contribuir com alguma coisa nas nossas famílias e na nossa casa. Mesmo no mato, quem é que vai mais nas lavras, são as mulheres. São as mulheres que plantam, que colhem, que pisam a fuba, tudo, é a mulher. Veja o que acontece em muitas famílias da Angola, são as mulheres que criam os pequenos negócios. Mas ainda por cima não nos respeitam e não nos dão valor. Os nossos direitos não são respeitados. (D..., 55 anos, vendedora no mercado da Caponte).

O modo como geriam os seus significados de produção de responsabilidades familiares com o trabalho e a vida no bairro, resultava de uma estratégia partilhada de sujeito-familiar desenvolvida contra uma noção individualizante de pessoa. Para estas mulheres a criação e educação dos filhos (independentemente da participação do pai) eram entendidas como um aspeto essencial da sua identidade pessoal. Trabalhar duramente para alcançar recursos materiais era percecionado como uma componente de boa maternidade, o que constituía, igualmente, uma dimensão central das suas identidades individuais.

Para mim primeiro estão os meus filhos, é nisso que eu penso. O pai pouco ou nada lhes dá, senão for eu, diga lá, como é que vai ser. Trabalho muito para dar o melhor possível, mas não me importo, mãe é mãe (Z..., 27 anos, vendedora no mercado da Caponte).

Os extratos seguintes mostram como algumas destas mulheres se sentem desacreditadas quanto a uma eventual revitalização económica do agregado familiar. O desinvestimento identitário de alguns homens angolanos em (re)adquirirem o papel do único ou principal contribuidor económico, característico das gerações anteriores, sustentou as suas narrativas.

Isto nunca vai melhor. O meu marido já está desempregado há muito tempo, no início ainda lhe via a lutar de um lado para o outro. Agora só deixa andar, aquela coisa do homem ter orgulho em ser o chefe da casa, e não deixar a família passar necessidades, onde é que isso já vai (R..., 31 anos, cabeleireira).

Além de ser moldada por oportunidades, constrangimentos e desigualdades, encontradas na sociedade angolana, a capacidade de gerirem as suas vidas quotidianas resulta da intersecção da variável de género com classe, educação, etnicidade e religião.

A maioria destas pessoas vive e cresceu numa área residencial marcada pela exclusão social. De acordo com os seus testemunhos, o abandono e o insucesso escolar são fortes, e os baixos níveis de rendimento, o desemprego ou a criminalidade entre os jovens é grande devido à instabilidade económica e laboral.

A responsabilidade pelos filhos acarreta-lhes o desafio de os manter afastados do crime e provê-los de mecanismos de autoestima em relação à discriminação social através da participação na igreja, e transmissão de valores religiosos.

Ao assumirem a responsabilidade vital de criar e educar os seus filhos, estas mulheres-mães procuram inculcar-lhes a importância da formação académica e

profissional. Contudo, reconheceram que economicamente poderão ter dificuldades em viabilizar esse percurso.

A única coisa que falo sempre nos meus filhos, devem estudar para não serem como nós os pais que não estudamos e estamos a passar mal. Estudar é a única coisa que pode lhes tirar da pobreza. No futuro quem sabe se Deus ajudar, eles podem ser alguém para ajudar também a sua família. Veja só como é que estão os filhos de outras pessoas que estudaram. (F..., 54 anos, empregada doméstica).

Eu não tenho condições de dar muitas regalias nos meus filhos, porque o que eu faço aqui na rua só chega para comer. O meu marido não trabalha e não pode me ajudar. Por isso, dos quatro filhos que tenho o primeiro com 19 anos desistiu da escola, só estuda a minha casula de oito anos, por falta de dinheiro para pagar a escola. (G..., 39 anos, Zungueira).

A falta de envolvimento dos homens nas responsabilidades familiares, uma colaboração reduzida na educação das filhas ou, ainda, a fuga à paternidade, apareceu nos discursos de várias entrevistadas como fatores desestabilizadores do que antigamente aproximava os angolanos de uma tradição com elevada religiosidade de inspiração cristã, por exemplo, na defesa da virgindade feminina até ao casamento.

Consequentemente vive-se uma espécie de naturalização da sexualidade precoce, pouco controlada pelos adultos ou por qualquer norma comunitária ou religiosa, acompanhada ainda da naturalização da sexualidade extraconjugal, o que causa um elevado número de mães solteiras, de mães separadas, bem como de avós agindo como mães substitutivas.

A minha primeira filha teve uma filha quando tinha 19 anos e o marido não lhe assumiu. Eu tenho que cuidar a minha neta de dois anos, porque o pai fugiu. E ainda por cima eu sou viúva. Faço papel de pai e mãe (S..., 35 anos, empregada de limpeza).

No meu tempo a educação que nos dava os nossos pais era outra. Não se via, o que nós estamos a ver agora, uma menina de dezasseis anos já está grávida. Isso é um problema para a família, a educação que nós recebemos na igreja era muito importante, agora com a televisão, com as novelas, os filhos ficaram todos malucos e falam sempre que os pais estão ultrapassados. (Z..., 60 anos, vendedora no mercado da Caponte).

Os discursos sobre identidade e género ao colocarem evidência algumas dimensões específicas de papéis, pressões e expectativas sociais de género focaram igualmente as relações familiares e de bairro apoiadas em redes de parentesco, de religiosidade, de amizade, de trabalho, de lazer, de residência, etc., e a forma como estas atuam enquanto redes de sociabilidade, solidariedade, controlo social e manutenção de valores do “nós” de pertença.

O enfoque nas relações entre pares na família e no bairro permitiu ainda apreender alguns aspetos do posicionamento identitário entre géneros e gerações face à

existência de dinâmicas de competição, na medida em que o convívio ao favorecer a emergência de relações também promove a comparação (hierarquizante) entre as famílias do bairro.

Aqui no bairro nos demo todos muito bem e convivemos muito. Embora algumas vezes surge sempre algum problema, há sempre uma vizinha ou outra que gosta de se meter na vida dos outros, saber da vida dos outros para depois comentar. Como por exemplo, esta tem isto ou aquilo, o filho desta veste-se melhor que o filho da outra, a filha desta tem mais estudos que a filha daquela, esse tipo de coisas, trás muita confusa. (M..., 23 anos, estudante universitário)

As práticas de relação dos homens do bairro sobressaem principalmente na identificação que estabelecem e nas imagens que constroem sobre os angolanos em geral, a forma como pensam que são vistos por estes, bem como a maneira como se vêem a eles próprios e à sua família.

Entre homens nós convivemos muito bem com os outros homens aqui no bairro, gostamos de nos juntar para beber uns copos, conversar sobre a vida. Nós angolanos somos muito sociáveis, não conheço nenhum homem angolano que não goste de conversar e beber uns copos. Se perguntar um angolano de Luanda qual é a característica principal dos angolanos, ele vai te dizer a mesma coisa, não é só uma coisa aqui de Benguela. O Dr.º como angolano sabe disso. (J..., 37 anos, desemprego).

As mulheres acrescentaram ainda o modo como as crenças e as práticas religiosas interferem facilitando, dificultando e/ou legitimando o relacionamento entre pares, e referem as desigualdades existentes na sociedade angolana como um fator de discriminação social que contagia todo um conjunto de direitos/deveres em que se inscreve a condição homem/mulher.

Eu e as minhas vizinhas aqui no bairro vamos sempre juntas para a igreja. Quando temos um problema também nos juntamos para rezar, é uma forma de darmos apoio umas às outras. Eu sou católica, por isso neste aspeto junto-me mais com as minhas vizinhas católicas, mas tenho uma sobrinha que tanto vai à igreja católica como à evangélica. (L..., 35 anos, funcionária pública)

A experiência de discriminação social, residencial e profissional conduziu discursivamente muitos dos entrevistados, particularmente homens em situação de desemprego, a uma espécie de fechamento centrado no bairro, bem como ao sentimento reativo do patriotismo e do orgulho identitário “ferido”.

Vivemos aqui no bairro, andamos sempre por aqui, e ninguém olha para nós, ninguém se importa se temos fome, se temos sede, se temos doença, se temos casa, se temos trabalho. Mas esta é a Angola que temos, um país que não cuida dos seus filhos, que não se importa

com os seus males, uma Angola que não nos enche de orgulho (V..., 40 anos, desempregado).

Os discursos recolhidos revelaram como homens e mulheres constroem percursos sociais autónomos, diferenciados entre si e, a partir destes, visões do mundo e modos de atuação distintos, o que ao nível das identidades sociais possibilita que possam ser vistos diferenciadamente como decisores e/ou agentes ativos.

Estas coisas de homens e mulheres não são só coisas daqui de Angola, há coisas que são iguais tanto aqui em Angola, como na América, na Europa. Por exemplo, casar, ter filhos, os homens mandarem nas mulheres, o respeito pelos mais velhos e por aí fora. Aqui temos o Alambamento, na Europa ou na América têm o noivado e o pedido de casamento à moda deles. Agora o que pode acontecer é que nós africanos, nós angolanos, em relação a alguns países da América ou da Europa, levamos estas coisas mais a sério na base dos valores ancestrais (F..., 40 anos, estudante universitário).

4.6.2 Escolaridade e Identidades sociais

Tabela n.º 10 – Associações entre escolaridade e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,067	,828
Identidade Escolar	,175	,273
Identidade Etnolinguística	,204	,170
Identidade de Género	,056	,873
Identidade Religiosa	,215	,141
Identidade Centro vs Periferia	,370	,003*
Identidade Regional	,097	,670
Identidade Nacional	,180	,252

Para o nível de escolaridade encontraram-se associações significativas apenas com duas identidades sociais: a identidade centro vs periferia e a identidade político-partidária conforme mostra a tabela n.º 10. Recordo que na distribuição de frequências das variáveis relativas às identidades sociais (Tabela n.º 2), 81,2% dos inquiridos assinalou dar “muita” importância à escolaridade, o que também foi corroborado pelos discursos recolhidos:

Eu acredito que só estudando a pessoa pode encontrar um bom emprego e garantir bom salário para o sustento da família (D..., 24 anos, estudante).

Todos os meus filhos estudam. Só desta forma podem garantir o seu futuro e dos seus filhos. Embora alguns falam que em Angola estudar ou não é a mesma coisa, eu não penso assim (B..., 55 anos, mecânico).

Não estudei muito por causa dos problemas que passamos naquela época colonial. Agora depois da independência, meti todos os meus filhos na escola para amanhã serem alguém (L..., 49 anos, doméstica).

Só não estudei mais porque fui na tropa. Tudo se complicou com a guerra. Por isso parei de estudar, agora que tudo acabou estou a pensar em continuar a estudar, mais como sabes aqui em Angola tudo é dinheiro. Não tenho emprego por isso, continuo assim (B..., 40 anos, ex-militar, desempregado).

Tabela n.º 11 de contingência – Identidade centro vs periferia * escolaridade (V=0,370; P=0,003)⁶⁵

		Grau de instrução dos inqueridos		
		Inferior a 9 classe	Igual ou superior a 9 classe	Total
Nenhuma	Número de casos	0	5	5
	Percentagem por colunas ⁶⁶	,0%	8,8%	5,9%
Alguma	Número de casos	7	31	38
	Percentagem por colunas	25,0%	54,4%	44,7%
Muita	Número de casos	21	21	42
	Percentagem por colunas	75,0%	36,8%	49,4%
Total	Número de casos	28	57	85
	Percentagem por colunas	100,0%	100,0%	100,0%

Recorrendo à tabela de contingência (tabela n.º 11), descobre-se que as pessoas com escolaridade inferior à 9ª classe tendem a dar mais importância à identidade de periferia (75,0% dá muita importância a esta identidade, enquanto entre os sujeitos com escolaridade superior à 9ª classe só 36,8% dá importância a esta identidade).

Nesta perspetiva, o que a tabela sugere é que as pessoas com mais instrução escolar têm um apego muito menor à periferia urbana onde vivem, e portanto uma disponibilidade (ou aspiração) para mudar-se para centros urbanos. O centro da cidade exerce sem dúvida maior atração sobre os inquiridos mais escolarizados, porque, em certa medida, lhes proporciona maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como no acesso a determinados bens.

Contrariamente ao que pode parecer, a ambição da maioria dos jovens entrevistados não era sair de Benguela rumo a outra província. Muitos deles eram unânimes em reafirmar a sua vontade de permanecerem em Benguela porque é “a sua terra natal, e é lá que se sentem em casa”. Existindo uma pretensão de sair para outra província, nomeadamente para Luanda, era apenas provisória, tendo como único objetivo “buscar negócios para depois vender em Benguela”, aliás, uma prática recorrente em quase todo território nacional, atendendo que Luanda é a maior praça comercial de Angola.

⁶⁵ V= Coeficiente de continência e P= Significância.

⁶⁶ As colunas correspondem aos graus de instruções.

Tabela n.º 12 de contingência – Identidade político-partidária * escolaridade (V=0,361; P=0,004)⁶⁷

		Grau de instrução dos inqueridos		Total
		Inferior a 9 classe	Igual ou superior a 9 classe	
Nenhuma	Número de casos	2	16	18
	Percentagem por colunas ⁶⁸	7,1%	28,1%	21,2%
Alguma	Número de casos	1	11	12
	Percentagem por colunas	3,6%	19,3%	14,1%
Muita	Número de casos	25	30	55
	Percentagem por colunas	89,3%	52,6%	64,7%
Total	Número de casos	28	57	85
	Percentagem por colunas	100,0%	100,0%	100,0%

De acordo com a análise da tabela n.º 12, de contingência (acima), os sujeitos com escolaridade inferior à 9ª classe tendem a dar mais importância à identidade político-partidária. As pessoas com mais instrução escolar têm portanto, um apego muito menor em relação ao “sistema político partidário”, ou seja, em relação ao próprio MPLA como partido no poder.

A degradação do sistema de ensino em Angola de um modo geral, e na sociedade benguelense de um modo particular, aliada à sobrelotação das instituições devido às migrações para as cidades, não só deixou um grande número de cidadãos fora do sistema de ensino, como lhes proporciona uma educação claramente deficiente. Tem-se construído escolas, continuam no entanto a faltar professores e condições consentâneas a um corpo docente estável, com habilitação própria para a docência.

A guerra destruiu muito o nosso país, e por causa disto quando ela terminou, tivemos muitas dificuldades para pôr os nossos filhos a estudar. Mas mesmo assim, o Governo construiu muitas escolas mas não são suficientes, e para pões o teu filho a estudar é necessário ter condições. Mas o ensino podia ser melhor, ter melhores professores, bons salários para os professores, para termos qualidade (B..., 40 anos, ex-militar, desempregado).

Hoje assistimos a uma forte proliferação de estabelecimentos de ensino privado (nomeadamente, superior) por todo o país, e Benguela não foge à tendência. Esse crescimento tem vindo a mostrar que a procura é alta e que os angolanos vêm a formação académica como uma possibilidade de ascensão social.

Para além dos condicionalismos financeiros de muitos angolanos no acesso ao ensino médio ou superior, e das deficiências já apontadas, outras condicionantes

⁶⁷ V= Coeficiente de continência e P= Significância.

⁶⁸ As colunas correspondem aos níveis de escolaridade e/ou graus de instrução.

contribuem para que vários estudantes que ingressam no ensino superior conservem muitas debilidades.

Apenas a língua portuguesa, enquanto língua oficial, tem estudo de língua de escolaridade, o que torna o processo de aprendizagem, para aqueles alunos onde a língua se situa especialmente ao nível das línguas ancestrais⁶⁹, ou numa articulação contínua entre estas e o português, profundamente complexo.

A língua de comunicação que é o português devia ser articulado com o ensino das nossas línguas maternas, isso permitia uma maior articulação na veiculação dos valores dos nossos antepassados que hoje estão a ser desprezados. (J..., 30 anos, estudante universitário).

4.6.3 Naturalidade e Identidades sociais

Tabela n.º 13 – Associações entre naturalidade e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,043	,925
Identidade Escolar	,141	,429
Identidade Etnolinguística	,063	,845
Identidade de Género	,039	,938
Identidade Religiosa	,069	,817
Identidade Centro vs Periferia	,040	,935
Identidade Regional	,262	,054
Identidade Nacional	,047	,912
Identidade Político-Partidária	,115	,572

* $\leq 0,05$

De acordo com a tabela n.º 13, não se encontraram associações significativas entre a naturalidade e as identidades sociais. Isto indica que em termos de importância dada às diversas identidades sociais a naturalidade não tem qualquer influência.

As desigualdades existentes na sociedade angolana, frequentemente verbalizadas na posição nacional/regional (naquilo que pode ser o papel do Estado), por vezes agravadas pela condição de género, geram situações de exclusão social graves em termos de acesso a direitos (educação, saúde, empregabilidade, etc.).

Nesta linha, emergiram narrativas de reflexão sobre a naturalidade no seio das quais o conceito de identidade nacional é problematizado. Estas narrativas são importantes na medida em que, e além de nos proporcionarem uma visão mais dinâmica daquilo que pode ser o papel do Estado, também nos permitem valorizar a agencialidade (Giddens, 1982) dos indivíduos e as múltiplas estratégias adotadas para fazer face aos constrangimentos e oportunidades encontradas no contexto envolvente.

⁶⁹ Alunos oriundos sobretudo de meio rural.

As diferenças étnicas e regionais contribuem para que os angolanos se tenham reorganizado internamente, considerando as suas clivagens e diferenças internas, numa resposta estruturada a processos de transformação. Paralelamente contribuem para o questionamento da ideia de identidade regional (que não pode ser dissociada das representações etnolinguísticas enunciadas), em detrimento de uma identidade nacional estática.

Uma das hipóteses que colocaram era a de que a valorização da identidade regional (comparativamente à identidade nacional) pode traduzir uma necessidade de transformar categorias étnicas e regionais num poderoso capital identitário, hierarquizado em favor das identificações que discursivamente estabeleciam com grupo étnico de pertença.

Um Ocimbundu, com uma história vivida longe da capital do país, guarda um maior grau de conservadorismo de valores e princípios ditos “angolanos”. Já a especificidade da experiência colonial das populações de Luanda, na formação das suas identificações pós-coloniais, dotou-as (em prejuízo da sua “africanidade”) de capitais sociais e culturais de modernidade e ocidentalização, fruto da relação com os portugueses. Noções de classe, de cultura, de étnica, de língua e de região, associadas ao modo de idealizar a definição de nacionalidade e a pertença a um grupo étnico específico, organizaram muitas das clivagens identitárias produzidas pelos entrevistados.

O Dr.º que vive em Luanda sabe que é assim mesmo. O povo em Luanda veste-se à branco, fala à branco, come à branco..., não digo todos, todos, porque temos mamãs e mais velhos que não seguem esse caminho. Às vezes nem parece que são angolanos, que são africanos, onde é que estão as nossas línguas em Luanda, as nossas roupas, os nossos costumes tradicionais, perderam-se em Luanda. Vamos a Luanda, e o que é que vamos ver, tudo parece no estrangeiro. Também vivi o tempo colonial, também convivi com os portugueses, mas não deixei as nossas tradições bantu. Um Ocimbundu que nunca passou pela cidade de Luanda, não deixou as suas tradições, isso é positivo, não é como em Luanda, Bakongo, Tucokwe, Ambundu, Ovimbundu, ou o que seja, não têm ou têm pouco das nossas tradições. (J..., 72 anos, ancião).

De outro ângulo, a identidade nacional era valorizada e, principalmente, reconhecida como o espaço de origem e de referência genealógica: “Angola é o meu país”, a “minha terra”, a “minha pátria” e o “lugar onde nasceram os meus antepassados”. Era valorizada não só enquanto espaço geográfico, mas também como o lugar onde construíram visões do mundo.

A importância que lhe atribuíram apresentou vários sentidos, assim como várias formas de investimento e de transmissão. Os diferentes tipos de respostas e sentimentos enunciados em relação à identidade nacional variaram, sobretudo, em grau (positivo/negativo) e entre géneros e gerações de acordo com os contextos situacionais e relacionais (na comunicação inter e intra-étnica).

Ou seja, entre os vários entrevistados, “angolano” ganhou um valor identitário positivo quando significou espaço de origem e de algumas tradições (alimentares, musicais, etc.), perdendo-o, por vezes, entre as gerações mais novas, quando associado a tradições conotadas ao repertório cultural das gerações mais velhas (tais como a veneração dos antepassados a crença em feitiços, certos rituais do ciclo vital simbólico, etc.).

Os valores culturais dos nossos ancestrais são muito importantes serem passados para as gerações novas, porque carregam um simbolismo muito grande. Nós os Ovimbundu temos rituais bastante importantes que a nova geração não conhece, por exemplo, o facto de antes de se beber qualquer líquido entorna-se um pouco no chão como expressão de gratidão aos defuntos, aos mortos (J..., 72 anos, ancião).

Há rituais como por exemplo os nascimentos de gémeos numa comunidade dos Kimbundu carrega uma carga simbólica muito importante. As mulheres saem com cânticos por toda a comunidade demonstrando alegria pelos novos habitantes da comunidade (F..., 63 anos, aposentada).

Para os Bantu a crença em Deus é muito importante isso significa o relacionamento da pessoa com um ser sobrenatural que nos dá sentido à vida, mas também é indicador de uma subordinação ou dependência total dos seres vivos em relação aos espíritos ancestrais (D..., 60 anos, vendedora no mercado da Caponte).

A imagem construída acerca de Angola era a de um país, apesar dos seus imensos recursos naturais (petróleo, diamantes, etc.), com um elevado índice de pobreza, uma estrutura social muito desorganizada e um padrão de vida muito baixo para a maioria da população (más condições de habitação, de saúde, de educação e desemprego). Por vezes, estes aspetos eram enunciados em modo de algum desinvestimento identitário.

Há coisas aqui em Angola que não se percebe. No tempo colonial, as pessoas vendiam, mas vendiam nas feiras, não nas ruas, o trânsito não era assim esta coisa desorganizada. Eu e muitos angolanos não nos identificamos com isto. Como é que chegamos a este ponto? Claro tem a ver com os anos de guerra. Tome nota disto, estes aspetos da sociedade precisam ser estudados, e o Estado tem que aproveitar os resultados desses estudos e agir em conformidade. (V..., 20 anos, estudante universitário).

4.6.4 Idade e Identidades sociais

Tabela n.º 14 – Associações entre idade e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,153	,411
Identidade Escolar	,140	,506
Identidade Etnolinguística	,150	,432
Identidade de Género	,318	,002*
Identidade Religiosa	,131	,572
Identidade Centro vs Periferia	,157	,380
Identidade Regional	,261	,002*
Identidade Nacional	,181	,233
Identidade Político-Partidária	,147	,453

* ≤ 0,05

De acordo com a tabela n.º 14, encontraram-se **associações significativas** entre a **idade e identidade de género e entre a idade e identidade regional**.

Tabela n.º 15 de contingência - Identidade de género * idade (V=0,318; P=0,002)⁷⁰

		Grupo etário dos inqueridos			Total
		Menos de 30	Dos 30 aos 44 anos	Mais de 44 anos	
Nenhuma	Número de casos	0	2	0	2
	Percentagem por coluna ⁷¹	,0%	8,0%	,0%	2,4%
Alguma	Número de casos	0	0	3	3
	Percentagem por coluna	,0%	,0%	17,6%	3,5%
Muita	Número de casos	43	23	14	80
	Percentagem por coluna	100,0%	92,0%	82,4%	94,1%
Total	Número de casos	43	25	17	85
	Percentagem por coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Através da análise de dados da tabela n.º 15, verificamos que os indivíduos mais novos dão mais importância à identidade de género que os inquiridos mais velhos (92,0% e 82,4%, respetivamente). Contudo, uma vez que as distâncias não são significativas, talvez importe mais explicar o facto de em média 80% darem muita importância (cf. ponto 4.6.1).

Convém lembrar que, em termos de estrutura etária, a população de Angola de um modo geral é extremamente jovem. Em 1997, por exemplo, aproximadamente 50%

⁷⁰ V= Coeficiente de contingência e P= Significância.

⁷¹ As colunas correspondem aos grupos etários dos inqueridos.

da população tinha menos de 15 anos e em 1998 este valor decresceu para 45%, tendo subido em 2001 para 49,8%, segundo algumas estimativas⁷².

Entrevistados jovens mas também homens adultos enfatizaram certas características atribuídas aos mais velhos para construírem especificidades e comparações identitárias hierarquizantes. Descritos como antiquados, passivos, etc., os mais velhos, de acordo com os mais jovens, simbolizam o atraso, a não-adaptação e o fechamento a um mundo cada vez mais globalizado. A este nível muitos jovens teceram algumas considerações sobre o modo como se dizem influenciadas pelo contexto envolvente mais globalizado, ou seja, por aquilo que vêm na televisão, na internet, etc. Estes jovens não raras vezes sentem-se mais atraídos por outras formas de participação social, que podem facilitar o distanciamento étnico-regional.

Gosto mais de me vestir assim porque está na moda. Vejo na televisão, nos filmes, nas novelas, falo com os meus amigos no facebook, que estão em vários países, e troco ideias (W..., 19 anos, estudante).

Alguns dos jovens e homens adultos, mas também mais velhos, que tive oportunidade de entrevistar, enunciaram algum desinvestimento identitário em relação a rituais ligados a tradições da sua etnia de pertença. De acordo com alguns destes entrevistados, certos rituais ligados a estas tradições não devem deixar de ser questionados. O Estado deve ser vigilante na sua manutenção, e legislar sobre as suas ações.

Para algumas comunidades dos Ovimbundu, quando o Soba morre em termos práticos não está morto, Ele está doente. A morte acontece depois do corpo ser levado para um local onde é pendurado por algum tempo. Depois de entrar em estado de decomposição há uma separação entre a cabeça e o corpo nesta altura é considerado que o Soba está morto. Daí o corpo é levado, faz-se os respetivos rituais e é enterrado. A cabeça é transportada para a Ombala (lugar sagrado onde depositam as cabeças dos Sobas). Este ritual para alguns jovens não faz sentido, quando na verdade é um ritual que faz parte dos valores ancestrais. (K..., 75 anos, ancião).

Os costumes devem ser questionados. Não podemos manter as nossas comunidades em costumes e rituais desumanos. O Estado tem que ser vigilante e extirpar práticas que não favorecem a construção da nossa angolidade (M..., 35 anos, advogado).

Para outros mais velhos esta posição quebra o respeito quanto a valores e tradições da sua etnia.

⁷² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999, 2000 e 2001), Relatório de Desenvolvimento Humano, Angola. O último censo (2015, INE/AO), apresentando por enquanto apenas resultados preliminares, não dá detalhes a este nível.

Práticas interpretadas e designadas pelos próprios entrevistados como “práticas dos Ovimbundu”, continuam a ser recriadas nos seus quotidianos, tais como certos rituais masculinos e femininos de iniciação e cerimónias religiosas e sociais.

Por exemplo, a manutenção de algumas dessas práticas e tradições não passa apenas pela relação com a família e a comunidade religiosa. Para além disso, resulta de uma “mistura” entre as tradições familiares e as “influências” que dizem ter adquirido na convivência secular com o contexto cultural português colonial:

Eu sou Ocimbundu, mas também católica, aderi à igreja católica no tempo colonial. E a nossa forma de vestir quando vamos à igreja é com panos africanos, os nossos cânticos são feitos em língua materna, mas não deixamos de ser católicos por causa disso. Hoje os nossos costumes africanos são também costumes católicos e os costumes católicos são também costumes africanos (C..., 55 anos, funcionária pública).

Tabela n.º 16 de contingência - Identidade regional * idade (V=0,318; P=0,002)⁷³

		Grupo etário dos inqueridos			Total
		Menos de 30	Dos 30 aos 44 anos	Mais de 44 anos	
Nenhuma	Número de casos	1	1	4	6
	Percentagem por colunas ⁷⁴	2,3%	4,0%	23,5%	7,1%
Alguma	Número de casos	6	5	0	11
	Percentagem por colunas	14,0%	20,0%	,0%	12,9%
Muita	Número de casos	36	19	13	68
	Percentagem por colunas	83,7%	76,0%	76,5%	80,0%
Total	Número de casos	43	25	17	85
	Percentagem por colunas	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A tabela de contingência n.º 16 mostra que todos os sujeitos dão muita importância à identidade regional, surpreendentemente os mais velhos ligeiramente menos. As diferenças são no entanto tão poucas que, dado o tipo de amostra, não têm significado.

Vale sublinhar ainda que os indivíduos mais velhos por aquilo que se constata (na Angola de hoje), sentem-se confortáveis com eles próprios, pois, acham-se detentores de sabedoria e conhecimento. Logo, têm uma visão alternativa do mundo que os rodeia (sem fantasias, e/ou entusiasmos) diferente da visão dos jovens.

⁷³ V= Coeficiente de contingência e P= Significância.

⁷⁴ As colunas correspondem aos grupos etários dos indivíduos.

Nos seus discursos vários entrevistados enfatizaram uma forte identificação com a região de origem e com as suas tradições (cerimónias e rituais) culturais, bem como formas específicas de interpretação e participação nas tradições étnicas e regionais de referência.

Por alguns entrevistados mais velhos era verbalizada a preocupação e o cuidado de transmissão da língua dos antepassados, sendo considerado como importante que pais e filhos falem umbundu. Interpretada como um valor étnico transmitido de geração em geração que deve ser preservado, a manutenção da língua materna era concebida, como uma forma privilegiada de comunicação intrafamiliar e um modo de perpetuar a sua transmissão.

A grande diferença entre estes entrevistados e os restantes residiu no facto dos primeiros considerarem importante conjugar a manutenção da língua materna, e a aprendizagem de outros idiomas (necessários para se qualificarem competitivamente), não só o português, mas também outras línguas, como o inglês ou o francês. Já para outros entrevistados a subsistência da língua materna perde valor e significado identitário face às circunstâncias quotidianas envolventes.

O desinvestimento parental na sua transmissão e o desinteresse dos mais novos em aprender a língua materna eram corroborados a partir de argumentos do tipo:

Eu não falo a língua do meu pai, porque eles não me ensinam. Mas mesmo que acontecesse não estava interessado (T..., 20 anos, estudante universitário).

Não colocando em causa a importância destas práticas, os discursos recolhidos mostram que muitas delas têm sofrido diferentes processos de “adaptação”, em resultado daquilo que definiram como um indicador de “ocidentalização” e “europeização”.

Há muitas tradições que têm mudado com o tempo. Por exemplo, hoje o Alambamento [pedido da mão da noiva] já não é o que era. Hoje a lista com as ofertas e os bens que a família do noivo tem de dar à família da noiva, pode conter coisas muito diferentes daquelas que antigamente se tinham que dar. Hoje há quem peça telemóveis, roupas de marca compradas na europa (risos) em vez dos panos tradicionais africanos, bebidas importadas em vez das bebidas tradicionais, etc. Na minha opinião isto tem a ver com as influências que recebemos de fora, as influências que vêm do ocidente, da europa, da américa, etc. (T..., 20 anos, estudante universitário).

As particularidades culturais de cada região e grupo étnico confere-lhes uma certa especificidade identitária que explicará determinada maneira de cozinhar, de

vestir, de estar, de ser, etc. e os pode diferenciar entre si quer em termos práticos e rituais, quer na sua visão do mundo.

O investimento nas relações familiares e em certos valores ligados à família – como a coesão familiar e os convívios periódicos que juntam várias gerações (almoços, jantares, reuniões familiares) – relacionava-se muito estritamente com a identidade étnica.

Este investimento defendia a transmissão de valores, interesses e comportamentos que sustentam as redes familiares (restritas e alargadas) e os seus padrões de sociabilidade de base étnica-regional.

4.6.5 Ocupação socioprofissional e identidades sociais

Tabela n.º 17 – Associações entre ocupação socioprofissional e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,258	,080
Identidade Escolar	,193	,384
Identidade Etnolinguística	,264	,066
Identidade de Género	,231	,168
Identidade Religiosa	,247	,111
Identidade Centro vs Periferia	,229	,180
Identidade Regional	,177	,506
Identidade Nacional	,163	,608
Identidade Político-Partidária	,148	,713

* ≤ 0,05

Não se encontraram associações significativas entre a ocupação socioprofissional e as identidades sociais, conforme mostra a tabela nº 17. Isto significa que a ocupação socioprofissional não influencia significativamente a importância dada às diversas identidades sociais.

É provável que haja uma certa homogeneidade não da população urbana em geral, mas dentro de um dado bairro. Ou seja, as diferenças socioprofissionais que se possam estabelecer no seio da população periférica urbana não são significantes em termos de pensamento social.

Muitos homens, mas sobretudo mulheres exercem no mercado da Caponte a sua principal atividade económica, provendo dessa forma o sustento das suas famílias. Uma atividade económica centrada na compra de pequenas quantidades de mercadoria (por falta de capital) nos armazéns da cidade para vender no mercado. É o pequeno lucro obtido com a venda quotidiana dos produtos a retalho que garante o sustento diário.

Um dos aspetos que sobressaiu das perceções de mudança dos entrevistados é que a guerra civil e uma série de constrangimentos decorrentes da evolução e transformação do mercado angolano, alteraram as relações de género no que respeita à divisão do trabalho típico de outrora entre homem e mulher.

Os discursos recolhidos revelaram uma forte participação das mulheres nos trabalhos que garantem a subsistência da família (agricultura de subsistência), desde tempos mais remotos. Com a guerra e a migração para as cidades, começa a fazer-se sentir o processo de saída de atividades agrícolas e é para as atividades informais principalmente no comércio que se está a fazer a transferência dos que foram obrigados a abandonar a agricultura, com a proporção das mulheres a ganhar considerável relevo.

É agora que as coisas viraram, senão no outro tempo, o nosso trabalho era mesmo de ficar em casa para tratar tudo e o marido é que ia trabalhar para aguentar a família. Muita coisa mudou, se antigamente a mulher trabalha no campo, hoje trabalha na venda ambulante (M..., 50 anos, empregada de limpeza).

4.6.6 Pertença etnolinguística e identidades sociais

Dada a reduzida dimensão de outros grupos para além dos Ovimbundu, nomeadamente, Ambundu (3), Bakongo (3) e Lunda – Còkwe (1), não fez sentido qualquer comparação estatística.

Assim como a maior parte dos países africanos, Angola tem uma composição étnica (cf. nota 2) e linguística diversificada. O português, enquanto língua oficial⁷⁵, partilha o mesmo espaço social com as línguas nacionais⁷⁶. Uma boa parte da população urbana angolana apenas usa a língua portuguesa nas suas atividades (sociais, políticas, económicas, culturais, etc.)⁷⁷ quotidianas.

A relação histórica, política, económica e social com o colonialismo, e as várias décadas de violência armada (guerra pela independência, o processo de descolonização, a guerra civil após independência), desencadearam no contexto societal angolano peculiaridades de organização influenciando as relações entre grupos e as posições individuais. A partir de categorias como etnia, classe social, língua, etc., hierarquizam-se estatutos sociais e formas de sociabilidades (familiares, étnico-regionais,

⁷⁵ Artigo 19.º da Constituição da República de Angola, 2010, p. 9.

⁷⁶ Entre elas: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Còkwe, Ngangela, Olunyaneka, Oshikwanyama, Oshihelelo e Oshindonga (línguas bantu), khoisan, Vátwa (línguas não bantu).

⁷⁷ De acordo com os dados do INE/AO (2015:39), 83% da população de Angola fala o português, 29% o Umbundu e 10% o Kimbundu.

comunitárias, partidárias, políticas, etc.) distintas. Por exemplo, para muitos angolanos oriundos de várias zonas rurais do território de Angola a inserção socioeconómica em Benguela implicou aprender gradualmente o português.

A relação da pertença etnolinguística e identidades sociais apresentaram causas múltiplas e diversas intercessões. Fronteiras definidas por especificidades culturais, étnicas, linguísticas e regionais, intensificam as complexas relações sociais entre grupos e subgrupos de angolanos de diferentes origens.

Os laços étnicos e regionais reproduzem-se nas ligações aos grupos genealógicos de pertença, nas relações de consanguinidade e parentesco, nas lealdades comunitárias e religiosas, mas também nas relações patrimoniais e clientelistas.

As relações interétnicas, bem como as representações sociais (étnicas, regionais, políticas, etc.), envolvem desigualdades de recursos (migratórios, educacionais, profissionais, de classe social, linguísticos, culturais, etc.), diferentes tipos de oportunidades económicas e interétnicas, mas também pressões diferenciadas no sentido da integração ou da marginalização.

Noções de classe associadas a competências escolares e profissionais, redes sociais e capitais organizaram as classificações da diferença e distinção dos vários entrevistados no modo como identificam oportunidades, enfrentam constrangimentos e alcançam ambições pessoais e familiares.

4.6.7 Religião e identidades sociais

Devido ao reduzido número dos evangélicos pentecostais, este grupo não foi incluído na análise que se segue. De modo que, e considerando que amostra não é representativa, pensamos que os resultados devem ser analisados com toda a cautela.

Tabela n.º 18 – Associações entre religião e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,100	,670
Identidade Escolar	,099	,677
Identidade Etnolinguística	,127	,523
Identidade de Género	,101	,664
Identidade Religiosa	,345	,009*
Identidade Centro vs Periferia	,062	,858
Identidade Regional	,144	,435
Identidade Nacional	,099	,673
Identidade Político-Partidária	,397	,002*

* ≤ 0,05

Encontraram-se associações significativas **entre a religião e a identidade religiosa** e entre a **religião e a identidade político-partidária**, conforme mostra a tabela nº 18, acima.

Tabela n.º 19 de contingência - Identidade religiosa * Religião (V=0,345; P=0,009)⁷⁸

		Religião		
		Católica	Protestante tradicional	Total
Nenhuma	Número de casos	7	0	7
	Percentagem colunas ⁷⁹	por 12,1%	,0%	8,8%
Alguma	Número de casos	2	5	7
	Percentagem colunas	por 3,4%	22,7%	8,8%
Muita	Número de casos	49	17	66
	Percentagem colunas	por 84,5%	77,3%	82,5%
Total	Número de casos	58	22	80
	Percentagem colunas	por 100,0%	100,0%	100,0%

Como se pode verificar na tabela nº 19, é no seio dos católicos que a percentagem é mais alta, em comparação com os protestantes tradicionais, em termos de importância dada à identidade religiosa.

Esta diferença, pode ser eventualmente explicada pelo facto de no caso dos católicos, existir a hipótese de que tradicionalmente esta é uma instituição (diversificadora de meios em favor da paz e dos direitos humanos) próxima do poder, o que no fundo reflete ainda a trajetória recente do país, relativamente ao conflito armado que durou cerca de três décadas.

Por outro lado, e no caso dos fiéis da Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA), constituída na região umbundu do planalto central por missionários norte americanos, nos anos de 1950, esta era apontada pelo MPLA, no período de conflito armado, como a “Igreja da UNITA” (Schubert, 1999)⁸⁰.

⁷⁸ V= Coeficiente de contingência e P= Significância.

⁷⁹ As colunas correspondem a religião dos indivíduos.

⁸⁰ Não só a UNITA, mas também os outros dois principais movimentos de libertação contaram com o apoio de algumas igrejas. Segundo Schubert, “ (...) havia relações preferenciais entre os baptistas do Norte e a Frente nacional de libertação de Angola (FNLA), [entre] os metodistas do espaço kimbundo e o MPLA, e entre os congregacionistas do Centro-Sul e a União nacional pela independência total de Angola (UNITA)” (Schubert, 1999, p. 406).

Tabela n.º 20 de contingência - Identidade político-partidária * Religião

		Religião		
		Católica	Protestante tradicional	Total
Nenhuma	Número de casos	6	10	16
	Percentagem por colunas ⁸¹	10,3%	45,5%	20,0%
Alguma	Número de casos	9	3	12
	Percentagem por colunas	15,5%	13,6%	15,0%
Muita	Número de casos	43	9	52
	Percentagem por colunas	74,1%	40,9%	65,0%
Total	Número de casos	58	22	80
	Percentagem por colunas	100,0%	100,0%	100,0%

(V=0,397; P=0,002)⁸²

De acordo com a tabela nº 20, existe a hipótese de esta identidade não ser realmente partidária. De qualquer modo, face à amostra pouco sólida, consideramos que as diferenças não devem ser muito valorizadas, mas por sua vez enquadradas no âmbito de interesses, tensões e ambivalências ocorridos entre igrejas e poder político no período pós-independência.

No período que se seguiu à independência de Angola, sob a liderança do MPLA, e até finais dos anos 1980, as igrejas foram durante algum tempo remetidas para uma posição marginal, não obstante alguns líderes nacionalistas se declararem católicos ou protestantes.

No final dos anos de 1980, ponderando que lhe faltava apoio popular, o Governo procurou chegar às populações através das igrejas. Depois de um período marcado pela desconfiança e confrontação, seguido em maior ou menor grau pela “arbitrariedade com que se ofereciam favores e vantagens às Igrejas” (Schubert, 1999, p. 412), o discurso político concedeu-lhe uma posição mais dinamizadora na construção da Nação e de uma sociedade mais diversificada. No entanto, a falta de entendimento entre o MPLA e a UNITA, depois das eleições de 1992, colocou os responsáveis religiosos numa posição ambígua, na qual lhes era exigido o posicionamento em um dos lados do conflito (Comerford, 2005; Messiant 2000):

“ (...) muitas igrejas vêm fazendo parte do jogo político de cooptação praticado pelo regime, deixando que muitos dos seus responsáveis beneficiem de privilégios de Estado tornando-se deputados pelas listas do MPLA ou ainda sendo incluídos no Conselho de República.” (Messiant, 2000, p. 12-13).

⁸¹ As colunas correspondem a religião dos indivíduos.

⁸² V= Coeficiente de continência e P= Significância.

Por outro lado, o modo como os entrevistados conceberam a sua vivência religiosa, remeteu a sua abordagem para uma certa construção individual e individualizante da religiosidade. Ou seja, não se trata apenas de um recurso congregacional (relacional, económico, informacional, etc.) que produz ganhos (étnicos, familiares, de amizade, de vizinhança, etc.) na configuração de estratégias de responsabilidade social e familiar, mas algo de “pessoal”, especialmente, necessário à construção do “Eu”.

A igreja para mim é muito importante. Mesmo que não recebesse nenhuma ajuda da igreja, eu ia. Porque a igreja ensina muito sobre Deus, e eu preciso de Deus para viver e ser feliz. Ser pobre, claro, não é bom, mas posso ser feliz mesmo assim, se Deus tiver à minha volta. Mas sem Deus, acredito que não poderia ser feliz. (B..., 55 anos, mecânico).

Deus dá força. Ele faz parte de mim, daquilo que eu sou, daquilo que eu sinto e penso. É por isso que vou na igreja. É muito bom também conviver com os irmãos e as irmãs e receber apoio. Mas o que dá força, é mesmo Deus. (R..., 31 anos, cabeleireira).

Paralelamente a vivência religiosa surgiu como um *locus* de superioridade feminina, no que diz respeito à utilização dos recursos religiosos em contexto intrafamiliar. Já a atribuição de poderes religiosos, era dividida ou superada pela ação estruturante dos homens – o “pastor”, “o reverendo”, “o bispo”, o “apóstolo”, o “adivinho”, o “curandeiro ou quimbandeiro”, o “feiticeiro”, o “terapeuta”, sobre a das mulheres – a “pastora”, a “profetisa”, a “bispa” a “reverenda” – face às suas funções específicas e aos modelos congregacionais da religiosidade.

Eu por exemplo sou reverenda e sou muito respeitada na minha igreja, e ao lado dos homens com o mesmo grau, somos todos vistos da mesma maneira. Mas há igrejas mesmo sendo cristãs onde as mulheres não chegam a esse nível, a tendência é colocá-las em situação de inferioridade. Falo disto com conhecimento, conheço igrejas cristãs das chamadas tradicionais e históricas, onde nem pensar as mulheres nunca são vistas com mais poderes ou iguais aos homens. Por isso, é que muitas vezes saímos e montamos as nossas próprias igrejas em função dom que nos temos. (L..., 39 anos, reverenda).

Na configuração da identidade religiosa há que ter em conta os contextos históricos, sociais e familiares em que os indivíduos se inserem, assim como as idiosincrasias de género e geração e o ciclo e vida em que se encontram (infância, adolescência, adulta), porque estes influenciam os modos distintos de cada um viver a sua religiosidade.

4.6.8 Estrato socioeconómico e identidades sociais

Nesta análise apenas se compararam os sujeitos pertencentes ao estrato pobre, mas em situação sustentável (24) e os remediados (60), pois o grupo dos extremamente pobres apresenta uma dimensão muito reduzida (1).

Tabela n.º 21 – Associações entre estrato social e identidades sociais

	V de Cramer	Sig.
Identidade Etária	,101	,651
Identidade Escolar	,118	,559
Identidade Etnolinguística	,167	,311
Identidade de Género	,077	,777
Identidade Religiosa	,222	,127
Identidade Centro vs Periferia	,130	,490
Identidade Regional	,179	,259
Identidade Nacional	,147	,404
Identidade Político-Partidária	,144	,418

* $\leq 0,05$

Não se encontraram associações significativas entre o estrato socioeconómico e as identidades sociais, conforme se pode ver na tabela n.º 21.

A explicação (hipóteses) que se pode encontrar é a de que as diferenças económicas que se possam estabelecer no seio da população estudada não sejam significantes. Daí a pouca variação nas saliências das identidades sociais.

Uma outra hipótese que é possível avançar reside no facto da questão económica, embora ligada às múltiplas dimensões das identidades dos indivíduos, não é avaliada positivamente pelos sujeitos, porque, na Angola de hoje, o mercado de trabalho é extremamente precário, o que, em certa medida, condiciona o pensamento social das pessoas em relação a esta categoria social.

A nível dos discursos recolhidos, a “pobreza” era mobilizada como explicação do relativo fracasso de um projeto de vida sob o estigma da marginalidade suburbana, mas também a causalidade identitária de um modelo traumático de insucesso da maioria da população angolana.

Somos pobres como pode ver e lutamos pela nossa sobrevivência, vendo aqui na rua como muitas das minhas irmãs angolanas. É uma vida dura, depois da guerra isto nunca mais se endireitou para nós angolanos (M..., 42 anos, zungueira).

Vários entrevistados evocaram a discriminação política como o principal entrave da mobilidade económica (e, conseqüentemente, socioprofissional) da maioria da

população angolana, pela falta de resposta aos problemas sociais. Como tal, sentem-se deixados de lado, sem emprego ou apenas a trabalhar no mercado informal, impedidos de pedir empréstimos bancários e sem qualquer tipo de apoios.

CONCLUSÃO

Na presente tese, o conceito de identidade social foi estudado no sentido subjetivo de noção e de sentimento de pertença a determinadas categorias sociais de classificação. Apesar do carácter exploratório do estudo, um passo importante da análise apresentada consistiu em tentar examinar as relações entre as diferentes identidades sociais, com a finalidade de captar a estrutura do pensamento social identitário na sua dimensão representacional.

Influenciada por um conjunto de categorias sociográficas de classificação (a filiação partidária, o grau de escolaridade, o género, a idade, a pertença étnica, a naturalidade, a religião e a condição socioeconómica), a estrutura identitária do pensamento social constituiu-se no espaço histórico, político e simbólico das representações sociais ocupado pelos diferentes grupos e no impacto das suas dinâmicas interrelacionais (políticas, económicas, sociais, étnicas, raciais e culturais) de identificação e diferenciação. Trata-se da interação entre estruturas sociais e identidades sociais, no modo como reciprocamente se condicionam ou se influenciam.

Os vários entrevistados sublinharam especialmente a guerra civil de Angola (que durou cerca de trinta anos) e o sistema de partido único (vigente no país entre 1975 a 1991), mas também o processo de transição para o multipartidarismo, com todos os problemas e desafios que se colocaram após o fim da guerra civil na consolidação da paz e criação de condições sociais e políticas apropriadas a uma efetiva transição, assim como o papel da sociedade civil na construção da democracia (onde se destaca as relações entre sociedade civil e poder político/partidário/governamental), como principais fatores estruturais e estruturantes do pensamento social da população em geral.

Em termos gerais, o modelo global constituinte da estrutura social rege-se pelo princípio de estratificação de classe, baseado na diferenciação económica. Não obstante, a observação direta realizada permitiu dissecar outras dimensões da estrutura social benguelense na construção e consolidação das identidades sociais, tais como estratégias de organização, reciprocidade e cooperação e práticas de conciliação família/trabalho/bairro que atuam como redes de solidariedade, sociabilidade, acolhimento, manutenção de valores de pertença e de responsabilidade familiar (apoiadas em laços de parentesco, de religiosidade, de amizade, de trabalho, de residência, etnolinguísticos, político-partidários, etc.).

Embora a análise apresentada reforce a necessidade de se explorar de forma mais aprofundada o(s) modo(s) como as identidades sociais condicionam as estruturas sociais e os comportamentos dos atores sociais (e vice-versa), a pesquisa exploratória levada a cabo permite realçar pelo menos dois aspetos relevantes na análise do processo de construção e de afirmação das identidades sociais.

Por um lado, a importância das origens e dos modelos tradicionais versus a importância dos modelos de “modernização” (coloniais e pós-coloniais), na construção da identidade social de cada indivíduo e nos seus padrões de relacionamento, como forma de expressão do modo como avaliam a saliência das identidades sociais em termos de ganhos ou perdas. Por outro, a necessidade de se considerar as diferenças entre géneros e gerações, bem como as interações em que essas ocorrem, articuladas à noção individualizante de pessoa, no modo como os vários entrevistados manifestaram e representaram as identidades sociais em estudo.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, R. (2006). *Angola 2005: Surfing the Oil Market*. Stockholm, Department of Economics, University of Gothenburg.

ALEXANDRE, V. (1999). “O império e a ideia de raça” in Jorge Vala (ed.), *Novos racismos: perspectivas comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 133-144.

AMÂNCIO, L. (1993). “Género – Representações e Identidades” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 14, pp. 127-140.

_____ (1992). “As Assimetrias nas Representações do Género” in *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº 34, pp. 9-22.

ANDRADE, M. P. (1998). *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

BASTOS, J. e BASTOS, S. (2006). “Do pensamento à acção: enquadramento de um projecto de pesquisa” in Bastos, S. e Bastos, J. *et al. Filhos diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*. Lisboa. Edição ACIME, observatório da Imigração, nº 17, pp. 25-44.

BASTOS, J. e BASTOS, S. (2002). “Imigrantes, minorias étnica e minorias nacionais em Portugal, hoje: da exclusão social e identitária ao multiculturalismo?” in SOS-Racismo, *A imigração em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 272-288.

BAUMAN, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, J. Zahar Editores.

BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, J. Zahar Editores.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (2004). *A construção social da realidade. Um livro sobre sociologia do conhecimento*. 2ª Edição. Dinalivro. Pp. 179-188.

BHAGAVAN, M. R. (1986). *Angola's political economy 1975-85*. Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies.

BIRMINGHAM, D. (1992). *Frontine nationalism in Angola & Mozambique*, VI, London, James Curry.

BITTENCOURT, M. (2005). *Angola: influências e persistências indesejáveis*. CODESRIA – XIª Assembleia Geral. Maputo, Moçambique, de 6 a 10 de dezembro de 2005.

BREAKWELL, G. M. (1993). *Social representations and social identity*, In *On social representation*, pp. 198-217.

CABRAL, M. (2006). *O sector informal em Angola. A solidariedade como tradição e estratégia de sobrevivência no mercado da Caponte em Benguela*, Benguela, Colecção Estudos, KAT, Consultoria e Formação.

- CALEY, C.** (2006). *Contribuição para o Pensamento Histórico e Sociológico Angolano*. Intervenções e reflexões. Editorial Nzila. Coleção: Ensaio. Pp. 21-30.
- CARVALHO, P.** (1999). *Angola. Estrutura social da Sociedade Colonial*. Luanda. Associação de Antropólogos e Sociólogos de Angola. Pp. 1-10.
- CASTELO, C.** (1999). *O Modo Português de Estar no Mundo – O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento.
- CLARENCE, S. W. G.** (1980). *Class structure and class struggles in Angola in the 1970*. Journal of southern African studies. Vol. 7. Nº 1. Oct. pp. 109-126.
- COLAÇO, L. F.** (1992) “Luanda: contexto demográfico e desigualdades espaciais. *Ciências Sociais. Texto de Análise III*, Luanda, Codesria, Grupo de Trabalho Angola.
- COMERFORD, M. G.** (2005). *O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz, (1991-2002)*, Luanda, Edição de autor.
- COSTA, A, F.** (1987). “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais”. *Análise Social*. Volume XXIII. Nº 98. Pp. 635-686.
- CROMPTON, Rosemary.** (1998). *Class and stratification: introduction to current debates*. 2ª Edição. Cambridge. Polity.
- DESCHAMPS, J. C.** (1982). *Social identity and relations of power between groups*. In: *Henry Tajfel (Ed). Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DIAS, J. R.** (2002). “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”, in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldnam-Bianco, orgs., *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.293-320.
- DIAS, J. R.** (1984). “Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”. *Revista internacional de Estudos Africanos*, nº 1, Janeiro-Junho, pp. 61-94.
- DIAS, J. R.** (1981). “Famine and Disease in the History of Angola (c. 1830-1930)”, *Journal of African History*, 22(3), pp.349-378.
- DUBAR, C.** (2006). *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. Edições Afrontamento, pp. 7-53.
- DURKHEIM** (1995) [1912]. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Oeiras, Celta Editora.
- ERIKSON, E. H.** (1968). *Identity: Youth and Crisis*, New York & London, w. W. Norton & Comp.

FERNANDES, J. e NTONDO, Z. (2002). *Angola: povos e línguas*. Luanda, Editorial Nzila e Comissão Nacional Angolana do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

FERREIRA, V. S.; LIMA, M.; LOPES, D. e VALA, J. (2003). *Simetrias e identidades. Jovens negros em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, pp. 77-98.

GHIGLIONE, R e MALATON, B. (1993). *O inquérito*. Teoria e prática. Oeiras Editora, Lda., pp. 89-98.

GIDDENS, A. (2004). *Sociologia*. 4ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 299-30.

_____ (1975). *A estrutura de classes das Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 119-141.

GOVERNO DE UNIDADE E RECONCILIAÇÃO NACIONAL (2003). *Programas provinciais de melhoria e aumento da oferta de Serviços Básicos às populações*. Biénio 2003 – 2004. Edição: Secretariado do Conselho de Ministros, pp. 39-46.

HEIMER, F-W. (2004). “Dinâmicas políticas dos países africanos de língua portuguesa”. Esboço preliminar de uma comunicação, pp. 1-9.

_____ (1983). *Sobre a articulação dos modos de produção em Angola: Uma nota metodológica*. Análise social, Vol. 3º, 4º, 5º, XIX. (77-78-79), pp. 1091 – 1100.

_____ (1980). *O processo de Descolonização em Angola, 1974 – 1976*. Ensaio de sociologia política. A regra do jogo. Edições, Lda. Lisboa. Pp. 15-162.

_____ (1973). *Estrutura social e descolonização em Angola*, Análise social, pp. 621-655.

HODGES, T. (2003). *Angola: Anatomy of an Oil State*. Oxford, James Currey and Bloomington.

HODGES, T. (2002). *Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais, Principia.

HODGES, T. (2001). *Angola from Afro-Stalinism to petro-diamond capitalism*, London, James Currey.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2015). *Angola, 40 anos de Estatística, 1975-2015*, (INE/AO), Luanda, Departamento de Informação e Difusão.

INSTITUTO NACIONAL PARA OS ASSUNTOS RELIGIOSOS (INAR) (2010). *As religiões em Angola: A realidade do período pós-independência (1975-2010)*, nº 3, H&I-ES, pp. 9-74.

JODELET, D. (1989). “Représentations sociales: un domaine en expansion” in Denise Jodelet *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 31-62.

_____ (1984). “Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie” in Serge Moscovici *Psychologie sociale*, Paris, PUF, pp. 357-379.

KAJIBANGA, V. (2000). “Espaços Socioculturais, Comunidades Étnicas e Direito Costumeiro. Cinco notas avulsas para uma perspectiva Sociológica de estudo e revisão do caso Angolano”, pp. 1-13.

LIMA, M. e **VALA**, J. (2003). *Simetrias e identidades. Jovens negros em Portugal. Dimensões e significados das identidades sociais*. Celta Editora, pp. 77- 98.

LIPIANSKI, T-L. e **Vasquez**, in **Camilleri** (1990). «Introduction à la problématique de l'identité» in Camilleri, C. et all, *Stratégies identitaires*, Paris. PUF, pp.7-26.

LUKOMBO, J. B. (2011). “Crescimento da População em Angola: *Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda*” in *Revista de Estudos Demográficos*, nº 49, pp. 53-67.

MAALOUF, A. (1999). *As identidades assassinas*. Lisboa, Defil, pp. 7-172.

MABEKO-TALI (2004). *Democracia e identidades nacionais*. Luanda, Centro de estudos sociais e desenvolvimento, Caderno de estudos sociais, nº 0, Julho de 2004, **Cote: CEAN-AN-392**

MARCUM, J. (1978). *The Angolan revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge, M.I.T. Press, vol II.

MARCUM, J. (1969). *The Angolan revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge, M.I.T, Press, vol. I.

MARX, K. (1971). *O capital: Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I.

M'BOKOLO, E. (2007). *África negra: História e civilizações*. Tomo II. 2ª Edição. Edições Colibri. Lisboa. p. 365.

MEIJER, M. e **BIRMINGHAM**, D. (2004). “O passado e o presente de Angola”, in **MEIJER**, M. (coord.), in *Accord. Da paz militar à justiça social. O processo de paz angolano*, Londres, Conciliation Resources, pp.10-15

MESSIANT, C. (2008). “Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia”. In **VIDAL**, Nuno; **ANDRADE**, Justino Pinto, *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, 3ª Edição, Edições Firmamento, Lisboa, pp.

MESSIANT, C. (2000). “Introdução” in **Benedict SCHUBERT**, *A Guerra e as Igrejas, Angola (1961-1991)*, P. Schlettwein Publishing Switzerland, pp. 1-16.

MESSIANT, C. (1994). “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition. I - De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armée, les interventions internationalistes et le peuple angolais”, *Lusotopie*, nº 1-2, Paris: L’Harmattan, pp. 155-210.

MESSIANT, C. (1989). “Luanda: 1945 – 1961” in M-Cahen (ed.) *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*, Paris, L’Harmattan and Université de Paris 7.

MESSIANT, C. (1983). *1961 – L’Angola colonial, histoire et société, les prémisses du mouvement nationaliste*, Doctoral Dissertation, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

MILANDO, J. (2005). *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa. ICS. Estudos e Investigação. 1ª Edição. p. 62.

MILLER, J.C. (1988). *Way of Death – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade – 1730-1830*, Madison, University of Wisconsin Press.

MINTER, W. (1994). *Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*, Johannesburg, Witwatersrand University Press.

MORICE, A. (1985). “Commerce parallèle et troc à Luanda”. *Politique Africaine*, n.º 17.

MOSCOVICI, S. (2000). *Social representations: Explorations in social psychology*. Polity Press, Cambridge, pp. 26-63.

_____ (1984). “The phenomena of social representations” in Farr & Moscovici (eds.) *Social representations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-69.

_____ (1981). “On social representation,” in Joseph P. Forgas (ed.), *Social Cognition: Perspectives on Everyday Understanding*, London, Sage Publications, pp. 181-209.

_____ (1976). *Social influence and social change*. London, Academic Press.

_____ (1961). *La psychanalyse son image et son public*. Presses Universitaires de France.

MUÑOZ, T. G. (2003). *El Cuestionario como instrumento de investigación*, pp. 11-22

NETO, Maria da Conceição (2010). “A República no seu estado colonial (em Angola)”. *Combater a escravatura, estabelecer o "indiginato"*. *Revista Ler História*. Lisboa, n.º 59, pp. 205-225.

_____ (1997). “Entre a tradição e a modernidade: Os Ovimbundu do planalto central à luz da história”. *Ngola: Revista de estudos sociais*, n.º 1, Janeiro-Dezembro, pp. 193-216.

PÉLISSIER, R. (1997) [1986]. *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*, Lisboa, Editorial Estampa.

PÉLISSIER, R. (1978). *La Colonie du Minotaure: Nationalismes et Revoltas en Angola (1926-1961)*. Orgeval, Ed.Pelissier.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva- Publicações, L^a. 4^a edição, pp.15-276.

REIS, E. (1997). *Estatística multivariada aplicada*. Edições Sílabo, Lisboa, pp. 36-50.

RELATÓRIO DA ONG, TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (2010). “Transparência e responsabilidade em Angola”: Uma actualização, pp. 1-35.

RENDINHA, J. (1971). *Distribuição Étnica em Angola*. Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.

ROCHA, A. (2010). *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola*. Centro de Estudos e investigação científica da Universidade católica de Angola (UCAN), pp. 1-50.

RODRIGUES, C. U. (2006). *O trabalho dignifica o homem. Estratégias de sobrevivência em Luanda*. Lisboa, Edições Colibri..

SCHUBERT, B. (1999). “Os protestantes na guerra angolana depois da independência” in *Lusotopie*, Paris, Karthala, pp. 405-413.

SCOTT, J. (2007). “Power, domination and stratification: Towards a conceptual synthesis” in *Revista sociologia: Problemas e práticas*, nº 55, Setembro-Dezembro, pp. 24-37.

SILVA, E. M. (1992). “O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974)” in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, instituto de investigação científica tropical. Centro de estudos Africanos e Asiáticos, pp. 103-130.

SOREMEKUM, F. (1983). *Angola: The road to independence*. Ile-Ife: The University of Ife Press.

SOUSA SANTOS, B. (1994). *Pela Mão de Alice*. Porto, Afrontamento.

STOCKWELL, J. (1979). “A CIA Story”, in *Search of Enemies*, New York, W.W. Norton.

TAJFEL, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais. Estudos em Psicologia social*. IIº volume. Livros horizonte, pp. 289- 392.

_____ (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relation*: Academic Press, pp. 439.

_____ (1972). *La categorisation social*. In Serge Moscovici (Ed). Introduction a la psychologie sociale. Vol. I). Paris: Larousse, pp. 292.

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. 1, pp. 12-20.

TROVÃO, S., RAMALHO, S., e BATORÉU, F. (2014). “Managing work and family life through religious participation. A comparative approach between Muslim, Hindu

and Christians migrant women in Lisbon, Portugal” in *About Gender, International journal of gender studies*, Vol.3 n° 6, pp. 116-38.

URRY, J. (1982). *Anatomia das sociedades capitalistas – a económica, a sociedades civil e o estado*. Rio de Janeiro. Zahar. Pp. 69-84.

VALA, Jorge. (2006). *Representações sociais e psicologia social do conhecimento do quotidiano. Psicologia social*. Fundação Calouste Gulbenkian. 7ª Edição. Pp. 457-502.

VIDAL, N. (2011). “A génese da economia do petróleo e dos ‘esquemas’ impeditivos do desenvolvimento” in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade (eds. & org.), *Economia Política e desenvolvimento em Angola*, Luanda e Lisboa, Associação Cultural e Recreativa, Chá de Caxinde, Media XXI.

VIDAL, N. (2007). "The Angolan Regime and the Move to Multiparty Politics." In *Angola, the Weight of history*, edited by Patrick Chabal & Nuno Vidal. London & New York, Hurst & Columbia University Press, pp. 124-74.

VIDAL, N. (2006). “Multipartidarismo em Angola” in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa, Edições Firmamento, pp.11-57.

WALLERSTEIN, I. (1974). *The modern world system*. New York and London: Academic Press, 2 vols.

WHEELER, D. (2006). “As raízes do nacionalismo Angolano: publicações de protesto dos assimilados, 1870-1940 in Nuno Vidal e Justino Pinto de Andrade, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa, Edições Firmamento, pp.73-92.

WHEELER, D. & PÉLISSIER, R. (1971). “Angola”. Londres: Pall Mall. Aida Freudenthal. Angola, in: A.H. Oliveira Marques (org.), *O Império Africano*. 1890 – 1930. Lisboa, Estampa, pp. 259-46.

WORCHEL, S.; MORALES, J. F.; PÁEZ, D. and DESCHAMPS, J-C. (1998). *Social Identity. International perspectives*. SAGE Publications. London, Thousand Oaks, New Delhi, pp.1-53.

WRIGHT, E. O. (1985). *Classes*. London, Verso.

ZONTINI, E. & REYNOLDS, T. (2007). “Ethnicity, families and social capital: caring relationships across Italian and Caribbean transnational families”. *International Review of Sociology*, 17 (2), pp. 257-277.

ANEXO

Questionário aplicado sobre o pensamento social das populações periféricas de Benguela

Questionário nº _____

1. Dados Pessoais

Sexo _____

Idade _____

Nível de escolaridade _____

Profissão/Ocupação _____

Pertença etnolinguística _____

Naturalidade _____

2. Questões sobre identidades

2.1 Como encara o facto de ser [mais velho/jovem]? Que importância tem isto para si?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.2 Que importância tem para si o facto de ter o nível escolar que indicou e não mais/menos?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.3 O senhor(a) disse que pertence ao grupo etnolinguístico _____. Que importância tem isso para si?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.4 Para si, qual é a importância de ser mulher/homem?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.5 Professa alguma religião? Qual? _____. Que importância tem para si pertencer a esta religião?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.6 Que importância tem para si o facto de viver no centro da cidade, nos arredores, ou na aldeia?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.7 O senhor(a) disse que é originário de _____. Que importância tem para si, o facto de ter nascido nesta região?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.8 De acordo com os seus rendimentos, como o Senhor(a) considera-se?

Extremamente pobre / Pobre, mas em situação sustentável / Remediado(a) / Rico(a)

2.9 As pessoas com a mesma situação económica que o senhor (a) têm interesses em comum?

Nenhuns / Alguns / Muitos

2.10 E têm os mesmos interesses como as pessoas com mais rendimentos?

Nenhuns / Alguns / Muitos

2.11 E têm os mesmos interesses como as pessoas com menos rendimentos?

Nenhuns / Alguns / Muitos

2.12 Qual é para si a importância de ser angolano?

Nenhuma / Alguma / Muita

2.13 Tem simpatia por algum partido? Qual é a importância que dá a isso?

Nenhuma / Alguma / Muita